

Estudo Técnico Preliminar 9/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 02000.001922/2023-64

2. Descrição da necessidade

2.1. Constitui objeto do presente Estudo Técnico Preliminar a análise quanto à viabilidade técnica e econômica para a contratação de serviços continuados de agenciamento de viagem, sob demanda, para voos regulares domésticos e internacionais, visando o atendimento às necessidades de deslocamento, a serviço, de servidores e colaboradores do Ministério Do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA.

2.2. Os serviços de agenciamento compreenderão a reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento e reembolso de bilhetes, além de seguro-viagem.

2.3. A contratação de empresa para a prestação de serviços de agenciamento de viagens justifica-se pela necessidade de continuidade das ações desenvolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA, no território nacional e estrangeiro, visando cumprir o relevante papel nas atividades prestadas à sociedade, sendo elas atividades das áreas finalísticas ou meio, bem como para fins de aprendizagem e/ou colaboração.

2.4. O objeto que se pretende contratar visa possibilitar o deslocamento tempestivo dos servidores, exclusivamente no desempenho de suas atribuições funcionais. Nesse sentido, entende-se que o transporte aéreo proporciona ganhos relacionados ao tempo despendido no deslocamento (maior celeridade), ao conforto e de segurança física dos servidores em trabalho fora do Estado de origem. Assim, para cumprimento das necessidades institucionais, o transporte aéreo representa solução custo-benefício mais adequado para o atendimento eficiente e eficaz das demandas deste Ministério.

2.5. O serviço de agenciamento compreende, conforme acima disposto, a reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento e reembolso de bilhetes, além de seguro-viagem, para qualquer empresa ou companhia brasileira ou estrangeira. Os serviços de agenciamento abrangem, também, assessoria para determinação das melhores opções de voo.

2.6. A Instrução Normativa nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, sendo que a partir do artigo 4º, passa a tratar da aquisição por agenciamento de viagens. Conforme determinação normativa, por se tratar de serviço comum, a licitação será realizada na modalidade pregão eletrônico.

2.7. Em relação ao suporte operacional às atividades administrativas, este Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima utiliza o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, que é obrigatório, em conformidade com o Decreto nº 5.992, de 2006, desde a concessão, o registro, o acompanhamento, a gestão e o controle de diárias e passagens.

2.8. O atual contrato de agenciamento de passagens aéreas deste Ministério findará em outubro 2023, sem possibilidade de prorrogação ordinária, motivo pelo qual há necessidade de iniciar novo estudo e contratação de serviços de agenciamento, de modo que não haja descontinuidade do serviço.

2.9. A metodologia utilizada para estimar os quantitativos desta contratação considerou o histórico das contratações anteriores (de 2018 a 2022), tendo em vista as emissões atípicas em razão das mudanças de gestão, grandes eventos, bem como o estado de calamidade pública decorrente da Pandemia da COVID 19, com início em 2020. Dessa forma, o cenário se desenhou com a seguinte execução:

Bilhetes Nacionais:

Ano	Quantidade Bilhetes	Custo médio por passagem	Valor Total
2018	812	R\$ 2.813,52	R\$ 2.284.577,63
2019	1911	R\$ 924,31	R\$ 1.766.370,78
2020	617	R\$ 890,17	R\$ 549.234,89
2021	1166	R\$ 793,86	R\$ 925.640,76
2022	1224	R\$ 1.377,57	R\$ 1.686.145,68

(Fonte: Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP - Relatório de Despesa Nacional)

Bilhetes Internacionais:

Ano	Quantidade	Custo médio por passagem	Valor Total
2018	396	R\$ 1.500,43	R\$ 594.172,38
2019	160	R\$ 2.493,73	R\$ 398.998,24
2020	23	R\$ 1.899,48	R\$ 43.688,09
2021	103	R\$ 3.261,48	R\$ 335.932,58
2022	223	R\$ 6.286,39	R\$ 1.401.865,24

(Fonte: Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP – Relatório de Despesa Internacional)

2.10. Com base no levantamento realizado no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, foi calculado o custo unitário estimado das passagens aéreas, nacionais e internacionais,

referentes aos anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Nota-se uma redução expressiva no volume de passagens aéreas internacionais no ano de 2020, devido ao contexto da pandemia ocasionada pela COVID - 19. Em contrapartida, a expectativa atual é que haja aumento da demanda por passagens aéreas internacionais decorrente da crescente retomada de eventos presenciais no exterior, dada a redução da mortalidade da Pandemia, aliada à priorização pelo atual governo por aumentar o protagonismo do Brasil nas negociações internacionais multilaterais e por firmar acordos bilaterais e regionais, colocando em evidência temas de interesse mundial como desmatamento, desenvolvimento sustentável e mudança do clima. Ademais, cabe ressaltar o grande volume de convites para eventos internacionais dirigidos à Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima no primeiro trimestre, demonstrando o interesse das instituições estrangeiras em estabelecer diálogo com o Brasil.

2.11. Nesse sentido, espera-se maior participação de representantes do MMA em reuniões de nível técnico e de alto nível, englobando Conferências das Partes de Organismos Internacionais (ex: COP28 da UNFCCC) e respectivos eventos preparatórios a demais eventos considerados de importância política para o Brasil, demandando a participação da Sra. Ministra ou o Secretário Executivo da pasta - SECEX, respectivas assessorias, além de técnicos das Secretarias que acompanhem os temas em negociação. No mesmo sentido, espera-se aumento também na quantidade de viagens nacionais.

2.12. Dessa forma, quanto às passagens nacionais será utilizada a quantidade de bilhetes de 2019, de acordo com a tabela de Bilhetes Nacionais, de modo que a estimativa corresponda a realidade atual. A definição do custo médio por passagem se deu com base em cotações atuais de voos para os destinos mais visitados por esta Pasta, conforme anexos.

2.13. Quanto às passagens internacionais, a quantidade anual estimada de bilhetes e o custo médio por passagem será de 2022, com base na tabela de Bilhetes Internacionais, representando assim um valor total anual estimado em conformidade com a expectativa de aumento no volume de passagens, conforme quadro abaixo:

		A	B	C	D	E
Item	Especificação	Quantidade Anual Estimada de Bilhetes	Valor Médio Unitário do Bilhete + Taxa de embarque nacional (R\$ 31,27)	Valor Estimado Repasse Seguro Viagem Internacional R\$	Valor Médio Unitário (B + C)	Valor Anual Estimado (A x D)
1	Passagens aéreas nacionais	2.305	R\$ 2.789,59	-	R\$ 2.789,59	R\$ 6.430.004,95
2	Passagens aéreas Internacionais	318	R\$ 6.286,39	R\$549,65	R\$ 6.836,04	R\$ 2.173.860,72

TOTAL	R\$ 8.603.865,67
--------------	-----------------------------

2.14. Assim, a partir de 2023, aguarda-se um considerável arrefecimento da pandemia da Covid-19 em todo mundo e, por consequência, um retorno gradual à condição de normalidade dos trabalhos e da vida cotidiana. Logo, considerando o quantitativo estimado na contratação vigente, tem-se a seguinte perspectiva de uso do serviço:

Item	Descrição do Item	Quantidade Anual
1	AGENCIAMENTO – Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos	2.305
2	AGENCIAMENTO Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais	318
3	AGENCIAMENTO – Alteração e cancelamento de bilhetes e passagem voos domésticos e voos internacionais	577
4	REPASSE – VOOS DOMÉSTICOS	2.305
5	REPASSE-VOOS INTERNACIONAIS	318
6	REPASSE-SEGURO VIAGEM	318

2.15. A quantidade anual estimada do item 3, AGENCIAMENTO – Alteração e cancelamento de bilhetes e passagem - voos domésticos e voos internacionais, foi calculada considerando 25% (vinte e cinco por cento dos voos domésticos (item 1)).

2.16. O Ministério do Meio Ambiente não tem a possibilidade de fornecer este tipo de serviço por meios próprios, tendo em vista que não possui mão de obra e profissionais suficiente para realizar a comunicação direta com as companhias aéreas e fornecedores de seguro-viagem, em especial nas viagens com destinos internacionais.

2.17. A própria natureza do funcionamento do MMA, exige um prestador de serviços especializado para atender às suas diversas necessidades no que tange a viagens para cumprimento de missões /representações, além de aprendizado ou de cooperação, logo, neste momento, não há opção interna corporativa de atendimento para esta demanda, caracterizando a possibilidade de execução indireta dos serviços nos termos do Decreto nº 9.507/2018.

2.18. Por fim, cabe reforçar que a presente contratação não implica despesa automática para o MMA, tendo em vista que as passagens aéreas serão adquiridas sob demanda, mediante o surgimento da necessidade ao longo dos exercícios, na hipótese de prorrogação contratual.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Apoio Administrativo da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Sayonara do Vale Nobre

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de agenciamento de passagens aéreas, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital da licitação, por meio de especificações usuais de mercado. Apresenta caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços de agenciamento a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto 9.507, de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no Artigo 3º da referida normativa, cuja execução indireta seria vedada.

4.3. A prestação dos serviços de agenciamento não gera vínculo empregatício entre os colaboradores da CONTRATADA e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. A contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

4.5. O critério de julgamento será o de menor preço.

4.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. Não haverá instalação de Posto de Atendimento da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE.

4.8. Os serviços de agenciamento deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

4.9. A prestação dos serviços de agenciamento não gera vínculo empregatício entre os colaboradores da CONTRATADA e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.10. A contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário

4.11. Os serviços de agenciamento deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

4.12. A execução do serviço de agenciamento será desenvolvida por pessoal treinado, especializado e habilitado a operar o SCDP em quantidade suficiente para a perfeita execução.

4.13. Os serviços de agenciamento deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos prescritos no Termo de Referência, no Edital e seus anexos, bem como na proposta apresentada pela CONTRATADA.

4.14. A avaliação da qualidade e o aceite dos serviços executados passarão pela verificação, por parte da fiscalização do contrato, do cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA.

4.15. Regulamentação aplicável à contratação: Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior e dá outras providências; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor; Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências; Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências; Decreto nº 71.133, de 18 de janeiro de 1973, que regulamenta a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior; Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal; Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União; Instrução Normativa nº 3, de 11 de fevereiro de 2015 (Atualizada), que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Instrução Normativa nº 4, de 11 de julho de 2017, dispõe sobre o ressarcimento de gastos com bagagens despachadas em viagens a serviço, no âmbito dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Instrução Normativa nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

4.15. A CONTRATADA deverá indicar PREPOSTO incumbido de prestar as informações e adotar as providências requeridas pela gestão e fiscalização do contrato, que não precisa estar presencialmente instalada no MMA.

4.16. A CONTRATADA deverá disponibilizar estrutura remota de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC e pessoal quantitativa e qualitativamente adequado para a execução dos serviços de agenciamento, que será denominado de CENTRAL DE ATENDIMENTO.

4.17. A CENTRAL DE ATENDIMENTO deve dispor de, no mínimo, 3 (três) canais de comunicação (exemplo – WhatsApp, telefone fixo, telefone celular, 0800, e-mail, Telegram, Skype ou sistema próprio) a ser disponibilizado à CONTRATANTE, cujo atendimento dar-se-á 24h (vinte e quatro horas) todos os dias da semana, nas dependências da CONTRATADA ou em local estipulado por ela.

4.18. Os atendimentos realizados na CENTRAL DE ATENDIMENTO deverão gerar protocolo de atendimento e, se possível, as mensagens de telefone deverão ser gravadas e mantidas pelo período mínimo de 6 (seis) meses, devendo ser disponibilizada a CONTRATANTE, caso seja solicitada.

4.19. A CONTRATADA deverá fornecer ferramenta online de auto agendamento (self-booking) para atendimento das necessidades do MMA, sendo que o acesso deve permitir, por meio de senha e login, realizar operações para visualização, em tempo real, das vagas disponíveis no trecho pesquisado.

4.20. A CONTRATADA deverá manter controle de todas às requisições de passagens e diárias, bilhetes emitidos, preços e valores, ou seja, o registro de todo o histórico de emissão, cancelamento, remarcação e utilização de passagens aéreas, fornecendo, detalhadamente, a identificação dos passageiros, o itinerário, o preço da passagem e de outras tarifas cobradas e o motivo da viagem a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponível.

4.21. Dispor de mecanismo gerador de relatórios, em planilha eletrônica, contendo o histórico de cotações, reservas, compras, remarcações e cancelamentos, por período e usuário, e que possibilite a aplicação de filtros desejados pelo usuário para visualização e/ou impressão.

4.22. A CONTRATADA deverá dispor de mecanismos de segurança, que garantam a autenticidade, inviolabilidade e integridade das informações, mantendo sigilo absoluto sobre dados e documentos integrantes dos serviços a serem prestados.

5. Levantamento de Mercado

5.1. No intuito de verificar as soluções de mercado, a equipe de planejamento da contratação realizou o levantamento das contratações recentes realizadas em outros órgãos e entidades da Administração Pública.

5.2. Essa análise foi importante para se verificar a adequabilidade e o alinhamento das contratações em diversos órgãos e neste MMA.

5.3. Saliente-se que a Central de Compras do Ministério do Meio Ambiente idealizou modelo de compras diretas de passagens aéreas, cujo credenciamento havia sido suspenso em face da decisão judicial exarada no processo n. 1005192-57.2022.4.01.0000. Em meados de maio, deste exercício, foi reaberto o Credenciamento nº 01/2020, que objetiva credenciar empresas de transporte aéreo para a contratação de voos regulares domésticos, sem intermediação de agência de turismo.

5.4. Ao operar sem intermediação de agência de turismo, acredita-se que os bilhetes seriam emitidos com menores preços. No entanto, o mecanismo de Compra Direta não está ativo e, mesmo com o credenciamento de companhias aéreas, este Ministério do Meio Ambiente não teria, a princípio, capacidade operacional de atender as demandas internas, haja vista que o órgão necessita de passagens aéreas para toda e qualquer localidade, no país e no exterior, que seja atendida por voo regular, além de seguro-viagem, em viagens para o exterior. No caso Compra Direta, o credenciamento realizado abrange às passagens nacionais.

5.5. Nesse contexto, esta Equipe de Planejamento da Contratação identificou uma ampla quantidade de fornecedores capazes de fornecer os serviços de agenciamento objeto desta contratação.

5.6. Saliente-se que a Administração Pública, de uma forma em geral, tem se utilizado de serviços de agenciamento, já que há a garantia da prestação dos serviços acessórios (assessoria, cotação, reserva, emissão, entre outros), a fim de atender as necessidades deste órgão.

5.7. Para este estudo, não foi realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com possíveis fornecedores para identificação de novas soluções de mercado, considerando que a solução atual é a utilizada em diversos órgãos públicos.

5.8. Assim, a solução é a contratação de empresa que possa agenciar serviços de viagens e correlatos, de acordo com o praticado no mercado, de forma a não onerar a Administração e viabilizar compras de passagens aéreas e de seguro-viagem, possibilitando a aquisição de preços promocionais, conforme praticados no mercado, no momento da compra.

5.9. Quanto a forma de contratação, importante registrar que a prática de mercado pode variar com o pagamento de valores para cada serviço que compõe o agenciamento, podendo esse ser igual ou superior a zero, ou, ainda, preço unitário sobre cada serviço. Quando a execução for remunerada de acordo com preço unitário de cada serviços, o preço é passível de reajustamento.

5.10. Salienta-se que as agências de turismo figuram no mercado como intermediárias entre as companhias aéreas e os consumidores finais dos serviços, que podem ser clientes corporativos ou não.

5.11. Nessa relação, a remuneração das agências de turismo pode se dar pelas companhias aéreas, pelos clientes finais, ou por ambos. Sabe-se atualmente, nesse sentido, que as companhias aéreas oferecem às agências que lhes servem de intermediadoras incentivos, orientados por volume de vendas e por cumprimento de metas. O Tribunal de Contas da União – TCU já julgou não haver risco de inexecução no fato de se permitir que a contratada renuncie à taxa de remuneração pelos serviços de agenciamento. Nesse sentido, junta-se o excerto do Acórdão 1314 /2014-Plenário:

“18. Com efeito, já se sabe das negociações de praxe no mercado de passagens aéreas, em que as companhias aéreas oferecem incentivos às agências em função do volume de vendas e do cumprimento de metas. E entendemos que esses incentivos são pagos a partir do volume de vendas total de uma agência, não apenas daquelas decorrentes do contrato com um órgão público específico. E se diversos contratos com a administração pública vêm sendo cumpridos dessa forma, então faticamente demonstra-se sua exequibilidade, ainda que sem transparência para um dos lados.

19. Logo, pode-se concluir que, levando em conta as características peculiares do mercado de passagens aéreas, as exigências de demonstração da exequibilidade a partir da análise de planilha de custos ou a eliminação de propostas de valor irrisório são práticas ineficazes, porque não há ainda uma forma de calcular analiticamente e afirmar com segurança qual valor seria exequível, razoável e justo para remunerar tais serviços, cobrindo os custos e gerando lucros para as empresas contratadas, sem que haja prejuízo de qualquer forma para o erário. As práticas acima apenas podem onerar os custos desses serviços para o órgão sem benefícios diretos garantidos. (...)

21. Assim, imagina-se que os incentivos pagos pelas companhias aéreas às agências de viagens sejam bastante significativos. Embora sejam acordos comerciais também pouco transparentes para a administração pública, fizemos pesquisas, firmamos contatos com agências e com companhias aéreas e obtivemos informações consistentes acerca desses incentivos, chamados de over no jargão do mercado. As diversas fontes foram unânimes em afirmar que esse over é praxe apenas entre as companhias nacionais; que gira entre 3 a 5% do valor das passagens aéreas; que nem todas as companhias aéreas o pagam e nem todas as agências alcançam o volume de vendas pretendido, o qual não acumula de um mês para outro. Ora, na contratação em exame, cujo volume de vendas estimado para passagens nacionais é de R\$ 5.919.040,00 (peça 3, p. 81), o melhor cenário possível, com over de 5% pago sobre todo esse montante, geraria receita de R\$ 295.952,00, uma quantia que se coadunaria com a disputa verificada. Entretanto, para outros órgãos com volume de vendas bem menor, talvez não compensasse um esforço contratual com expectativa incerta de 3 a 5% de receita. Ou seja, parece algo um tanto incerto e temerário, que mais uma vez aponta para os riscos de posterior inexecução contratual. (...)

34. Destarte, no que tange às alegações da representante e à proposta da empresa contratada em valores irrisórios, entendemos que as explicações fornecidas pelo órgão e pela empresa são suficientes para demonstrar a exequibilidade do contrato, considerando a prática do mercado e os exemplos de contratos em outros órgãos públicos. Isto é, entendemos que o excesso de rigor na análise, neste momento, poderia apenas onerar os custos desses serviços para a administração pública sem garantias de minimizar os riscos já conhecidos".

5.12. Nesse contexto, sugere-se aceitar a oferta de preços unitários de agenciamento de valor positivo ou igual a zero, competindo aos licitantes comprovar a exequibilidade de suas propostas.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos prescritos no Termo de Referência, no Edital e seus anexos, bem como na proposta apresentada pela CONTRATADA.

6.2. A avaliação da qualidade e o aceite dos serviços executados passarão pela verificação, por parte da fiscalização do contrato, do cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA.

6.3. Para perfeito entendimento da solução como um todo, são adotadas as seguintes definições:

AGÊNCIA DE TURISMO – empresa que tenha por objeto, exclusivamente, a prestação das atividades de turismo, classificando-se nas categorias de Agências de Viagens e Agências de Viagens e Turismo, conforme estabelecido na Lei nº 12.974/2014;

AGENCIAMENTO DE VIAGEM – serviço prestado por AGÊNCIA DE TURISMO, compreendendo a venda comissionada ou a intermediação remunerada na comercialização de BILHETE DE PASSAGEM e de SEGURO VIAGEM;

BILHETE DE PASSAGEM – documento fornecido pela companhia aérea, denominado usualmente como e-ticket, comprovando a contratação do serviço de transporte aéreo, contendo os dados do passageiro, os horários e o itinerário da viagem, o valor da TAXA DE EMBARQUE e as regras e o valor da TARIFA, podendo contemplar um ou mais TRECHOS da viagem;

CODESHARE – acordo de cooperação pelo qual uma companhia aérea comercializa BILHETE DE PASSAGEM para o transporte de passageiros em voos de outra companhia aérea;

GDS – Global Distribution System, sistema eletrônico utilizado para operação e gerenciamento de cotações, reserva, emissões, alterações, cancelamentos e reembolsos de passagens aéreas, intermediando o processo de compra e fornecimento entre as AGÊNCIAS DE TURISMO e as companhias aéreas;

IATA – International Air Transport Association ou Associação Internacional de Transportes Aéreos, organização internacional criada por um grupo de companhias aéreas com o objetivo de representá-las em todos os assuntos relacionados à aviação, inclusive no processo de intermediação da comercialização de passagens aéreas;

LOCALIZADOR – código alfanumérico emitido pelas companhias aéreas e constante no BILHETE DE PASSAGEM pelo qual se identifica os dados da viagem, tais como código do voo, cidades de origem e destino, datas e tipo de TARIFA;

NO-SHOW – não comparecimento de passageiro no momento do embarque para o voo;

PCDP – Proposta de Concessão de Diárias e Passagens cadastrada no SCDP, onde constam os dados do passageiro, as informações do deslocamento, os documentos comprobatórios da demanda e os dados financeiros;

SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, é o sistema de uso obrigatório pelos ÓRGÃOS e ENTIDADES, inclusive autarquias e fundações, para a concessão, registro, acompanhamento e controle de diárias e passagens;

SEGURO VIAGEM – seguro que objetiva a garantia de pagamento ao passageiro de indenização, quando da ocorrência de riscos previstos e cobertos durante a viagem internacional, nos termos das condições gerais e especiais contratadas;

TARIFA – valor único cobrado pela companhia aérea, em decorrência da prestação do serviço de transporte aéreo de passageiros, de acordo com itinerário determinado pelo adquirente;

TAXA DE EMBARQUE – tarifa aeroportuária cobrada do passageiro, por intermédio das companhias aéreas;

TOUR CODE - código fornecido pelas companhias aéreas que identifica o comprador, as condições comerciais e benefícios concedidos na aquisição de BILHETE DE PASSAGEM;

TRECHO – compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões, escalas ou ser utilizada mais de uma companhia aérea;

VOO DOMÉSTICO – rota regular de transporte aéreo de passageiros, de companhias aéreas brasileiras, com cidades de origem, intermediárias e de destino localizadas em território brasileiro;

VOO INTERNACIONAL – rota regular de transporte aéreo de passageiros, mantido por companhias aéreas brasileiras ou estrangeiras, com cidades de origem e/ou intermediárias e /ou de destino localizadas em país diferente do Brasil.

6.4 Segue abaixo quadro com a descrição dos itens a serem contratados e o que cada um compreende:

EM	DESCRIÇÃO	O ITEM COMPREENDE
1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos	Assessoria, cotação, reserva e emissão
2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais	Assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem e cotação e emissão de seguro viagem
3	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagem voos domésticos e voos internacionais	Alteração, cancelamento e reembolso
4	Repasse – VOOS DOMÉSTICOS	Valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias

		aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos adquiridos
5	Repasse – VOOS INTERNACIONAIS	Valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos internacionais adquiridos
6	Repasse SEGURO VIAGEM	Valores dos prêmios devidos às seguradoras em razão dos seguros viagem contratados

6.4.A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência do contrato, contas e/ou autorizações para emitir BILHETE DE PASSAGEM nas seguintes companhias aéreas, no mínimo: LATAM, GOL, AZUL, PASSAREDO, ANGOLA AIRLINES, AMERICAN AIRLINES, TAP, AIR EUROPA, AIR FRANCE, DELTA AIRLINES, BOLIVIANA DE AVIACIÓN, COPA AIRLINES, LUFTHANSA, EMIRATES, AEROLINEAS ARGENTINAS, SOUTH AFRICA, UNITED AIRLINES, QATAR AIRWAYS, LAN, AIR CHINA, ALITALIA, AEROMEXICO, AIR CANADA, BRITISH AIRWAYS, ETIHAD AIRWAYS, SWISS, TURKISH AIRLINE, AUSTRAL LÍNEAS AÉREAS, COMPAGNIE NATIONAL RO YAL AIR MAROC, CONDOR FLUGDIENST GMBH, CUBANA DE AVIACION S/A, EDELWEISS AIR A.G, EMPRESA DE TRANSPORTES AEREOS DE CABO VERDE TACV S/A, ETHIOPIAN AIRLINES ENTERPRISE, ETIHAD AIRWAYS, FLAYWAYS LINHAS AÉREAS LTDA, IBÉRIA LÍNEAS AÉREAS, INSEL AIR INTERNATIONAL B.V, KLM ROYAL DUT CH AIRLINES, LACSA, MERIDIANA FLY S.P.A, SURINAM AIRWAYS LTDA, TAME LÍNEA AÉREA DEL ECUADOR, TACA PERU, TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES.

6.5.As solicitações dos serviços serão registradas no SCDP pelo CONTRATANTE e direcionadas à CONTRATADA, que acessará por meio de perfil exclusivo para visualizar e atender.

6.6.Excepcionalmente, em decorrência de fato que justifique, a exemplo da instabilidade sistêmica, os serviços poderão ser demandados por servidor credenciado, por meio dos canais de comunicação disponibilizados pela CONTRATADA. Neste caso, o serviço ocorrerá “por fora do SCDP”, mas serão adotadas todas as providências necessárias para o registro e regularização da PCDP, registrando-se os dados obrigatórios e anexando os documentos correspondentes, especialmente os relativos ao Bilhete de Passagem emitido e as cotações realizadas pela Contratada, que serão, preferencialmente, optando pelos menores valores, melhores horários e em voos diretos (sem escalas ou conexões).

6.7.Para recepção das solicitações registradas no SCDP, a CONTRATADA receberá login e senha de acesso a módulo específico do sistema, possibilitando a visualização das solicitações pendentes.

6.8.A CONTRATADA deverá buscar, preferencialmente, por voos sem escalas ou conexões, com horários próximos ao solicitado e menores valores, apresentando opções que visem a melhor relação custo x benefício para a CONTRATANTE.

6.9.Além disso, em voos cujo número de propositos seja igual ou superior a 500 (quinhentos), a CONTRATADA deverá tentar negociar melhores tarifas, visando garantir economicidade ao CONTRATANTE.

6.10.O preço das passagens aéreas a ser cobrado pela Contratada deverá ser exatamente o mesmo praticado pelas companhias aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais. Todos os

valores relativos a descontos, bônus, cortesias, tarifas promocionais ou outros benefícios oferecidos pelas companhias aéreas, ainda que sazonais, deverão ser repassados à Contratante.

6.11. Devem ser observadas, sempre que possível, as opções de ida e volta pela mesma companhia aérea, visto que esta condição pode oferecer menores valores de tarifas.

6.12. Devem ser priorizados voos diretos ou, quando possível, com o menor tempo de duração.

6.13. A CONTRATANTE deverá efetuar a análise, escolha das opções e autorização para aquisição considerando os normativos e legislações vigentes que orientam a emissão do Bilhete de Passagem.

6.14. As solicitações de serviço de agenciamento serão realizadas, regularmente, de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 20h00, e, excepcionalmente, em finais de semana, feriados e após às 20h00.

6.15. A cotação deverá ser enviada no prazo máximo de 2h (duas horas) para viagem nacional e de 2h (duas horas) para viagens internacionais. Esse tempo poderá ser reduzido pela metade, caso a CONTRATANTE solicite urgência.

6.16. A emissão do bilhete de passagem deverá acontecer no prazo máximo de:

- 2h (duas horas) para passagens nacionais;
- 2h (duas horas) para passagens internacionais; e
- 2h (duas horas) para seguro-viagem, após a emissão da passagem internacional.

6.17. A CONTRATADA deverá providenciar, quando requerido pela CONTRATANTE, em até 2h (duas) horas após a formalização da demanda, no mínimo 3 (três) cotações de seguro-viagem, com seguradoras, para aprovação do custo e autorização da emissão, observando as regras e as coberturas mínimas previstas na Resolução CNSP nº 439, de 04 de julho de 2022, do Conselho Nacional de Seguros Privados, que dispõe sobre as características gerais para operação das coberturas de riscos de seguros de pessoas, que revogou a Resolução CNSP nº 315, de 29 de setembro de 2014, que dispunha sobre as regras e os critérios para operação do seguro viagem.

6.18. A CONTRATADA deverá gerar relatório mensal de todos os bilhetes de passagem emitidos, cancelados, alterados, não utilizados e/ou reembolsados, que deverá ser encaminhado juntamente à nota fiscal dos serviços.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A metodologia utilizada para estimar os quantitativos desta contratação considerou o histórico das contratações anteriores (de 2018 a 2022), tendo em vista as emissões atípicas em razão das mudanças de gestão, grandes eventos, bem como o estado de calamidade pública decorrente da Pandemia da COVID 19, com início em 2020. Dessa forma, o cenário se desenhou com a seguinte execução:

Bilhetes Nacionais:

Ano	Quantidade Bilhetes	Custo médio por passagem	Valor Total
2018	812	R\$ 2.813,52	R\$ 2.284.577,63

2019	1911	R\$ 924,31	R\$ 1.766.370,78
2020	617	R\$ 890,17	R\$ 549.234,89
2021	1166	R\$ 793,86	R\$ 925.640,76
2022	1224	R\$ 1.377,57	R\$ 1.686.145,68

(Fonte: Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP - Relatório de Despesa Nacional)

Bilhetes Internacionais:

Ano	Quantidade	Custo médio por passagem	Valor Total
2018	396	R\$ 1.500,43	R\$ 594.172,38
2019	160	R\$ 2.493,73	R\$ 398.998,24
2020	23	R\$ 1.899,48	R\$ 43.688,09
2021	103	R\$ 3.261,48	R\$ 335.932,58
2022	223	R\$ 6.286,39	R\$ 1.401.865,24

(Fonte: Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP – Relatório de Despesa Internacional)

7.2. Com base no levantamento realizado no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, foi calculado o custo unitário estimado das passagens aéreas, nacionais e internacionais, referentes aos anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Nota-se uma redução expressiva no volume de passagens aéreas internacionais no ano de 2020, devido ao contexto da pandemia ocasionada pela COVID - 19. Em contrapartida, a expectativa atual é que haja aumento da demanda por passagens aéreas internacionais decorrente da crescente retomada de eventos presenciais no exterior, dada a redução da mortalidade da Pandemia, aliada à priorização pelo atual governo por aumentar o protagonismo do Brasil nas negociações internacionais multilaterais e por firmar acordos bilaterais e regionais, colocando em evidência temas de interesse mundial como desmatamento, desenvolvimento sustentável e mudança do clima. Ademais, cabe ressaltar o grande volume de convites para eventos internacionais dirigidos à Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima no primeiro trimestre, demonstrando o interesse das instituições estrangeiras em estabelecer diálogo com o Brasil.

7.3. Nesse sentido, espera-se maior participação de representantes do MMA em reuniões de nível técnico e de alto nível, englobando Conferências das Partes de Organismos Internacionais (ex: COP28 da UNFCCC) e respectivos eventos preparatórios a demais eventos considerados de

importância política para o Brasil, demandando a participação da Sra. Ministra ou o Secretário Executivo da pasta - SECEX, respectivas assessorias, além de técnicos das Secretarias que acompanhem os temas em negociação. No mesmo sentido, espera-se aumento também na quantidade de viagens nacionais.

7.4. Dessa forma, quanto às passagens nacionais será utilizada a quantidade de bilhetes de 2019, de acordo com a tabela de Bilhetes Nacionais, de modo que a estimativa corresponda a realidade atual. A definição do custo médio por passagem se deu com base em cotações atuais de voos para os destinos mais visitados por esta Pasta, conforme anexos.

7.5. Quanto às passagens internacionais, a quantidade anual estimada de bilhetes e o custo médio por passagem será de 2022, com base na tabela de Bilhetes Internacionais, representando assim um valor total anual estimado em conformidade com a expectativa de aumento no volume de passagens, conforme quadro abaixo:

		A	B	C	D	E
Item	Especificação	Quantidade Anual Estimada de Bilhetes	Valor Médio Unitário do Bilhete + Taxa de embarque nacional (R\$ 31,27)	Valor Estimado Repasse Seguro Viagem Internacional R\$	Valor Médio Unitário (B + C)	Valor Anual Estimado (A x D)
1	Passagens aéreas nacionais	2.305	R\$ 2.789,59	-	R\$ 2.789,59	R\$ 6.430.004,95
2	Passagens aéreas Internacionais	318	R\$ 6.286,39	R\$549,65	R\$ 6.836,04	R\$ 2.173.860,72
TOTAL						R\$ 8.603.865,67

7.6. Assim, a partir de 2023, aguarda-se um considerável arrefecimento da pandemia da Covid-19 em todo mundo e, por consequência, um retorno gradual à condição de normalidade dos trabalhos e da vida cotidiana. Logo, considerando o quantitativo estimado na contratação vigente, tem-se a seguinte perspectiva de uso do serviço:

LOTE ÚNICO		
Item	Descrição do Item	Quantidade Anual

1	AGENCIAMENTO – Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos	2.305
2	AGENCIAMENTO Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais	318
3	AGENCIAMENTO – Alteração e cancelamento de bilhetes e passagem voos domésticos e voos internacionais	577
4	REPASSE – VOOS DOMÉSTICOS	2.305
5	REPASSE-VOOS INTERNACIONAIS	318
6	REPASSE-SEGURO VIAGEM	318

7.7. A quantidade anual estimada do item 3, AGENCIAMENTO – Alteração e cancelamento de bilhetes e passagem - voos domésticos e voos internacionais, foi calculada considerando 25% (vinte e cinco por cento dos voos domésticos (item 1).

7.8. A divisão por itens, dentro do lote único, visa demonstrar a execução para cada atividade de agenciamento, assim como para cada repasse, referente à passagens nacionais, internacionais e seguro viagem.

7.9. Para fins eminentemente operacionais relacionados à execução orçamentaria e financeira, particularmente nas atividades vinculadas ao empenho, pagamento e liquidação das despesas, o lote único do quadro acima também será composto de itens referentes aos repasses dos valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos e internacionais adquiridos e ao repasse dos valores dos prêmios devidos às seguradoras em razão dos seguros viagem contratados.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 8.603.897,67

8.1.A estimativa de preços e o valor total máximo que o MMA se propõe a pagar para os serviços a serem contratados é de R\$ 8.603.897,67 (oito milhões seiscentos e três mil oitocentos e noventa e sete reais e sessenta e sete centavos), para o período de 12 (doze) meses.

8.2.O valor abrangerá as taxas a serem pagas à agência de turismo na execução dos serviços de agenciamento e os repasses a serem transferidos às companhias aéreas e às seguradoras pela emissão e remarcação de passagens aéreas e seguros de viagem.

8.3. Por meio do Portal "Compras.gov.br", em especial a ferramenta "Pesquisa de Preços", foi realizada consulta aos pregões homologados em 2022 e contratações vigentes, obtendo-se os preços dos serviços das empresas de agenciamento de passagens aéreas, conforme o quadro a seguir:

FONTE	Item 01 - AGENCIAMENTO – Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos	Item 2 - AGENCIAMENTO Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais	Item 3 - AGENCIAMENTO Alteração e cancelamento bilhetes e passagem voo domésticos e voos internacionais
Compras.gov.br (Ministério da Fazenda)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ (
Compras.gov.br (Agência Nacional de Transportes Aquaviários)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ (
Compras.gov.br (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares)	R\$ 0,00	-	
Compras.gov.br (Advocacia-Geral da União)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ (
Contratações Similares (Hospital Geral de Juiz de Fora)	R\$ 0,01	-	R\$ (
Contratações Similares (Agência Nacional de Aviação Civil)	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ (
Contratações Similares (Universidade Federal Fluminense)	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ (
Contratações Similares (DPRF)	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ (
Contratações Similares (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ (
MEDIANA DOS PREÇOS (Metodologia do valor unitário estimado - art. 6º da IN 65/2021)	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ (

8.4. Conforme dados acima, a mediana dos preços obtidos no Compras.gov.br e em Contratações Similares com a Administração Pública, ficou em R\$ 0,01. No quadro acima, relacionamos também o contrato atual do MMA, de número 12/2018, com a empresa Apolo Agência de Viagens e Turismo, cujo valor também perfaz em R\$ 0,01 para a prestação de serviços de agenciamento. Portanto, todos estão próximos de zero.

8.5. Para fins eminentemente operacionais relacionados à execução orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, particularmente nas atividades vinculadas ao empenho, pagamento e liquidação das despesas, o lote único de serviços, detalhado no no quadro do item abaixo, também será composto de itens referentes aos repasses dos valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos e internacionais adquiridos e ao repasse dos valores dos prêmios devidos às seguradoras em razão dos seguros viagem contratados.

8.6. Assim, os itens 1, 2 e 3, perfazem nos serviços a serem prestados de agenciamento, pelo valor unitário estimado de R\$ 0,01. Os demais itens, 4, 5 e 6 não serão objeto de disputa, pois correspondem aos os valores de repasse das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos e internacionais adquiridos e ao repasse dos valores dos prêmios devidos às seguradoras em razão dos seguros viagem contratados.

Grupo	Item	Descrição do Item	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade Anual (12 meses)	Valor Unitário	Valor Total
		AGENCIAMENTO – Emissão de bilhetes de					

1	1	passagem – voos domésticos	3719	Unidade	2.305	R\$ 0,01	R\$
	2	AGENCIAMENTO Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais	3719	Unidade	318	R\$ 0,01	R\$
	3	AGENCIAMENTO – Alteração e cancelamento de bilhetes e passagem voos domésticos e voos internacionais	3719	Unidade	577	R\$ 0,01	R\$
	VALOR DO AGENCIAMENTO						R\$
	4	REPASSE – VOOS DOMÉSTICOS	3719	Unidade	2.305	R\$ 2.789,59	R\$ 6.430.0
	5	REPASSE-VOOS INTERNACIONAIS	3719	Unidade	318	R\$ 6.286,39	R\$ 1.999.0
	6	REPASSE-SEGURO VIAGEM	3719	Unidade	318	R\$ 549,65	R\$ 174.7
		VALOR DO REPASSE					R\$ 8.603.8
	VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (AGENCIAMENTO + REPASSE)						R\$ 8.603.8

8.7. A quantidade anual estimada do item 3, AGENCIAMENTO – Alteração e cancelamento de bilhetes e passagem - voos domésticos e voos internacionais, foi calculada considerando 25% (vinte e cinco por cento dos voos domésticos (item 1)).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Para atender a estrutura deste Ministério Do Meio a Ambiente, optou-se pela divisão em 06 (seis) itens, que comporão um grupo único, sendo 03 (três) itens para o serviço de agenciamento e os outros 03 (três) para repasse dos valores dos bilhetes a serem transferidos às companhias aéreas e às seguradoras. Neste sentido, ao optar pela divisão em itens, levou-se em consideração a execução do serviço, sendo que este é dividido por fases inteiramente dependentes entre si. Por conseguinte, não se vislumbra duas ou mais empresas realizando o mesmo serviço.

9.2. Entende-se, também, que a contratação em grupo único, justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, uma vez que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade da logística necessária para atender as demandas das viagens, bem como dificuldades gerenciais, podendo gerar aumento do tempo e custos na execução dos serviços.

9.3.O art. 24, da IN SEGES nº 5, de 2017, prevê a possibilidade de a Administração definir nos Estudos Técnicos Preliminares, que serviços distintos podem ser licitados e contratados conjuntamente, desde que formalmente comprovado que: I - o parcelamento torna o contrato técnica, econômica e administrativamente inviável ou provoca a perda de economia de escala; e II - os serviços podem ser prestados por empresa registrada e sob fiscalização de um único conselho regional de classe profissional, quando couber.

9.4.Reforça-se que a opção por vários fornecedores aumentaria significativamente os riscos de incompatibilidade tecnológica ou descontinuidade da padronização, pela oferta ao usuário da possibilidade de em um único e mesmo canal de chamado tratar sobre mais de um produto, por meio de solução global propiciada por central de atendimento única, evitando dificuldades gerenciais /operacionais e, consequentes aumentos dos custos operacionais e orçamentários.

9.5.O parcelamento do objeto, nos termos do art. 40, inciso V, alínea "b" da Lei nº 14.133/2021, neste caso, não se demonstra técnica e economicamente viável. A licitação para contratação deste objeto em único grupo visa, tão somente, garantir a gerência segura da contratação, a qualidade e eficiência da prestação dos serviços aos público-alvo e, principalmente, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

9.6.Conforme ressalva da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), a adjudicação deve ser feita por item, desde que não promova "prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala". Em complemento, o Acórdão nº 2.529, de 2021, Plenário, também do TCU, incumbe ao gestor demonstrar que a ausência de parcelamento do objeto da licitação promove ganhos à Administração Pública e não restringe indevidamente a competitividade do certame.

9.7. O postulado que veda a restrição da competitividade (Artigo 9º, inciso I, alínea "a" da Lei nº 14.133/2021) não seria um fim em si mesmo, devendo ser observado conjuntamente com o art. 47, inciso II, da mesma lei, a qual deverá ser considerado na aplicação do princípio do parcelamento o custo para a Administração. Igualmente deve-se observar o princípio constitucional da eficiência administrativa (Artigo 37, caput, da Constituição Federal).

9.8.Nesse sentido, entende-se que os serviços de agenciamento constantes deste Estudo são conexos e que as agências de turismo são aptas a emitir, remarcar, cancelar e reembolsar bilhetes aéreos, sem que haja necessidade de parcelamento do objeto, o que propiciará maior eficiência e economicidade ao MMA.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não existem contratação correlatas e/ou interdependentes para este objeto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Os serviços de agenciamento a serem contratados constam no Plano de Contratações Anual – PCA 2023 do MMA, de número da contratação – 440001-8/2023, aprovado pela autoridade competente, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 37115375000107-0-000001/2023
- II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- III) Id do item no PCA: 97

IV) Classe/Grupo: 678 - SERVIÇOS DE AGÊNCIA DE VIAGENS, OPERADORAS DE TURISMO E GUIATURÍSTICO

V) Identificador da Futura Contratação: 440001-8/2023

11.2. Considerando que a prestação do serviço de agenciamento é de caráter contínuo, esta contratação deverá ter início no dia subsequente ao término do contrato em vigência - 03 de outubro de 2023 -, a fim de evitar descontinuidade do serviço.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Garantir o desempenho dos resultados institucionais e das missões oficiais do MMA, além de propiciar a participação em qualquer tipo de curso ou de evento, com rapidez, conforto e segurança;

12.2. Aprimorar o planejamento, execução e o monitoramento dos serviços prestados;

12.3. Aprimorar o controle e a conformidade sobre resultados, contratos e processos relacionados ao atendimento de viagens do MMA;

12.4. Aumento da eficiência na prestação dos serviços de agenciamento, com redução dos custos administrativos, gerando maior agilidade na fiscalização. Sob a perspectiva operacional, a contratação resultará no registro adequado das viagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP). Também possibilitará coordenação da emissão de bilhetes aéreos entre as unidades administrativas do MMA e a agência de viagens, sob a gestão da Coordenação de Apoio Administrativo, com redução de tempo de emissão e consequente manutenção de reservas, evitando-se aumento dos preços das passagens.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não será necessária a adequação do espaço físico, posto que o MMA já possui estrutura física para atendimento das demandas de passagens.

13.2. Contudo, deverão ser adotadas as seguintes providencias:

a) Avaliação do processo pela Consultoria Jurídica da Advocacia-Geral da União junto ao MMA.

b) Publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União.

c) Publicação de portaria com a designação de equipe de fiscalização (gestor contratual, fiscais técnicos e fiscais administrativos).

d) Designação de preposto pela CONTRATADA e aceite da nomeação pela CONTRATANTE.

e) Reunião inicial de fiscalização para levantamento dos procedimentos a serem adotados na execução contratual, em consonância com as diretrizes do Termo de Referência.

f) Cadastramento, no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), da agência CONTRATADA.

13.3. O envio, por parte da CONTRATANTE, da relação de servidores credenciados, é indispensável para o início da prestação dos serviços de agenciamento por parte da CONTRATADA, para as demandas solicitadas por todos os meios de comunicação previstos neste Estudo, item 4.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Em consulta ao Guia de Licitações Sustentáveis não foram identificadas ações relativas especificamente aos serviços objeto deste estudo.

14.2. Em geral, os serviços de agenciamento de viagens não causam impactos ambientais. Todavia, a contratação deverá prever utilização de meios virtuais na comunicação e de arquivos digitais na elaboração de relatórios, evitando-se impressão de papel para faturas, notas de crédito, relatórios e documentos subsidiários apresentados pela CONTRATADA, bem como as comunicações formalizadas pela empresa, deverão ser, preferencialmente, entregues à CONTRATANTE em meio eletrônico ou digital.

14.3. Os serviços de agenciamento serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Diante dos estudos realizados para a contratação em tela, considerando que os serviços são usuais e comuns para a Administração Pública, considerando que a pesquisa de mercado identificou fornecedores e preços vantajosos, declaramos a viabilidade técnica e econômica da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SAYONARA DO VALE NOBRE

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 24/07/2023 às 14:21:12.

LARISSA FERNANDES DA SILVA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 24/07/2023 às 14:50:41.

VINICIUS MENDES MACHADO

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 24/07/2023 às 14:26:39.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1-Editais diversos para ETP_sei.pdf (13.97 MB)
- Anexo II - 2-Pesquisa cotações passagens_média dos preços_sei.pdf (728.52 KB)

Anexo I - 1-Editais diversos para ETP_sei.pdf

**PROPOSTA ATUALIZADA 2022**

Brasília/DF, 26 de Novembro de 2022.

Órgão: **Ministério das Comunicações – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos-MCOM**
Nº. Pregão: **Pregão Eletrônico nº15/2021**
Nº. Processo: **Processo Administrativo nº 53115.018700/2021-62**

À Comissão Permanente de Licitação
Brasília - DF

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.Sa. a nossa proposta para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional, internacional e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, para o Ministério das Comunicações - MCom, de acordo com as especificações técnicas e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 15 /2021-MCOM.

(A proposta deverá ser apresentada de acordo com a planilha e condições abaixo descritas:)

Item	CatServ	Und	Descrição/Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor Anual Estimado
1	3719	UN	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais.	2400	R\$ 0,00000004166667	R\$ 0,0001
2	3719	UN	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem.	80	R\$ 0,00000125000	R\$ 0,0001
3	3719	UN	Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais.	200	R\$ 0,0000005000	R\$ 0,0001
4	3719	UN	PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.	2400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,00
5	3719	UN	PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.	80	R\$ 3.488,49	R\$ 279.079,20
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 2.473.591,2003

Valor unitário da taxa de agenciamento para os itens (1, 2 e 3): **R\$ 0,0001 (Um centésimo de milésimo de real).**

Valor Global da proposta: R\$ 2.473.591,2003 (Dois milhões e quatrocentos e setenta e três mil e quinhentos e noventa e um reais vinte centavos e três décimos de milésimos de centavos).





O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data do seu envio ao Ministério das Comunicações

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, façam parte do fornecimento dos materiais, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato e receber no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: AIRES TURISMO LTDA

CNPJ/MF: 06.064.175/0001-49

Endereço: SCLRN 714 BLOCO H, LOJA 20 – ASA NORTE

Tel. : (61) 3255-2100 / (61) 3255-2130 / [REDACTED]

e-mail: gerencia.comercial@airesturismo.com.br

CEP: 70.760-558

Cidade: BRASÍLIA UF: DF

Banco: [REDACTED]

Dados do Representante Legal da Empresa :

Nome: MARIA TEREZINHA PEREIRA AIRES

Endereço: QI 07 CJ I CS 105

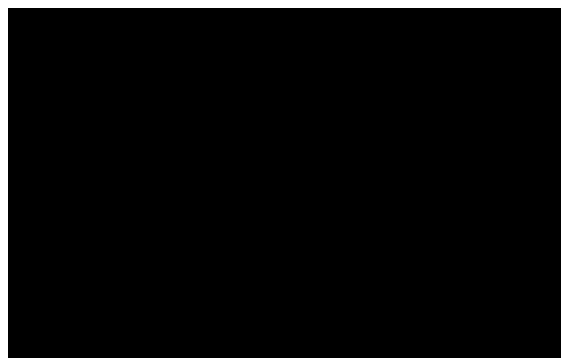
CEP: 71.020-096 **Cidade:** GUARÁ **UF:** DF

CPF/MF: [REDACTED] **Cargo/Função:** SÓCIA-DIRETORA

Cart.Ident nº: [REDACTED]

Naturalidade: CURVELO-MG **Nacionalidade:** BRASILEIRA

Atenciosamente,



Pregão Eletrônico

410003.152021 .12889 .5053 .70921537050



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Assuntos Administrativos

Ata de Realização do Pregão Eletrônico Nº 00015/2021

Às 10:00 horas do dia 05 de novembro de 2021, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 78/2021 de 12/03/2021, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 53115018700202162, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00015/2021. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Contratação de empresa especializada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL, INTERNACIONAL E EMISSÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL, para atender o MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1 - Grupo 1

Descrição: Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Descrição Complementar: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais.

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 2.400

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor Estimado: R\$ 1.032,0000

Situação: Aceito e Habilitado

Intervalo mínimo entre lances: 0,05 %

Aceito para: AIRES TURISMO LTDA, pelo melhor lance de R\$ 0,0001 .

Item: 2 - Grupo 1

Descrição: Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Descrição Complementar: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem.

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 80

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor Estimado: R\$ 34,4000

Situação: Aceito e Habilitado

Intervalo mínimo entre lances: 0,05 %

Aceito para: AIRES TURISMO LTDA, pelo melhor lance de R\$ 0,0001 .

Item: 3 - Grupo 1

Descrição: Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Descrição Complementar: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais.

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 200

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor Estimado: R\$ 86,0000

Situação: Aceito e Habilitado

Intervalo mínimo entre lances: 0,05 %

Aceito para: AIRES TURISMO LTDA, pelo melhor lance de R\$ 0,0001 .

Item: 4 - Grupo 1

Descrição: Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Descrição Complementar: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 2.400

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor Estimado: R\$ 2.194.512,0000

Situação: Aceito e Habilitado

Intervalo mínimo entre lances: 0,05 %

Aceito para: AIRES TURISMO LTDA, pelo melhor lance de R\$ 2.194.512,0000 .

Item: 5 - Grupo 1

Descrição: Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Descrição Complementar: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 80

Valor Estimado: R\$ 307.128,0000

Intervalo mínimo entre lances: 0,05 %

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: AIRES TURISMO LTDA, pelo melhor lance de R\$ 307.128,0000 .

Relação de Grupos

Grupo 1

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Critério de Valor: R\$ 2.502.792,4000

Situação: Aceito e Habilitado com intenção de recurso

Aceito para: AIRES TURISMO LTDA, pelo melhor lance de R\$ 2.501.640,0003 .

Itens do grupo:

- 1 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens
- 2 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens
- 3 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens
- 4 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens
- 5 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Histórico

Item: 1 - Grupo 1 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
06.157.430/0001-06	ECOS TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	22/10/2021 09:33:13
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Descrição: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
37.979.739/0001-05	MONEY TURISMO EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	22/10/2021 15:08:56
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
26.423.228/0001-88	APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	22/10/2021 15:09:43
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
26.722.189/0001-10	CERRADO VIAGENS EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	27/10/2021 14:59:49
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
02.676.310/0001-56	IDEIAS TURISMO EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	28/10/2021 17:53:59
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
07.832.586/0001-08	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	03/11/2021 15:02:02
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais Porte da empresa: ME/EPP							
10.181.964/0001-37	OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZONIA LIMITADA	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	03/11/2021 15:56:12
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							

05.917.540/0001-58	DECOLANDO TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	03/11/2021 16:45:34
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
06.064.175/0001-49	AIRES TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	04/11/2021 12:01:16
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
17.124.851/0001-49	HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	04/11/2021 12:17:51
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL, INTERNACIONAL E EMISSÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL, para atender o MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Porte da empresa: ME/EPP							
37.994.753/0001-70	VOETUR PROMOCOES E EVENTOS EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	04/11/2021 16:30:51
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
04.613.668/0001-65	L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	04/11/2021 17:10:01
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional, internacional e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, para o Ministério das Comunicações- M-Com, de acordo com o que estabelece o Edital e seus anexos Porte da empresa: ME/EPP							
15.741.481/0001-63	DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	04/11/2021 18:30:25
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL, INTERNACIONAL E EMISSÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL, para atender o MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Porte da empresa: ME/EPP							
08.808.153/0001-71	FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	04/11/2021 20:22:45
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
02.964.393/0001-89	CONDOR TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	04/11/2021 22:47:03
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
06.955.770/0001-74	R MORAES AGENCIA DE TURISMO EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	05/11/2021 00:39:19
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
08.030.124/0001-21	AGENCIA AEROTUR LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	05/11/2021 08:31:20
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional, internacional e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, para o Ministério das Comunicações - MCOM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Porte da empresa: ME/EPP							
15.542.034/0001-85	SATGURU TRAVEL ET TOURS SERVICES LTDA	Não	Não	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	05/11/2021 08:36:51
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)							
33.318.780/0001-71	R. R. F. GUIMARAES AGENCIA DE VIAGENS	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0001	R\$ 0,2400	05/11/2021 09:56:09
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							

10.975.765/0001-09	INTER VILAS VIAGENS E TURISMO EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0100	R\$ 24,0000	26/10/2021 17:10:25
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
21.331.404/0001-38	ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0100	R\$ 24,0000	03/11/2021 09:50:39
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
14.181.341/0001-15	UATUMA TURISMO E EVENTOS EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0100	R\$ 24,0000	03/11/2021 14:18:40
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
07.340.993/0001-90	WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0100	R\$ 24,0000	04/11/2021 15:44:02
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
16.604.411/0001-26	ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0100	R\$ 24,0000	04/11/2021 16:48:48
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
00.878.230/0001-58	SUNLINE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0100	R\$ 24,0000	05/11/2021 01:41:16
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
05.929.934/0001-26	CORP TRAVEL VIAGENS E TURISMO CORPORATIVO EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0200	R\$ 48,0000	04/11/2021 21:50:01
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
09.215.207/0001-58	MERU VIAGENS EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 0,0200	R\$ 48,0000	05/11/2021 09:08:30
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais. Porte da empresa: ME/EPP							

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 48,0000	05.929.934/0001-26	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 48,0000	09.215.207/0001-58	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 24,0000	00.878.230/0001-58	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 24,0000	10.975.765/0001-09	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 24,0000	21.331.404/0001-38	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 24,0000	14.181.341/0001-15	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 24,0000	07.340.993/0001-90	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 24,0000	16.604.411/0001-26	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	08.030.124/0001-21	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	06.157.430/0001-06	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	37.979.739/0001-05	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	26.423.228/0001-88	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	15.741.481/0001-63	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	08.808.153/0001-71	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	07.832.586/0001-08	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	10.181.964/0001-37	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	17.124.851/0001-49	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	26.722.189/0001-10	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	02.676.310/0001-56	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	05.917.540/0001-58	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	06.064.175/0001-49	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	37.994.753/0001-70	05/11/2021 10:00:02:090

R\$ 0,2400	04.613.668/0001-65	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	33.318.780/0001-71	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	02.964.393/0001-89	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	06.955.770/0001-74	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,2400	15.542.034/0001-85	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0001	06.064.175/0001-49	05/11/2021 10:15:08:630
R\$ 0,0100	04.613.668/0001-65	05/11/2021 10:15:32:480
R\$ 24,0000	09.215.207/0001-58	05/11/2021 10:15:45:337
R\$ 0,0002	08.030.124/0001-21	05/11/2021 10:16:06:250
R\$ 0,0002	05.929.934/0001-26	05/11/2021 10:16:08:410
R\$ 0,0002	06.955.770/0001-74	05/11/2021 10:16:14:000
R\$ 0,0002	33.318.780/0001-71	05/11/2021 10:18:01:560
R\$ 0,2400	16.604.411/0001-26	05/11/2021 10:21:10:540
R\$ 0,0100	07.340.993/0001-90	05/11/2021 10:22:41:630
R\$ 0,0010	07.832.586/0001-08	05/11/2021 10:25:23:480

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Recusa de proposta	05/11/2021 11:07:33	Recusa da proposta. Fornecedor: HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA, CNPJ/CPF: 17.124.851/0001-49, pelo melhor lance de R\$ 0,2400. Motivo: Os valores para os itens 4 e 5 não deveriam ser alterados, conforme planilha no anexo I do edital.
Aceite de proposta	08/11/2021 14:43:28	Aceite individual da proposta. Fornecedor: AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49, pelo melhor lance de R\$ 0,0001.
Habilitação de fornecedor	08/11/2021 14:45:31	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49, pelo melhor lance de R\$ 0,0001.

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 2 - Grupo 1 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
06.157.430/0001-06	ECOS TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	22/10/2021 09:33:13
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Descrição: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
37.979.739/0001-05	MONEY TURISMO EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	22/10/2021 15:08:56
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
26.423.228/0001-88	APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	22/10/2021 15:09:43
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
26.722.189/0001-10	CERRADO VIAGENS EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	27/10/2021 14:59:49
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
02.676.310/0001-56	IDEIAS TURISMO EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	28/10/2021 17:53:59
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
07.832.586/0001-08	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	03/11/2021 15:02:02

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
10.181.964/0001-37	OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZONIA LIMITADA	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	03/11/2021 15:56:12
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
05.917.540/0001-58	DECOLANDO TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	03/11/2021 16:45:34
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
06.064.175/0001-49	AIRES TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	04/11/2021 12:01:16
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
17.124.851/0001-49	HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	04/11/2021 12:17:51
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL, INTERNACIONAL E EMISSÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL, para atender o MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Porte da empresa: ME/EPP							
37.994.753/0001-70	VOETUR PROMOCOES E EVENTOS EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	04/11/2021 16:30:51
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
04.613.668/0001-65	L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	04/11/2021 17:10:01
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional, internacional e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, para o Ministério das Comunicações- M-Com, de acordo com o que estabelece o Edital e seus anexos Porte da empresa: ME/EPP							
15.741.481/0001-63	DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	04/11/2021 18:30:25
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL, INTERNACIONAL E EMISSÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL, para atender o MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Porte da empresa: ME/EPP							
08.808.153/0001-71	FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	04/11/2021 20:22:45
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
05.929.934/0001-26	CORP TRAVEL VIAGENS E TURISMO CORPORATIVO EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	04/11/2021 21:50:01
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
02.964.393/0001-89	CONDOR TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	04/11/2021 22:47:03
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
06.955.770/0001-74	R MORAES AGENCIA DE TURISMO EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	05/11/2021 00:39:19
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							

08.030.124/0001-21	AGENCIA AEROTUR LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	05/11/2021 08:31:20
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional, internacional e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, para o Ministério das Comunicações - MCOM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Porte da empresa: ME/EPP							
15.542.034/0001-85	SATGURU TRAVEL ET TOURS SERVICES LTDA	Não	Não	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	05/11/2021 08:36:51
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)							
33.318.780/0001-71	R. R. F. GUIMARAES AGENCIA DE VIAGENS	Sim	Sim	80	R\$ 0,0001	R\$ 0,0080	05/11/2021 09:56:09
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
10.975.765/0001-09	INTER VILAS VIAGENS E TURISMO EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 0,0100	R\$ 0,8000	26/10/2021 17:10:25
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
21.331.404/0001-38	ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 0,0100	R\$ 0,8000	03/11/2021 09:50:39
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
14.181.341/0001-15	UATUMA TURISMO E EVENTOS EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 0,0100	R\$ 0,8000	03/11/2021 14:18:40
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
07.340.993/0001-90	WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 0,0100	R\$ 0,8000	04/11/2021 15:44:02
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
16.604.411/0001-26	ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 0,0100	R\$ 0,8000	04/11/2021 16:48:48
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
00.878.230/0001-58	SUNLINE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 0,0100	R\$ 0,8000	05/11/2021 01:41:16
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							
09.215.207/0001-58	MERU VIAGENS EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 0,0200	R\$ 1,6000	05/11/2021 09:08:30
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem. Porte da empresa: ME/EPP							

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 1,6000	09.215.207/0001-58	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,8000	00.878.230/0001-58	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,8000	10.975.765/0001-09	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,8000	21.331.404/0001-38	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,8000	14.181.341/0001-15	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,8000	07.340.993/0001-90	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,8000	16.604.411/0001-26	05/11/2021 10:00:02:090

R\$ 0,0080	08.030.124/0001-21	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	15.741.481/0001-63	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	08.808.153/0001-71	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	05.929.934/0001-26	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	02.964.393/0001-89	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	06.955.770/0001-74	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	15.542.034/0001-85	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	07.832.586/0001-08	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	10.181.964/0001-37	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	17.124.851/0001-49	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	26.722.189/0001-10	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	02.676.310/0001-56	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	05.917.540/0001-58	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	06.064.175/0001-49	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	33.318.780/0001-71	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	06.157.430/0001-06	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	37.979.739/0001-05	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	26.423.228/0001-88	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	37.994.753/0001-70	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0080	04.613.668/0001-65	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0001	06.064.175/0001-49	05/11/2021 10:15:14:423
R\$ 0,0001	37.994.753/0001-70	05/11/2021 10:15:24:963
R\$ 0,8000	09.215.207/0001-58	05/11/2021 10:16:03:117
R\$ 0,0002	06.955.770/0001-74	05/11/2021 10:16:07:320
R\$ 0,0002	08.030.124/0001-21	05/11/2021 10:16:11:497
R\$ 0,0002	05.929.934/0001-26	05/11/2021 10:16:17:653
R\$ 0,0002	33.318.780/0001-71	05/11/2021 10:18:07:913
R\$ 0,0100	07.340.993/0001-90	05/11/2021 10:22:50:923
R\$ 0,0080	16.604.411/0001-26	05/11/2021 10:23:34:983
R\$ 0,0010	07.832.586/0001-08	05/11/2021 10:25:33:450

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Recusa de proposta	05/11/2021 11:07:33	Recusa da proposta. Fornecedor: HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA, CNPJ/CPF: 17.124.851/0001-49, pelo melhor lance de R\$ 0,0080. Motivo: Os valores para os itens 4 e 5 não deveriam ser alterados, conforme planilha no anexo I do edital.
Aceite de proposta	08/11/2021 14:43:28	Aceite individual da proposta. Fornecedor: AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49, pelo melhor lance de R\$ 0,0001.
Habilitação de fornecedor	08/11/2021 14:45:31	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49, pelo melhor lance de R\$ 0,0001.

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 3 - Grupo 1 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
06.157.430/0001-06	ECOS TURISMO LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	22/10/2021 09:33:13
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Descrição: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
37.979.739/0001-05	MONEY TURISMO EIRELI	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	22/10/2021 15:08:56
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
26.423.228/0001-88	APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	22/10/2021 15:09:43
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							

26.722.189/0001-10	CERRADO VIAGENS EIRELI	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	27/10/2021 14:59:49
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
02.676.310/0001-56	IDEIAS TURISMO EIRELI	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	28/10/2021 17:53:59
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
07.832.586/0001-08	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	03/11/2021 15:02:02
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
10.181.964/0001-37	OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZONIA LIMITADA	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	03/11/2021 15:56:12
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
05.917.540/0001-58	DECOLANDO TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	03/11/2021 16:45:34
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
06.064.175/0001-49	AIRES TURISMO LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	04/11/2021 12:01:16
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
17.124.851/0001-49	HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	04/11/2021 12:17:51
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL, INTERNACIONAL E EMISSÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL, para atender o MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Porte da empresa: ME/EPP							
37.994.753/0001-70	VOETUR PROMOCOES E EVENTOS EIRELI	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	04/11/2021 16:30:51
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
04.613.668/0001-65	L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	04/11/2021 17:10:01
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de alteração, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional, internacional, para o Ministério das Comunicações- M-Com, de acordo com o que estabelece o Edital e seus anexos Porte da empresa: ME/EPP							
15.741.481/0001-63	DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	04/11/2021 18:30:25
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL, INTERNACIONAL E EMISSÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL, para atender o MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Porte da empresa: ME/EPP							
08.808.153/0001-71	FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	04/11/2021 20:22:45
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
05.929.934/0001-26	CORP TRAVEL VIAGENS E TURISMO CORPORATIVO EIRELI	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	04/11/2021 21:50:01
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
02.964.393/0001-89	CONDOR TURISMO LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	04/11/2021 22:47:03
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							

06.955.770/0001-74	R MORAES AGENCIA DE TURISMO EIRELI	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	05/11/2021 00:39:19
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
08.030.124/0001-21	AGENCIA AEROTUR LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	05/11/2021 08:31:20
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional, internacional e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, para o Ministério das Comunicações - MCOM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Porte da empresa: ME/EPP							
15.542.034/0001-85	SATGURU TRAVEL ET TOURS SERVICES LTDA	Não	Não	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	05/11/2021 08:36:51
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)							
33.318.780/0001-71	R. R. F. GUIMARAES AGENCIA DE VIAGENS	Sim	Sim	200	R\$ 0,0001	R\$ 0,0200	05/11/2021 09:56:09
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais Porte da empresa: ME/EPP							
10.975.765/0001-09	INTER VILAS VIAGENS E TURISMO EIRELI	Sim	Sim	200	R\$ 0,0100	R\$ 2,0000	26/10/2021 17:10:25
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
21.331.404/0001-38	ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 0,0100	R\$ 2,0000	03/11/2021 09:50:39
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
14.181.341/0001-15	UATUMA TURISMO E EVENTOS EIRELI	Sim	Sim	200	R\$ 0,0100	R\$ 2,0000	03/11/2021 14:18:40
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
07.340.993/0001-90	WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI	Sim	Sim	200	R\$ 0,0100	R\$ 2,0000	04/11/2021 15:44:02
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
16.604.411/0001-26	ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 0,0100	R\$ 2,0000	04/11/2021 16:48:48
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
00.878.230/0001-58	SUNLINE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 0,0100	R\$ 2,0000	05/11/2021 01:41:16
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							
09.215.207/0001-58	MERU VIAGENS EIRELI	Sim	Sim	200	R\$ 0,0200	R\$ 4,0000	05/11/2021 09:08:30
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais. Porte da empresa: ME/EPP							

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 4,0000	09.215.207/0001-58	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2,0000	00.878.230/0001-58	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2,0000	10.975.765/0001-09	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2,0000	21.331.404/0001-38	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2,0000	14.181.341/0001-15	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2,0000	07.340.993/0001-90	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2,0000	16.604.411/0001-26	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	08.030.124/0001-21	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	15.741.481/0001-63	05/11/2021 10:00:02:090

R\$ 0,0200	08.808.153/0001-71	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	05.929.934/0001-26	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	02.964.393/0001-89	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	06.955.770/0001-74	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	15.542.034/0001-85	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	07.832.586/0001-08	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	10.181.964/0001-37	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	17.124.851/0001-49	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	26.722.189/0001-10	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	02.676.310/0001-56	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	05.917.540/0001-58	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	06.064.175/0001-49	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	33.318.780/0001-71	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	06.157.430/0001-06	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	37.979.739/0001-05	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	26.423.228/0001-88	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	37.994.753/0001-70	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0200	04.613.668/0001-65	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 0,0001	06.064.175/0001-49	05/11/2021 10:15:18:897
R\$ 0,0001	37.994.753/0001-70	05/11/2021 10:15:39:283
R\$ 0,0002	06.955.770/0001-74	05/11/2021 10:15:57:270
R\$ 0,0100	04.613.668/0001-65	05/11/2021 10:16:05:207
R\$ 2,0000	09.215.207/0001-58	05/11/2021 10:16:09:600
R\$ 0,0002	08.030.124/0001-21	05/11/2021 10:16:16:597
R\$ 0,0002	05.929.934/0001-26	05/11/2021 10:16:22:940
R\$ 0,0002	33.318.780/0001-71	05/11/2021 10:18:13:510
R\$ 0,0200	16.604.411/0001-26	05/11/2021 10:22:44:353
R\$ 0,0100	07.340.993/0001-90	05/11/2021 10:23:00:840
R\$ 0,0010	07.832.586/0001-08	05/11/2021 10:25:40:670

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Recusa de proposta	05/11/2021 11:07:33	Recusa da proposta. Fornecedor: HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA, CNPJ/CPF: 17.124.851/0001-49, pelo melhor lance de R\$ 0,0200. Motivo: Os valores para os itens 4 e 5 não deveriam ser alterados, conforme planilha no anexo I do edital.
Aceite de proposta	08/11/2021 14:43:28	Aceite individual da proposta. Fornecedor: AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49, pelo melhor lance de R\$ 0,0001.
Habilitação de fornecedor	08/11/2021 14:45:31	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49, pelo melhor lance de R\$ 0,0001.

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 4 - Grupo 1 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
17.124.851/0001-49	HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,2800	R\$ 2.194.272,0000	04/11/2021 12:17:51
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL, INTERNACIONAL E EMISSÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL, para atender o MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.							
Porte da empresa: ME/EPP							
06.157.430/0001-06	ECOS TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	22/10/2021 09:33:13
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Descrição: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.							
Porte da empresa: ME/EPP							
37.979.739/0001-05	MONEY TURISMO EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	22/10/2021 15:08:56

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
26.423.228/0001-88	APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	22/10/2021 15:09:43
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
10.975.765/0001-09	INTER VILAS VIAGENS E TURISMO EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	26/10/2021 17:10:25
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
26.722.189/0001-10	CERRADO VIAGENS EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	27/10/2021 14:59:49
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
02.676.310/0001-56	IDEIAS TURISMO EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	28/10/2021 17:53:59
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
21.331.404/0001-38	ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	03/11/2021 09:50:39
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
14.181.341/0001-15	UATUMA TURISMO E EVENTOS EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	03/11/2021 14:18:40
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
07.832.586/0001-08	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	03/11/2021 15:02:02
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
10.181.964/0001-37	OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZONIA LIMITADA	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	03/11/2021 15:56:12
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
05.917.540/0001-58	DECOLANDO TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	03/11/2021 16:45:34
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
06.064.175/0001-49	AIRES TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	04/11/2021 12:01:16
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
07.340.993/0001-90	WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	04/11/2021 15:44:02

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
37.994.753/0001-70	VOETUR PROMOCOES E EVENTOS EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	04/11/2021 16:30:51
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
16.604.411/0001-26	ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	04/11/2021 16:48:48
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas. Porte da empresa: ME/EPP							
04.613.668/0001-65	L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	04/11/2021 17:10:01
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional, para o Ministério das Comunicações- M-Com, de acordo com o que estabelece o Edital e seus anexos Porte da empresa: ME/EPP							
15.741.481/0001-63	DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	04/11/2021 18:30:25
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL, INTERNACIONAL E EMISSÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL, para atender o MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Porte da empresa: ME/EPP							
08.808.153/0001-71	FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	04/11/2021 20:22:45
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
05.929.934/0001-26	CORP TRAVEL VIAGENS E TURISMO CORPORATIVO EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	04/11/2021 21:50:01
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
02.964.393/0001-89	CONDOR TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	04/11/2021 22:47:03
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
06.955.770/0001-74	R MORAES AGENCIA DE TURISMO EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	05/11/2021 00:39:19
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
00.878.230/0001-58	SUNLINE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	05/11/2021 01:41:16
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
08.030.124/0001-21	AGENCIA AEROTUR LTDA	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	05/11/2021 08:31:20
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional, internacional e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, para o Ministério das Comunicações - MCOM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Porte da empresa: ME/EPP							

15.542.034/0001-85	SATGURU TRAVEL ET TOURS SERVICES LTDA	Não	Não	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	05/11/2021 08:36:51
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas. Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)							
09.215.207/0001-58	MERU VIAGENS EIRELI	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	05/11/2021 09:08:30
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
33.318.780/0001-71	R. R. F. GUIMARAES AGENCIA DE VIAGENS	Sim	Sim	2.400	R\$ 914,3800	R\$ 2.194.512,0000	05/11/2021 09:56:09
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 2.194.512,0000	06.157.430/0001-06	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	37.979.739/0001-05	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	26.423.228/0001-88	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	10.975.765/0001-09	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	26.722.189/0001-10	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	02.676.310/0001-56	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	05.917.540/0001-58	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	06.064.175/0001-49	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	21.331.404/0001-38	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	14.181.341/0001-15	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	07.832.586/0001-08	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	10.181.964/0001-37	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	07.340.993/0001-90	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	16.604.411/0001-26	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	08.030.124/0001-21	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	15.741.481/0001-63	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	08.808.153/0001-71	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	05.929.934/0001-26	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	02.964.393/0001-89	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	06.955.770/0001-74	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	15.542.034/0001-85	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	09.215.207/0001-58	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	33.318.780/0001-71	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	37.994.753/0001-70	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	04.613.668/0001-65	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.512,0000	00.878.230/0001-58	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 2.194.272,0000	17.124.851/0001-49	05/11/2021 10:00:02:090

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Recusa de proposta	05/11/2021 11:07:33	Recusa da proposta. Fornecedor: HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA, CNPJ/CPF: 17.124.851/0001-49, pelo melhor lance de R\$ 2.194.272,0000. Motivo: Os valores para os itens 4 e 5 não deveriam ser alterados, conforme planilha no anexo I do edital.
Aceite de proposta	08/11/2021 14:43:28	Aceite individual da proposta. Fornecedor: AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49, pelo melhor lance de R\$ 2.194.512,0000.
Habilitação de fornecedor	08/11/2021 14:45:31	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49, pelo melhor lance de R\$ 2.194.512,0000.

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 5 - Grupo 1 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
06.157.430/0001-06	ECOS TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	22/10/2021 09:33:13
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Descrição: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.							
Porte da empresa: ME/EPP							
37.979.739/0001-05	MONEY TURISMO EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	22/10/2021 15:08:56
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.							
Porte da empresa: ME/EPP							
26.423.228/0001-88	APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	22/10/2021 15:09:43
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.							
Porte da empresa: ME/EPP							
10.975.765/0001-09	INTER VILAS VIAGENS E TURISMO EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	26/10/2021 17:10:25
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.							
Porte da empresa: ME/EPP							
26.722.189/0001-10	CERRADO VIAGENS EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	27/10/2021 14:59:49
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.							
Porte da empresa: ME/EPP							
02.676.310/0001-56	IDEIAS TURISMO EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	28/10/2021 17:54:00
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.							
Porte da empresa: ME/EPP							
21.331.404/0001-38	ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	03/11/2021 09:50:39
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.							
Porte da empresa: ME/EPP							
14.181.341/0001-15	UATUMA TURISMO E EVENTOS EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	03/11/2021 14:18:40
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.							
Porte da empresa: ME/EPP							
07.832.586/0001-08	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	03/11/2021 15:02:02
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.							
Porte da empresa: ME/EPP							
10.181.964/0001-37	OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZONIA LIMITADA	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	03/11/2021 15:56:12

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.

Porte da empresa: ME/EPP

05.917.540/0001-58	DECOLANDO TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000 R\$ 307.128,0000	03/11/2021 16:45:34
--------------------	--	-----	-----	----	---------------------------------	------------------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.

Porte da empresa: ME/EPP

06.064.175/0001-49	AIRES TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000 R\$ 307.128,0000	04/11/2021 12:01:16
--------------------	-----------------------	-----	-----	----	---------------------------------	------------------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.

Porte da empresa: ME/EPP

17.124.851/0001-49	HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000 R\$ 307.128,0000	04/11/2021 12:17:51
--------------------	---	-----	-----	----	---------------------------------	------------------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL, INTERNACIONAL E EMISSÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL, para atender o MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

Porte da empresa: ME/EPP

07.340.993/0001-90	WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000 R\$ 307.128,0000	04/11/2021 15:44:02
--------------------	--	-----	-----	----	---------------------------------	------------------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.

Porte da empresa: ME/EPP

37.994.753/0001-70	VOETUR PROMOCOES E EVENTOS EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000 R\$ 307.128,0000	04/11/2021 16:30:51
--------------------	---	-----	-----	----	---------------------------------	------------------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.

Porte da empresa: ME/EPP

16.604.411/0001-26	ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000 R\$ 307.128,0000	04/11/2021 16:48:48
--------------------	---	-----	-----	----	---------------------------------	------------------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea,compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras.

Porte da empresa: ME/EPP

04.613.668/0001-65	L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000 R\$ 307.128,0000	04/11/2021 17:10:01
--------------------	---------------------------------	-----	-----	----	---------------------------------	------------------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea , internacional e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, para o Ministério das Comunicações- M-Com, de acordo com o que estabelece o Edital e seus anexos

Porte da empresa: ME/EPP

15.741.481/0001-63	DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000 R\$ 307.128,0000	04/11/2021 18:30:25
--------------------	---------------------------------------	-----	-----	----	---------------------------------	------------------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL, INTERNACIONAL E EMISSÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL, para atender o MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

Porte da empresa: ME/EPP

08.808.153/0001-71	FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000 R\$ 307.128,0000	04/11/2021 20:22:45
--------------------	--	-----	-----	----	---------------------------------	------------------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.

Porte da empresa: ME/EPP

05.929.934/0001-26	CORP TRAVEL VIAGENS E TURISMO CORPORATIVO EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	04/11/2021 21:50:01
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
02.964.393/0001-89	CONDOR TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	04/11/2021 22:47:03
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
06.955.770/0001-74	R MORAES AGENCIA DE TURISMO EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	05/11/2021 00:39:19
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
00.878.230/0001-58	SUNLINE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	05/11/2021 01:41:16
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
08.030.124/0001-21	AGENCIA AEROTUR LTDA	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	05/11/2021 08:31:21
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional, internacional e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, para o Ministério das Comunicações – MCOM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Porte da empresa: ME/EPP							
15.542.034/0001-85	SATGURU TRAVEL ET TOURS SERVICES LTDA	Não	Não	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	05/11/2021 08:36:51
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras. Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)							
09.215.207/0001-58	MERU VIAGENS EIRELI	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	05/11/2021 09:08:30
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							
33.318.780/0001-71	R. R. F. GUIMARAES AGENCIA DE VIAGENS	Sim	Sim	80	R\$ 3.839,1000	R\$ 307.128,0000	05/11/2021 09:56:09
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. Porte da empresa: ME/EPP							

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 307.128,0000	06.157.430/0001-06	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	37.979.739/0001-05	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	26.423.228/0001-88	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	10.975.765/0001-09	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	26.722.189/0001-10	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	02.676.310/0001-56	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	05.917.540/0001-58	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	06.064.175/0001-49	05/11/2021 10:00:02:090

R\$ 307.128,0000	21.331.404/0001-38	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	14.181.341/0001-15	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	07.832.586/0001-08	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	10.181.964/0001-37	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	17.124.851/0001-49	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	07.340.993/0001-90	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	16.604.411/0001-26	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	08.030.124/0001-21	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	15.741.481/0001-63	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	08.808.153/0001-71	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	05.929.934/0001-26	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	02.964.393/0001-89	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	06.955.770/0001-74	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	15.542.034/0001-85	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	09.215.207/0001-58	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	33.318.780/0001-71	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	37.994.753/0001-70	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	04.613.668/0001-65	05/11/2021 10:00:02:090
R\$ 307.128,0000	00.878.230/0001-58	05/11/2021 10:00:02:090

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Recusa de proposta	05/11/2021 11:07:33	Recusa da proposta. Fornecedor: HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA, CNPJ/CPF: 17.124.851/0001-49, pelo melhor lance de R\$ 307.128,0000. Motivo: Os valores para os itens 4 e 5 não deveriam ser alterados, conforme planilha no anexo I do edital.
Aceite de proposta	08/11/2021 14:43:28	Aceite individual da proposta. Fornecedor: AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49, pelo melhor lance de R\$ 307.128,0000.
Habilitação de fornecedor	08/11/2021 14:45:31	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49, pelo melhor lance de R\$ 307.128,0000.

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

HISTÓRICO DO Grupo 1

Propostas Participaram deste grupo as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Global	Data/Hora Registro
17.124.851/0001-49	HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.400,2680	04/11/2021 12:17:51
06.157.430/0001-06	ECOS TURISMO LTDA	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.640,2680	22/10/2021 09:33:13
37.979.739/0001-05	MONEY TURISMO EIRELI	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.640,2680	22/10/2021 15:08:56
26.423.228/0001-88	APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.640,2680	22/10/2021 15:09:43
26.722.189/0001-10	CERRADO VIAGENS EIRELI	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.640,2680	27/10/2021 14:59:49
02.676.310/0001-56	IDEIAS TURISMO EIRELI	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.640,2680	28/10/2021 17:54:00
07.832.586/0001-08	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.640,2680	03/11/2021 15:02:02
10.181.964/0001-37	OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZONIA LIMITADA	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.640,2680	03/11/2021 15:56:12
05.917.540/0001-58	DECOLANDO TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.640,2680	03/11/2021 16:45:34
06.064.175/0001-49	AIRES TURISMO LTDA	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.640,2680	04/11/2021 12:01:16
37.994.753/0001-70	VOETUR PROMOCOES E EVENTOS EIRELI	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.640,2680	04/11/2021 16:30:51
04.613.668/0001-65	L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.640,2680	04/11/2021 17:10:01
15.741.481/0001-63	DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.640,2680	04/11/2021 18:30:25

08.808.153/0001-71	FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.640,2680	04/11/2021 20:22:45
02.964.393/0001-89	CONDOR TURISMO LTDA	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.640,2680	04/11/2021 22:47:03
06.955.770/0001-74	R MORAES AGENCIA DE TURISMO EIRELI	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.640,2680	05/11/2021 00:39:19
08.030.124/0001-21	AGENCIA AEROTUR LTDA	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.640,2680	05/11/2021 08:31:21
15.542.034/0001-85	SATGURU TRAVEL ET TOURS SERVICES LTDA	Não	Não	-	R\$ 2.501.640,2680	05/11/2021 08:36:51
33.318.780/0001-71	R. R. F. GUIMARAES AGENCIA DE VIAGENS	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.640,2680	05/11/2021 09:56:09
10.975.765/0001-09	INTER VILAS VIAGENS E TURISMO EIRELI	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.666,8000	26/10/2021 17:10:25
21.331.404/0001-38	ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.666,8000	03/11/2021 09:50:39
14.181.341/0001-15	UATUMA TURISMO E EVENTOS EIRELI	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.666,8000	03/11/2021 14:18:40
07.340.993/0001-90	WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.666,8000	04/11/2021 15:44:02
16.604.411/0001-26	ETICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.666,8000	04/11/2021 16:48:48
00.878.230/0001-58	SUNLINE VIAGENS E TURISMO LTDA	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.666,8000	05/11/2021 01:41:16
05.929.934/0001-26	CORP TRAVEL VIAGENS E TURISMO CORPORATIVO EIRELI	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.688,0280	04/11/2021 21:50:01
09.215.207/0001-58	MERU VIAGENS EIRELI	Sim	Sim	-	R\$ 2.501.693,6000	05/11/2021 09:08:30

Eventos do Grupo

Evento	Data	Observações
Abertura	05/11/2021 10:15:04	Item aberto.
Encerramento etapa aberta	05/11/2021 10:27:41	Encerrada etapa aberta do item.
Sorteio eletrônico	05/11/2021 10:27:41	Item teve empate real para os valores 2.501.640,2680 e 2.501.666,8000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas.
Encerramento	05/11/2021 10:27:41	Item encerrado.
Abertura do prazo - Convocação anexo	05/11/2021 11:14:17	Convocado para envio de anexo o fornecedor AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	05/11/2021 11:26:16	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49.
Abertura do prazo - Convocação anexo	05/11/2021 12:28:35	Convocado para envio de anexo o fornecedor AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	05/11/2021 13:01:08	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49.
Registro de intenção de recurso	08/11/2021 14:58:49	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA CNPJ/CPF: 04613668000165. Motivo: LA Viagens e Turismo LTDA. vem por intermédio de sua representante legal manifestar intenção de recurso, uma vez que a aceitação da empresa Ayres fere os princípios da isonomia e competitivida
Aceite de intenção de recurso	08/11/2021 15:26:10	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 04613668000165.

Intenções de Recurso para o Grupo

CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	Situação
04.613.668/0001-65	08/11/2021 14:58	08/11/2021 15:26	Aceito
Motivo Intenção: LA Viagens e Turismo LTDA. vem por intermédio de sua representante legal manifestar intenção de recurso, uma vez que a aceitação da empresa Ayres fere os princípios da isonomia e competitividade, com respaldo na jurisprudência de contas e tribunais superiores, que serão devidamente delineados em suas razoes de recurso.			

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	05/11/2021 10:00:02	A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 5 minutos. Mantenham-se conectados.
Pregoeiro	05/11/2021 10:03:42	Prezados Licitantes, Bom-dia. Estamos iniciando a Sessão Pública referente ao Pregão Eletrônico nº 15/2021, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL, INTERNACIONAL E EMISSÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL, para atender o MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Pregoeiro	05/11/2021 10:03:58	Conforme condições, quantidades, prazos e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Pregoeiro	05/11/2021 10:04:16	Em nome deste Ministério, gostaria de agradecer a todos pela participação.
Pregoeiro	05/11/2021 10:04:25	Desejo a todos, Boa sorte!
Pregoeiro	05/11/2021 10:04:42	Como início dos trabalhos darei alguns avisos considerados relevantes por este Órgão e para todo o andamento da Sessão Pública. Peço que tomem ciência das informações que serão passadas.
Pregoeiro	05/11/2021 10:05:01	Informo que a comunicação será feita pelo CHAT dentro de cada sessão pública, informando sobre os atos do pregoeiro. Eventualmente, e caso seja necessário antecipar ou comunicar algum procedimento, utilizarei a Suspensão Administrativa com o propósito de os senhores acessarem o Chat e se inteirarem da comunicação ali postada.
Pregoeiro	05/11/2021 10:05:13	Srs. Licitantes gostaria de lembra-los: O licitante que NÃO MANTIVER SUA PROPOSTA e/ou lance será sancionado na forma constante do Edital que rege este certame.
Pregoeiro	05/11/2021 10:05:22	Todos os senhores firmaram Termo de que conhecem as disposições contidas no Edital. Sabem, por consequência, que declarar que possuem condições de participação sem tê-las poderá acarretar proposta de sanção administrativa. Por esse motivo, solicito que considerem o processo licitatório com seriedade.
Pregoeiro	05/11/2021 10:05:36	Informo que o licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como FIRMES E VERDADEIRAS SUAS PROPOSTAS E LANCES.
Pregoeiro	05/11/2021 10:05:47	Em atenção ao subitem 5.5 do Edital, incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
Pregoeiro	05/11/2021 10:05:57	Alerto sobre a importância do acompanhamento desta Sessão Pública, pois não nos responsabilizaremos pelo ônus da perda de negócio.
Pregoeiro	05/11/2021 10:06:10	Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
Pregoeiro	05/11/2021 10:06:19	Para fim de aplicação DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS constantes do Item 20 do presente Edital, enseja em sanção o licitante que não mantiver a proposta apresentada na licitação
Pregoeiro	05/11/2021 10:06:33	Todos os senhores firmaram termo de que conhecem as disposições contidas no Edital. Sabem, por consequência, que declarar que possuem condições de participação sem tê-las pode acarretar proposta de sanção. Por esse motivo, solicito que considerem o processo licitatório com seriedade.
Pregoeiro	05/11/2021 10:06:41	O Licitante não pode alegar desconhecimento das condições editalícias para eximir-se de quaisquer das obrigações contidas no instrumento convocatório, sobretudo porque firmou declaração afirmando aceitá-las.
Pregoeiro	05/11/2021 10:06:54	Lembro a todos que o licitante é responsável formalmente pelas transações efetuadas em seu nome neste sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao MCOM, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha ainda que por terceiros.
Pregoeiro	05/11/2021 10:07:04	Senhores licitantes, solicito atentar que os atos ilegais tipificados no art. 7º da Lei nº 10.520, poderá ensejar instauração de procedimento administrativo (Acórdão 1.793/2011 - TCU Plenário).
Pregoeiro	05/11/2021 10:07:19	Lembro a todos sobre a importância do acompanhamento das operações neste sistema eletrônico, pois não nos responsabilizaremos pelo ônus da perda de negócio. Obrigado!
Pregoeiro	05/11/2021 10:07:53	Informo que o sistema somente aceita valores com até as duas casas decimais depois da vírgula. Portanto, solicito que verifiquem se o valor unitário de cada item. Caso apresente mais de duas casas decimais ou caso o valor unitário apresente dízima, solicito que seja arredondado o valor sempre para menos. Solicito, ainda, que já enviem as propostas com os valores arredondados.
Pregoeiro	05/11/2021 10:10:03	Srs. Licitantes: Estamos abrindo a etapa competitiva do Pregão Eletrônico nº 15/2021. Boa sorte a todos!

Sistema	05/11/2021 10:10:04	Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados.
Sistema	05/11/2021 10:10:04	A abertura do item G1 para lances está agendada para daqui a 5 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	05/11/2021 10:15:05	O item G1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	05/11/2021 10:17:06	Srs. Licitantes não deixem para o último instante para ofertarem seus melhores lances.
Pregoeiro	05/11/2021 10:24:16	Torno a lembrá-los para que não deixem para o último instante para oferecerem sua melhor oferta!
Pregoeiro	05/11/2021 10:26:29	SENHORES LICITANTES, estamos aguardando lances mais expressivos.
Sistema	05/11/2021 10:27:41	O item G1 teve empate real para os valores 2.501.640,2680 e 2.501.666,8000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.
Sistema	05/11/2021 10:27:41	O item G1 está encerrado.
Sistema	05/11/2021 10:28:06	Será iniciada a etapa de Julgamento de Propostas. Favor acompanhar através da funcionalidade "Acompanhar julgamento/habilitação/admissibilidade.
Pregoeiro	05/11/2021 10:29:37	-Neste momento iniciaremos a fase de negociação da proposta que foi melhor colocada
Pregoeiro	05/11/2021 10:30:46	Para HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA - No dever de selecionar uma proposta mais vantajosa para a Administração, convocamos para negociação do preço ofertado, solicitando verificar a possibilidade de redução de preço.
Pregoeiro	05/11/2021 10:31:00	Para HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA - Aguardamos nesse momento a sua resposta.
17.124.851/0001-49	05/11/2021 10:40:16	Bom dia
17.124.851/0001-49	05/11/2021 10:40:46	Infelizmente não conseguimos melhorar nossos preços
Pregoeiro	05/11/2021 10:42:14	Para HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA - Agradeço pelo esforço.
Pregoeiro	05/11/2021 11:12:14	Srs. licitantes, foi recusada a proposta da licitante que ofertou o menos valor. Tendo em vista que conforme Edital os itens 4 e 5 não poderiam ser alterados pelo licitante.
Pregoeiro	05/11/2021 11:13:19	Srs licitantes, passaremos para a proposta da segunda colocada.
Pregoeiro	05/11/2021 11:14:00	Para AIRES TURISMO LTDA - Sr. licitante, solicito o anexo da proposta ajustada ao último lance.
Sistema	05/11/2021 11:14:17	Senhor fornecedor AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49, solicito o envio do anexo referente ao grupo G1.
Pregoeiro	05/11/2021 11:14:57	Srs. licitantes, solicito que permaneçam logados.
Sistema	05/11/2021 11:26:16	Senhor Pregoeiro, o fornecedor AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49, enviou o anexo para o grupo G1.
Pregoeiro	05/11/2021 11:38:08	Sr. licitantes, informo que a proposta e os documentos de habilitação serão analisados. Diante disto a sessão será reagendada para a seguinte data, 08/11/2021 às 10 horas.
Pregoeiro	05/11/2021 11:55:18	Em tempo.
Pregoeiro	05/11/2021 11:59:15	Para AIRES TURISMO LTDA - Sr. licitante sua proposta será desclassificada devido ao itens 1, 2, 3 terem sido ofertados com o valor R\$ 0,00. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global e não serão aceitos valores igual a zero.
Pregoeiro	05/11/2021 12:25:34	Para AIRES TURISMO LTDA - Sr. licitante, há uma divergência entre os valores da sua proposta e o valor lançado no comprasnet. Conforme subitem 8.12 do Edital, erros no preenchimento da planilha na#771;o constituem motivo para a desclassificac#a#771;o da proposta. A planilha podera#769; ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração
06.064.175/0001-49	05/11/2021 12:26:14	Certo, iremos corrigir a proposta.
Pregoeiro	05/11/2021 12:27:43	Para AIRES TURISMO LTDA - Favor ajustar sua proposta conforme foi lançado no comprasnet.
Sistema	05/11/2021 12:28:35	Senhor fornecedor AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49, solicito o envio do anexo referente ao grupo G1.
Pregoeiro	05/11/2021 12:29:58	Devido ao horário de almoço, o pregão será reagendado para as 14 horas da presente data para informações.
Sistema	05/11/2021 13:01:08	Senhor Pregoeiro, o fornecedor AIRES TURISMO LTDA, CNPJ/CPF: 06.064.175/0001-49, enviou o anexo para o grupo G1.
Pregoeiro	05/11/2021 14:02:56	Srs. licitantes, acuso o recebimento da proposta. Diante disso, o pregão será reagendado para o dia 08/11/2021 às 14 hrs
Pregoeiro	08/11/2021 14:00:56	Boa tarde Srs. Licitantes

Pregoeiro	08/11/2021 14:01:11	Solicito que permaneçam logados
Pregoeiro	08/11/2021 14:42:50	Srs. licitantes informo que, que as Proposta foi analisada e aceita pela área técnica e neste momento passaremos a fase de aceitação da proposta.
Pregoeiro	08/11/2021 14:44:31	Informamos que, neste momento, estamos procedendo à habilitação da proposta. Em seguida será aberto o prazo de 30 (TRINTA) minutos para a interposição de recursos. Aproveito para reiterar nossos agradecimentos a todos e esperamos poder continuar contando com a participação dos senhores em novos certames.
Sistema	08/11/2021 14:45:31	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'.
Pregoeiro	08/11/2021 14:45:57	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 08/11/2021 às 15:15:00.
Pregoeiro	08/11/2021 14:46:33	Srs. licitantes: Está aberto o prazo de 30 minutos para apresentação de intenção de recurso. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	27/10/2021 15:00:27	
Abertura da sessão pública	05/11/2021 10:00:02	Abertura da sessão pública
Encerramento da análise de propostas	05/11/2021 10:10:04	Etapa de análise de propostas encerrada.
Julgamento de propostas	05/11/2021 10:28:06	Início da etapa de julgamento de propostas
Alteração equipe	08/11/2021 10:16:24	Pregoeiro Anterior: 00253843170-HENRIQUE ULISSES DE ABREU. Pregoeiro Atual: 94073163191-ERIKA TAVARES AGUIRRES. Justificativa: Por motivos administrativos
Alteração equipe	08/11/2021 10:30:31	Pregoeiro Anterior: 94073163191-ERIKA TAVARES AGUIRRES. Pregoeiro Atual: 00253843170-HENRIQUE ULISSES DE ABREU. Justificativa: Por motivos administrativos.
Alteração equipe	08/11/2021 10:44:33	Pregoeiro Anterior: 94073163191-ERIKA TAVARES AGUIRRES. Pregoeiro Atual: 00253843170-HENRIQUE ULISSES DE ABREU. Justificativa: Por motivos administrativos.
Alteração equipe	08/11/2021 10:58:36	Pregoeiro Anterior: 94073163191-ERIKA TAVARES AGUIRRES. Pregoeiro Atual: 00253843170-HENRIQUE ULISSES DE ABREU. Justificativa: Por motivos administrativos.
Alteração equipe	08/11/2021 11:12:38	Pregoeiro Anterior: 94073163191-ERIKA TAVARES AGUIRRES. Pregoeiro Atual: 00253843170-HENRIQUE ULISSES DE ABREU. Justificativa: Por motivos administrativos.
Alteração equipe	08/11/2021 11:26:40	Pregoeiro Anterior: 94073163191-ERIKA TAVARES AGUIRRES. Pregoeiro Atual: 00253843170-HENRIQUE ULISSES DE ABREU. Justificativa: Por motivos administrativos.
Alteração equipe	08/11/2021 11:40:43	Pregoeiro Anterior: 94073163191-ERIKA TAVARES AGUIRRES. Pregoeiro Atual: 00253843170-HENRIQUE ULISSES DE ABREU. Justificativa: Por motivos administrativos.
Abertura do prazo	08/11/2021 14:45:31	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	08/11/2021 14:45:57	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 08/11/2021 às 15:15:00.

Data limite para registro de recurso: 11/11/2021.

Data limite para registro de contrarrazão: 17/11/2021.

Data limite para registro de decisão: 24/11/2021.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 15:28 horas do dia 08 de novembro de 2021, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

HENRIQUE ULISSES DE ABREU
Pregoeiro Oficial

ERIKA TAVARES AGUIRRES
Equipe de Apoio

KELMA REGINA BATISTA E SILVA ARAUJO
Equipe de Apoio



Imprimir o
Relatório

Voltar





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 83/2021, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES E A EMPRESA AIRES TURISMO LTDA.

A União, representada pelo **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**, com sede à Esplanada dos Ministérios, CEP 70044 902, Brasília/DF, inscrito no CNPJ nº 37 753 638/000 03, neste ato representado por intermédio do Coordenador Geral de Recursos Logísticos, o Senhor **DJAIR FIORILLO LOPES**, nomeado pela Portaria nº 994, de 6 de outubro de 2020, publicada no DOU em 8 de outubro de 2020, com competência para assinar contratos nos termos da Portaria MCOM nº 2 388, de 2 de abril de 2021, publicada no DOU em 3/04/2021, inscrito no [REDAZIDO] portador da Carteira de Identidade nº [REDAZIDO], doravante denominada CONTRATANTE e a empresa **AIRES TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF [REDAZIDO], sediada na SCLRN Quadra 7 4, Bloco H, Loja 20 Asa Norte Brasília/DF CEP: 70 760 558, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr **CRISTIANO PEREIRA AIRES**, portador da Carteira de Identidade nº [REDAZIDO] e a Sra **MARIA TEREZINHA PEREIRA AIRES**, portador da Carteira de Identidade nº [REDAZIDO], tendo em vista o que consta no Processo nº 53115.018700/2021-62 e em observância às disposições da Lei nº 8 666, de 2 de junho de 1993, da Lei nº 10 520, de 7 de julho de 2002, do Decreto nº 9 507, de 2 de setembro de 2008 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2007 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 5/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional, internacional e emissão de seguro de assistência em viagem internacional**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital

2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão 5/2021, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição

3 Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL
	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem voos nacionais	2 400	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem	80	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem voos nacionais e internacionais	200	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4	PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas	2 400	R\$ 9 4,38	R\$ 2 94 5 2,00
5	PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras	80	R\$ 3 839, 0	R\$307 28,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 2.501.640,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA

2 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é **12 (doze) meses**, fixado no Edital, com início na data de sua publicação, podendo ser prorrogado por interesse das partes **até o limite de 60 (sessenta) meses**, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2 Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2 2 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2 3 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2 4 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2 5 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2 6 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2 7 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação
- 2 2 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual
- 2 3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo

3. CLÁUSULA TERCEIRA PREÇO

3 O valor total registrado em Pregão Eletrônico nº 5/202 é de R\$ **2.501.640,00 (dois milhões, quinhentos e um mil seiscentos e quarenta reais)**

3 2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

3 3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados

4. CLÁUSULA QUARTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 202 , na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 4 0003

Fonte: 000000

Programa de Trabalho: 24 2200322000000

Elemento de Despesa: 33 90 32

Nota de Empenho: 202 NE0000 97

4 2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro

5. CLÁUSULA QUINTA PAGAMENTO

5 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/20 7

6. CLÁUSULA SEXTA REAJUSTE

6 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7 A Contratada apresentará, no prazo máximo de 0 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total do contrato**, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação

7 2 Demais regras acerca da garantia de execução são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

8. CLÁUSULA OITAVA REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital

9. CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no **Termo de Referência, anexo do Edital**.

10. CLÁUSULA DÉCIMA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

0 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA RESCISÃO

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art 78 da Lei nº 8 666, de 1993, e com as consequências indicadas no art 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

2 amigavelmente, nos termos do art 79, inciso II, da Lei nº 8 666, de 1993

2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa

3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art 77 da Lei nº 8 666, de 1993

4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

4 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

4 2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

4 3 Indenizações e multas

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA VEDAÇÕES E PERMISSÕES

2 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei

2 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os

procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020

2 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL 0 , de 8 de maio de 2020

2 2 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 20 7, caso aplicáveis

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA ALTERAÇÕES

3 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art 65 da Lei nº 8 666, de 993

3 2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

3 3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS

4 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8 666, de 993, na Lei nº 0 520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA PUBLICAÇÃO

5 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8 666, de 993

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA FORO

6 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal Justiça Federal

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes no Sistema Eletrônico de Informações SEI do Ministério das Comunicações, com fundamento no Decreto nº 8 539, de 08 de outubro de 20 5

(assinado eletronicamente)

DJAIR FIORILLO LOPES

Representante legal do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

(assinado eletronicamente)

CRISTIANO PEREIRA AIRES

Representante legal da CONTRATADA

(assinado eletronicamente)

MARIA TEREZINHA PEREIRA AIRES

Representante legal da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **MARIA TEREZINHA PEREIRA AIRES (E)**, Usuário Externo, em 23/11/2021, às 14:24 (hora oficial de Brasília), conforme o § 3º do art 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de fevereiro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO PEREIRA AIRES (E)**, Usuário Externo, em 23/11/2021, às 14:29 (hora oficial de Brasília), conforme o § 3º do art 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de fevereiro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Djair Fiorillo Lopes**, Subsecretário de Orçamento e Administração, em 23/11/2021, às 14:42 (hora oficial de Brasília), conforme o § 3º do art 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de fevereiro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo da Silva Costa**, Chefe da Divisão de Contratações, em 23/11/2021, às 15:04 (hora oficial de Brasília), conforme o § 3º do art 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de fevereiro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser confirmada através do link <https://sistema.gov.br/sei/verificar>, fornecendo o código verificado **8589345** e o código CRC **AF6DEFFD**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria-Executiva do Ministério das Comunicações
Subsecretaria de Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL, INTERNACIONAL E EMISSÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL**, para atender o **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	CATSERV	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	3719	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - voos nacionais.	UN	2.400	R\$0,43	R\$1.032,00
2	3719	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem - Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem.	UN	80	R\$0,43	R\$34,40
3	3719	Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem - voos nacionais e internacionais.	UN	200	R\$0,43	R\$86,00

4	3719	PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.	UN	2.400	R\$ 914,38	R\$2.194.512,00
5	3719	PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras - O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.	UN	80	R\$ 3.839,10	R\$307.128,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$2.502.792,40

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.6. Cabe esclarecer quanto impossibilidade de enquadramento do objeto no inciso III da Lei Complementar nº 147 de 07.08.2014, visto que a natureza do objeto não permite sua divisão, sob pena de prejuízo à operacionalização na execução dos serviços.
- 1.7. A não aceitação de consorcio justifica-se por não se tratar de objeto de grande vulto ou complexidade, o que não restringe o universo de possíveis licitantes.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (7962440), apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (7962440), apêndice deste Termo de Referência.

4.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Conforme Estudos Preliminares (7962440), os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

6.1.1. serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

6.1.2. O serviço de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendem a prestação de serviços de assessoria, cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, seguro viagem e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, de qualquer companhia aérea, contratação de despacho de bagagens e outros serviços correlatos, inerentes à atividade de agenciamento de viagens, sempre que requisitados por servidor designado, que atenda aos trechos e horários solicitados dentre aqueles oferecidos pelas Companhias Aéreas.

6.1.3. Passagem aérea compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isso representa toda a contratação.

6.1.4. Trecho compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

6.1.5. A CONTRATADA deverá estar integrada com o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens SCDP, e ser capaz de realizar as seguintes ações:

- a) Reserva automatizada, “on-line”, e emissão de seu comprovante;
- b) Emissão de bilhetes automatizados, “on-line”;
- c) Consulta e informação de melhor rota ou percurso, “on-line”;
- d) Consulta e frequência de voos e equipamentos, “on-line”;
- e) Consulta à menor tarifa disponível, “on-line”;
- f) Impressão de consultas formuladas;
- g) Alteração/remarcação de bilhetes; e
- h) Combinação de tarifa.

6.1.6. Após realizada a cotação pelo fornecedor dos serviços, a Administração deverá avaliar as opções apresentadas e selecionar a melhor tarifa, utilizando os parâmetros previstos no art. 16 da Instrução Normativa SLTI/MP nº. 03, de 11 de fevereiro de 2015.

6.1.7. O preço das passagens aéreas, a ser cobrado pela empresa Contratada, deverá ser exatamente o mesmo praticado pelas Companhias Aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais.

6.1.8. O contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura;

6.1.9. Não há necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

6.1.10. As soluções de mercado estão pormenorizadas no item 5 do Estudo Técnico Preliminar;

6.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a

prestação do serviço.

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

7.1. Requisita-se às agências que as faturas e a comunicação formal sejam em meio eletrônico/digital, evitando o consumo de papel, em atendimento a critérios de sustentabilidade.

8. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

8.1. Não se aplica a realização de vistoria para o objeto da licitação.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. A execução dos serviços será iniciada na data da assinatura do contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses.

9.2. A empresa vencedora deverá iniciar a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência imediatamente após a assinatura do contrato, e disporá do prazo máximo de 3 (três) dias úteis para indicar, formalmente, o preposto, prazo esse em que o Mcom também indicará fiscais e gestor do contrato.

9.3. Para a execução dos serviços, a empresa contratada deverá:

9.4. Manter a disposição do CONTRATANTE, a qualquer momento, das 8h às 19h, de segunda a sexta-feira, funcionários para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços contratados. Após o horário estipulado nesta alínea, nos fins-de-semana e feriados, a CONTRATADA deverá indicar o(a)s empregado(a)s para atenderem os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando para o CONTRATANTE, plantão de telefones e WhatsApp;

9.5. Caberá à empresa realizar a procura, a reserva e a aquisição do bilhete, para o dia e horário de interesse do adquirente, além de eventualmente marcação do assento e cancelamentos;

9.6. manter equipe preparada e capacitada para operacionalizar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP);

9.7. Prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos partidas e/ou chegadas, melhores conexões e das tarifas promocionais;

9.8. encaminhar a cotação de horários e valores das companhias aéreas que operam o trecho pretendido de forma padrão a ser definida entre a contratada e a contratante, nos prazos de 2 (duas) horas para bilhetes domésticos e 3 (três) horas para bilhetes internacionais;

9.9. Proceder a emissão de bilhetes eletrônicos para outras localidades no Brasil e/ou no Exterior, à disposição do passageiro, na companhia mais próxima e/ou nos aeroportos, informando o código e a empresa, assim como o seguro viagem internacional;

9.10. Efetuar o endosso de passagem respeitando o regulamento das companhias aéreas;

9.11. Providenciar a realização de check-in para autoridades, quando houver necessidade;

9.12. As tarifas praticadas devem ser aquelas praticadas pelas Companhias Aéreas, sem comissionamento. Quaisquer valores a título de comissão, incentivos ou qualquer outro valor com o mesmo fim, deverão ser repassados à CONTRATANTE, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Contrato;

9.13. repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas;

9.14. Fornecer, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia aérea;

9.15. A emissões dos bilhetes de passagens aéreas serão feitas e autorizadas através do Sistema

de Concessão de Diária e Passagens - SCDP, de utilização obrigatória pelos Órgãos da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, conforme art. 12-A do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006.

9.16. A CONTRATADA deverá apresentar o número da PCDP e os bilhetes a ela relacionados quando da apresentação da respectiva Nota Fiscal e ou Fatura para fins de pagamento;

9.17. A Proposta de Concessão de Diárias e Passagens PCDP, datada e numerada sequencialmente, conterá o nome completo do beneficiário do bilhete a ser adquirido, seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, os trechos de origem e de destino, a data, o horário de ida e/ou volta da viagem, além de outras informações pertinentes a viagem;

9.18. Os bilhetes adquiridos deverão ser entregues, pela CONTRATADA via e-mail fornecido pelo CONTRATANTE;

9.19. Apenas em casos extremos de falha sistêmica ou de cobertura, o bilhete deverá ser entregue de maneira impressa. Essa ação deverá ser comunicada aos fiscais e gestores do contrato.

9.20. Eventual entrega de bilhetes fora do horário de expediente do Ministério das Comunicações (de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h), deverá ser realizada no local indicado pelo CONTRATANTE;

9.21. Havendo impossibilidade de atender ao objeto através do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens SCDP, por eventual pane no sistema, deverá ser utilizado formulário próprio do CONTRATANTE, que será preenchido e assinado pelas autoridades competentes, e enviado à CONTRATADA, por e-mail;

9.22. No caso especificado no subitem anterior, os dados constantes no formulário impresso serão lançados no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens SCDP, assim que sanado o problema;

9.23. proceder a emissão de bilhetes por meio dos dados disponíveis no Processo de Concessão de Diárias e Passagens (PCDP), desde que devidamente autorizado no SCDP ou, em caso excepcionais, autorizados pelo Gestor ou Gestor substituto do contrato;

9.24. A contratada deverá entregar os bilhetes de passagens aéreas nacionais em até 02 (duas) horas e internacionais em até 03 (três) horas, no mesmo dia da aprovação da emissão dos bilhetes pela contratada;

9.25. A contratada deverá indicar preposto para atender, inclusive, os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando para o contratante, plantão de telefones fixos, celulares/whatsapp e e-mails.

9.26. A execução dos serviços deverá ocorrer nas dependências da contratada.

9.27. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo MCOM.

9.28. Fornecer passagens de qualquer companhia aérea que atenda aos trechos e horários requisitados.

9.29. Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas com relação ao fornecimento de bilhetes de passagens.

9.30. Fornecer apólice de seguro de assistência em viagem internacional.

9.31. É requisitado às agências que as faturas e a comunicação formal sejam em meio eletrônico/digital, evitando o consumo de papel, em atendimento a critérios de sustentabilidade.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. O quantitativo e valores de serviços a serem prestados pela CONTRATADA e dos valores a serem repassados às companhias aéreas e seguradoras estão estimados para doze (12) meses.

10.2. O horário de funcionamento do órgão é de 7h00 às 20h00 (horário local), sendo que neste intervalo está concentrado o maior volume de solicitações.

10.3. A informação acima não reduz, tampouco isenta a CONTRATADA, da obrigação de prestar os serviços demandados em horários diversos, nos prazos e condições estabelecidas neste TR.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada

11.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do

artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- I - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- II - Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- III - Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e
- IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Prestar os serviços de acordo com o previsto na Instrução Normativa Nº 3, de 11 de fevereiro de 2015 .

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.4. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

15.6. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.8. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.10. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos

serviços.

15.11. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II deste TR, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.5. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.5.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá

conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.5.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

17.3.5.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.1.1. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.1.2. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

- 18.5.2. a data da emissão;
- 18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.5.5. o valor a pagar; e
- 18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.12.2. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = $I \times N \times VP$, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira 0,00016438, assim apurado:

I (TX)	I	(6 / 100)	I 0,00016438 TX Percentual da taxa anual 6%
--------	---	-------------	--

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preço ao Consumidor - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a

execução do contrato;

20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.10. Será considerada extinta a garantia:

20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I - **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das

obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - Multa de:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos,

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem IV também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens I, III, IV e V poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato

5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
---	--

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento

previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

22.3.1.1. Entende-se por atividade pertinente: de agenciamento de passagens aéreas e serviços correlatos;

22.3.1.2. Entende-se por compatível em características: passagens aéreas nacionais e internacionais e seguro viagem;

22.3.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. Valores unitários: conforme modelo de proposta anexa ao edital.

22.4.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.4.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1. O custo estimado anual da contratação é de **R\$2.502.792,40 (dois milhões, quinhentos e dois mil setecentos e noventa e dois reais e quarenta centavos).**

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 410003

Fonte de Recursos: 0100000000;

PTRES: 194964 ;

Elemento de Despesa: 339039;

24.2. Nos exercícios subsequentes, a despesa correrá à conta de dotações orçamentárias que lhes forem destinadas, indicando-se o crédito e o empenho para sua cobertura.

Submete-se à apreciação do senhor Coordenador-Geral de Recursos Logísticos para aprovação do Termo de Referência e seus anexos.

(assinado digitalmente)

ADRIANA DA SILVA CAVALCANTE

SIAPE: 3211373

(assinado digitalmente)

AMANDA COELHO MONTEIRO

SIAPE: 3245274

(assinado digitalmente)

CRISTIANE REIS PEIXOTO SERRA

SIAPE: 3220162

À consideração superior.

(assinado digitalmente)

MARIA APARECIDA FABRI PESSANHA

Coordenadora de Logística e Patrimônio

Considerando as informações aqui presentes, aprovo o Termo de Referência e seus anexos.

(assinado digitalmente)

IVANCIR GONÇALVES DA ROCHA CASTRO FILHO

Coordenador-Geral de Recursos Logísticos

ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar (7962440)

ANEXO II - IMR (8132557)



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida Fabri Pessanha, Coordenadora de Logística e Patrimônio**, em 20/10/2021, às 15:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Reis Peixoto Serra, Analista Técnico-Administrativo**, em 20/10/2021, às 16:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana da Silva Cavalcante, Chefe da Divisão de Serviços e Patrimônio**, em 20/10/2021, às 16:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivancir Gonçalves da Rocha Castro Filho, Coordenador-Geral de Recursos Logísticos**, em 20/10/2021, às 17:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8286385** e o código CRC **2DE98055**.

- 01 Do Objeto
- 02 Dos Recursos Orçamentários
- 03 Do Credenciamento
- 04 Da Participação no Pregão
- 05 Da Apresentação Da Proposta e dos Documentos de Habilitação
- 06 Do Preenchimento da Proposta
- 07 Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances
- 08 Da Aceitabilidade Da Proposta Vencedora
- 09 Da Habilitação
- 10 Do Encaminhamento Da Proposta Vencedora
- 11 Dos Recursos
- 12 Da Reabertura da Sessão Pública
- 13 Da Adjudicação e Homologação
- 14 - Da Garantia de execução
- 15 Do Termo de Contrato
- 16 - Do Reajustamento em sentido geral
- 17 Da Aceitação do Objeto e da Fiscalização
- 18 Das Obrigações da Contratante e da Contratada
- 19 Do Pagamento
- 20 Das Sanções Administrativas
- 21 Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento
- 22 Das Disposições Gerais
- 23 Do Foro

ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL:

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

APÊNDICE I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO II MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III INSTRUÇÃO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

ANEXO IV MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2021

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.018700/2021 62)

Torna se público, para conhecimento dos interessados, que a União representada pelo Ministério das Comunicações, por meio da Coordenação de Administração de Pessoal, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 8º andar, sala 2 6, CEP: 70044 902, realizará licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob a forma de execução direta, no regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 0 520, de 7 de julho de 2002, do Decreto nº 0 024, de 20 de setembro de 20 9, do Decreto 9 507, de 2 de setembro de 20 8, do Decreto nº 7 746, de 05 de junho de 20 2, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 20 7 e nº 03, de 26 de abril de 20 8 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 0 , de 9 de janeiro de 20 0, da Lei Complementar nº 23, de 4 de dezembro de 2006, da Lei nº 488, de 5 de junho de 2007, do Decreto nº 8 538, de 06 de outubro de 20 5, aplicando se, subsidiariamente, a Lei nº 8 666, de 2 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital

Data da sessão: 05/ /202

Horário: 0h

Local: Portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional, internacional e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, para o Ministério das Comunicações - MCom**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

2 A licitação será realizada em grupo único, formados por 5 (cinco) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem

3 O critério de julgamento adotado será o menor preço/maior desconto GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 202 , na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 4 0003

Fonte: 0 00000000

3. DO CREDENCIAMENTO

3 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusivamente e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados

3.5 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2008

4 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2004 TCU Plenário);

4.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2008, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante

4.3 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 3, art. 5º, inciso V, da Lei nº 2.833, de 6 de maio de 2003 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2004);

4.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2004, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante

4.5 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 23, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49

4.5.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 23, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

4.5.3 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.4 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.5 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.6 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.7 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 6 de setembro de 2009

4.5.8 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 5º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.9 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.233, de 24 de julho de 1999

4.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 23, de 2006

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1 valor anual do item;

6.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada

6.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.5 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de frete, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 2º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993

6.6 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG nº 5/20

6.7 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.7.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.7.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito

6.8 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior

6.9 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente

6.10 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

6.11 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto

6.12 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação

6.13 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas

6.14 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 7º, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participam da fase de lances

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor anual do lote

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento)

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances

enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários

7 2 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar se á automaticamente

7 3 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço

7 4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar

7 5 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante

7 6 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances

7 7 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos pa ticipantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação

7 8 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, conforme definido neste Edital e seus anexos

7 9 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta

7 20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do po te da entidade empresarial O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte pa ticipantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar se o disposto nos arts 44 e 45 da LC nº 23, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8 538, de 20 5

7 2 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno po te que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada

7 22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última ofe ta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto

7 23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior

7 24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos inte valos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta

7 25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado

7 26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art 3º, § 2º, da Lei nº 8 666, de 993, assegurando se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7 26 prestados por empresas brasileiras;

7 26 2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7 26 3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação

7 27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados

7 28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital

7 28 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes

7.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

7 28 2 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a pa tir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

7 29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art 7º e no § 9º do art 26 do Decreto nº 0 024/20 9

8 2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital

8 3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor

8 4 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais

8 5 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9 do Anexo VII A da In SEGES/MP n 5/20 7, que:

8 5 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8 5 2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8 5 3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8 5 4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 455/20 8 TCU Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8 5 4 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8 5 4 for insuficiente para a cobe tura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração

8 5 4 2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes

8 6 Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta

8 7 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecução da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta

8 8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita

8 8 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta

8 9 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

8 9 2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado

8 0 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida

8 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8 2 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço

8 2 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8 2 2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime

8 3 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto

8 4 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação

8 5 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma

8 6 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 23, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso

8 7 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observando o disposto neste Edital

9. DA HABILITAÇÃO

9 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9 2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 2º da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário

9 2 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas

9 2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros

9 2 2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

9 3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação

9 4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 23, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente

9 2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018

9 2 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9 2 2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada

9 2 3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sites eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto nº 024, de 2019

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação

9 4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital

9 5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos

9 6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da

filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz

9 6 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pe tinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições

9 6 2 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante

9 7 Ressalvado o disposto no item 5 3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

9.8. Habilitação jurídica:

9 8 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9 8 2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9 8 3 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9 8 4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9 8 5 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9 8 6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9 9 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9 9 2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de ce tidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Po taria Conjunta nº 75 , de 02/ 0/20 4, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional

9 9 3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9 9 4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5 452, de ° de maio de 943;

9 9 5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9 9 6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9 9 7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9 0 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9 0 2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9 0 2 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9 0 2 2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social

9 0 3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG	Ativo Circulante Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante Passivo Não Circulante

SG	Ativo Total
	Passivo Circulante Passivo Não Circulante

LC	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9 0 4 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 0% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente

9.11. Qualificação Técnica:

9 Comprovação de aptidão para a prestação dos se viços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado

9 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a se viços executados com as seguintes características mínimas:

9 Os atestados deverão referir se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9 2 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado e prazo inferior, conforme item 0 8 do Anexo VII A da IN SEGES/MP n 5, de 20 7

9 3 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de se viços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação, nos termos do item 0 9 do Anexo VII A da IN SEGES/MP n 5/20 7

9 4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 0 0 do Anexo VII A da IN SEGES/MP n 5/20 7

9 2 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n 23, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício

9 3 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno po te seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital

9 3 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação

9 4 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno po te ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa

9 5 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação Se, na ordem de classificação, seguir se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização

9 6 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma

9 7 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá los em desacordo com o estabelecido neste Edital

9 8 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 23, de 2006, seguindo se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente

9 9 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

0 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

0 ser redigida em língua po tuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal

0 2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

0 3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento

0 2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso

0 2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada

0 3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art 5º da Lei nº 8 666/93)

0 3 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos

0 4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação

0 5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante

0 6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação

11. DOS RECURSOS

0 Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema

2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente

2 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso

2 2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito

2 3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento

4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

2 A sessão pública poderá ser reaberta:

2 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam

2 2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art 43, § 2º da LC nº 23/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances

2 2 2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta

2 2 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório

2 2 2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

3 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados

3 2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

4 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência

15. DO TERMO DE CONTRATO

5 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado termo de contrato, com período de vigência de 2 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993

5 2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital

5 2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento

5 2 2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

5 3 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no artigo 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2008, e nos termos do artigo 6º, III, da Lei nº 0.522, de 9 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN

5 3 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação

5 3 2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos

5 4 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços

5 5 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços

16. DO REAJUSTE

6 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

7 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência

19. DO PAGAMENTO

9 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital

9 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 0.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20 2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20 3 apresentar documentação falsa;

20 4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20 5 ensejar o retardamento da execução do objeto;

- 20 6 não manter a proposta;
- 20 7 cometer fraude fiscal;
- 20 8 cometer fraude fiscal;
- 20 2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente
- 20 3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances
- 20 4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 20 4 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 20 4 2 Multa de 0, % (um décimo por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 20 4 3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20 4 4 impedimento de licitar e de contratar com a União e credenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 20 4 4 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20 deste Edital
- 20 4 5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20 5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções
- 20 6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 2.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR
- 20 7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 2.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa
- 20 8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público
- 20 9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme o artigo 4º do Código Civil
- 20 10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999
- 20 11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade
- 20 12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF
- 20 13 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 21 1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital
- 21 2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacoes@mcom.gov.br
- 21 3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação
- 21 4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame
- 21 5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital
- 21 6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos
- 21 7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame
- 21 7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação
- 21 8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22 1 Na sessão pública do Pregão divulgar-se-á a Ata no sistema eletrônico
- 22 2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro
- 22 3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF
- 22 4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação
- 22 5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação
- 22 6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação
- 22 7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório
- 22 8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração

22 9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público

22 0 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital

22 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras e www.mcom.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446 Brasília/DF CEP 70 065 900, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 2:00 horas e das 4:00 horas às 7:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados

22 2 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22 2 ANEXO I Termo de Referência;

22 2 2 ANEXO II Modelo de Proposta de Preços; e

22 2 3 ANEXO III Minuta de Termo de Contrato;

(assinado digitalmente)

IVANCIR GONÇALVES DA ROCHA CASTRO FILHO

Au o dade Co pe n e

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA PREGÃO ELETRÔNICO

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL, INTERNACIONAL E EMISSÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL**, para atender o **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	CAT	SERV	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL ESTIMADO
		37 9	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, rese va e emissão de bilhetes de passagem voos nacionais	UN	2 400	R\$0,43	R\$ 032,00
2		37 9	Prestação de se viços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem	UN	80	R\$0,43	R\$34,40
3		37 9	Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem voos nacionais e internacionais	UN	200	R\$0,43	R\$86,00
4		37 9	PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.	UN	2 400	R\$ 9 4,38	R\$2 94 5 2,00
5		37 9	PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.	UN	80	R\$ 3 839, 0	R\$307 28,00

VALOR TOTAL ESTIMADO**R\$2.502.792,40**

- 2 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum
- 3 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima
- 4 A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário
- 5 O prazo de vigência do contrato é de 2 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993
- 6 Cabe esclarecer quanto impossibilidade de enquadramento do objeto no inciso III da Lei Complementar nº 47 de 07/08/2004, visto que a natureza do objeto não permite sua divisão, sob pena de prejuízo à operacionalização na execução dos serviços
- 7 A não aceitação de consórcio justifica-se por não se tratar de objeto de grande vulto ou complexidade, o que não restringe o universo de possíveis licitantes

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2 A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (7962440), apêndice deste Termo de Referência

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (7962440), apêndice deste Termo de Referência

4.**5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 5 Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica
- 5.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2 de setembro de 2008, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada
- 5.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6 Conforme Estudos Preliminares (7962440), os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 6 se serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva
- 6.2 O serviço de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendem a prestação de serviços de assessoria, cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, seguro viagem e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, de qualquer companhia aérea, contratação de despacho de bagagens e outros serviços correlatos, inerentes à atividade de agenciamento de viagens, sempre que requisitados por servidor designado, que atenda aos trechos e horários solicitados dentre aqueles oferecidos pelas Companhias Aéreas
- 6.3 Passagem aérea compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isso representa toda a contratação
- 6.4 Trecho compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea
- 6.5 A CONTRATADA deverá estar integrada com o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, e ser capaz de realizar as seguintes ações:
- a) Reserva automatizada, “on line”, e emissão de seu comprovante;
 - b) Emissão de bilhetes automatizados, “on line”;
 - c) Consulta e informação de melhor rota ou percurso, “on line”;
 - d) Consulta e frequência de voos e equipamentos, “on line”;
 - e) Consulta à menor tarifa disponível, “on line”;
 - f) Impressão de consultas formuladas;
 - g) Alteração/remarcação de bilhetes; e
 - h) Combinação de tarifa
- 6.6 Após realizada a cotação pelo fornecedor dos serviços, a Administração deverá avaliar as opções apresentadas e selecionar a melhor tarifa, utilizando os parâmetros previstos no art. 6 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 03, de 12 de fevereiro de 2005
- 6.7 O preço das passagens aéreas, a ser cobrado pela empresa Contratada, deverá ser exatamente o mesmo praticado pelas Companhias Aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais
- 6.8 O contrato terá duração inicial de 2 (doze) meses, a contar da data de assinatura;
- 6.9 Não há necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;
- 6.10 As soluções de mercado estão pormenorizadas no item 5 do Estudo Técnico Preliminar;
- 6.2 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 7 Requisito se às agências que as faturas e a comunicação formal sejam em meio eletrônico/digital, evitando o consumo de papel, em atendimento a critérios de sustentabilidade

8. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

8 Não se aplica a realização de vistoria para o objeto da licitação

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9 A execução dos serviços será iniciada na data da assinatura do contrato, cuja vigência será de 2 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses

9 2 A empresa vencedora deverá iniciar a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência imediatamente após a assinatura do contrato, e disporá do prazo máximo de 3 (três) dias úteis para indicar, formalmente, o preposto, prazo esse em que o Mcom também indicará fiscais e gestor do contrato

9 3 Para a execução dos serviços, a empresa contratada deverá:

9 4 Manter a disposição do CONTRATANTE, a qualquer momento, das 8h às 19h, de segunda a sexta-feira, funcionários para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços contratados. Após o horário estipulado nesta alínea, nos fins de semana e feriados, a CONTRATADA deverá indicar o(a) empregado(a)s para atenderem os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando para o CONTRATANTE, plantão de telefones e WhatsApp;

9 5 Caberá à empresa realizar a procura, a reserva e a aquisição do bilhete, para o dia e horário de interesse do adquirente, além de eventualmente marcação do assento e cancelamentos;

9 6 manter equipe preparada e capacitada para operacionalizar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP);

9 7 Prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos partidas e/ou chegadas, melhores conexões e das tarifas promocionais;

9 8 encaminhar a cotação de horários e valores das companhias aéreas que operam o trecho pretendido de forma padrão a ser definida entre a contratada e a contratante, nos prazos de 2 (duas) horas para bilhetes domésticos e 3 (três) horas para bilhetes internacionais;

9 9 Proceder a emissão de bilhetes eletrônicos para outras localidades no Brasil e/ou no Exterior, à disposição do passageiro, na companhia mais próxima e/ou nos aeroportos, informando o código e a empresa, assim como o seguro viagem internacional;

9 0 Efetuar o endosso de passagem respeitando o regulamento das companhias aéreas;

9 Providenciar a realização de check in para autoridades, quando houver necessidade;

9 2 As tarifas praticadas devem ser aquelas praticadas pelas Companhias Aéreas, sem comissionamento. Quaisquer valores a título de comissão, incentivos ou qualquer outro valor com o mesmo fim, deverão ser repassados à CONTRATANTE, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Contrato;

9 3 repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas;

9 4 Fornecer, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia aérea;

9 5 A emissões dos bilhetes de passagens aéreas serão feitas e autorizadas através do Sistema de Concessão de Diária e Passagens - SCDP, de utilização obrigatória pelos Órgãos da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, conforme art. 2º A do Decreto nº 5.992, de 9 de dezembro de 2006

9 6 A CONTRATADA deverá apresentar o número da PCDP e os bilhetes a ela relacionados quando da apresentação da respectiva Nota Fiscal e ou Fatura para fins de pagamento;

9 7 A Proposta de Concessão de Diárias e Passagens - PCDP, datada e numerada sequencialmente, conterá o nome completo do beneficiário do bilhete a ser adquirido, seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, os trechos de origem e de destino, a data, o horário de ida e/ou volta da viagem, além de outras informações pertinentes a viagem;

9 8 Os bilhetes adquiridos deverão ser entregues, pela CONTRATADA via e-mail fornecido pelo CONTRATANTE;

9 9 Apenas em casos extremos de falha sistêmica ou de cobertura, o bilhete deverá ser entregue de maneira impressa. Essa ação deverá ser comunicada aos fiscais e gestores do contrato

9 20 Eventual entrega de bilhetes fora do horário de expediente do Ministério das Comunicações (de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h), deverá ser realizada no local indicado pelo CONTRATANTE;

9 2 Havendo impossibilidade de atender ao objeto através do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, por eventual pane no sistema, deverá ser utilizado formulário próprio do CONTRATANTE, que será preenchido e assinado pelas autoridades competentes, e enviado à CONTRATADA, por e-mail;

9 22 No caso especificado no subitem anterior, os dados constantes no formulário impresso serão lançados no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, assim que sanado o problema;

9 23 proceder a emissão de bilhetes por meio dos dados disponíveis no Processo de Concessão de Diárias e Passagens (PCDP), desde que devidamente autorizado no SCDP ou, em caso excepcionais, autorizados pelo Gestor ou Gestor substituto do contrato;

9 24 A contratada deverá entregar os bilhetes de passagens aéreas nacionais em até 02 (duas) horas e internacionais em até 03 (três) horas, no mesmo dia da aprovação da emissão dos bilhetes pela contratada;

9 25 A contratada deverá indicar preposto para atender, inclusive, os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando para o contratante, plantão de telefones fixos, celulares/whatsapp e e-mails

9 26 A execução dos serviços deverá ocorrer nas dependências da contratada

9 27 Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo MCOM

9 28 Fornecer passagens de qualquer companhia aérea que atenda aos trechos e horários requisitados

9 29 Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas com relação ao fornecimento de bilhetes de passagens

9 30 Fornecer apólice de seguro de assistência em viagem internacional

9 3 É requisitado às agências que as faturas e a comunicação formal sejam em meio eletrônico/digital, evitando o consumo de papel, em atendimento a critérios de sustentabilidade

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

0 O quantitativo e valores de serviços a serem prestados pela CONTRATADA e dos valores a serem repassados às companhias aéreas e seguradoras estão estimados para doze (2) meses

0 2 O horário de funcionamento do órgão é de 7h00 às 20h00 (horário local), sendo que neste intervalo está concentrado o maior volume de solicitações

0 3 A informação acima não reduz, tampouco isenta a CONTRATADA, da obrigação de prestar os serviços demandados em horários diversos, nos

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por se vitor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017

6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

6 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

6.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

6.3 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens

7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada

10 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993

Prestar os serviços de acordo com o previsto na Instrução Normativa Nº 3, de 12 de fevereiro de 2015

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

2.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

2.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

2.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

2.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

I Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

II Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

III Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

IV Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII B da IN SEGES/MP nº 5/2017;

2.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

2.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços

2.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

2.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros

2 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato

2.2 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado

2.3 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

2.4 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo

2.5 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

2.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2 7 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 3 46, de 20 5;

2 8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

2 9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §º do art. 57 da Lei nº 8 666, de 1993

2 20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

2 2 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

3 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

4 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

5 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§º e 2º do art. 67 da Lei nº 8 666, de 1993

5 2 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8 666, de 1993

5 3 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato

5 4 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto

5 5 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

5 6 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada

5 7 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada

5 8 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador

5 9 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência

5 10 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços

5 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 20 7, aplicável no que for pertinente à contratação

5 2 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8 666, de 1993

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

6 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II deste TR, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada

6 2 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

7 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo

7 2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

7 3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

7 3 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários

7 3 2 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da

execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

7 3 3 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório

7 3 4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis

7 3 5 No prazo de até 0 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato

7 3 5 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo

7 3 5 2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7 3 5 3 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo

7 4 No prazo de até 0 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

7 4 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7 4 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7 4 2 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto

7 5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor

7 6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades

18. DO PAGAMENTO

8 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

8 2 Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado

8 3 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura

8 3 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993

8 4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993

8 4 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 3 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2008

8 5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8 5 o prazo de validade;

8 5 2 a data da emissão;

8 5 3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8 5 4 o período de prestação dos serviços;

8 5 5 o valor a pagar; e

8 5 6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

8 6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

8 7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento

8 8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital

8 9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante

8 0 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos

8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa

8 2 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF

8 2 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante

8 2 2 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências

impeditivas indiretas, obse vado o disposto no a t 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 20 8

8 3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 3 da Lei 8 2 2, de 993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n 5/20 7, quando couber

8 4 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário se vidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente

8 5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM I x N x VP, sendo:

EM Encargos moratórios;

N Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP Valor da parcela a ser paga

I Índice de compensação financeira 0,000 6438, assim apurado:

I (TX)	I	(6 / 00)	I 0,000 6438 TX Percentual da taxa anual 6%
--------	---	------------	--

19. REAJUSTE

9 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas

9 2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preço ao Consumidor IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art 5º do Decreto n º 054, de 994):

R V (I Iº) Iº, onde

R Va o do ea us e p ocu ado

V Va o con a ua a se ea us ado

Iº índ ce n ca - efe e-se ao índ ce de cus os ou de p eços co esponden e à da a f xada pa a en ega da p opos a na c ação

I Índ ce e a vo ao mês do ea us amen o

9 3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a pa tir dos efeitos financeiros do último reajuste

9 4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer

9 5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo

9 6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor

9 7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo

9 8 O reajuste será realizado por apostilamento

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20 A Contratada apresentará, no prazo máximo de 0 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação

20 A inobse vância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento)

20 2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art 78 da Lei n 8 666 de 993

20 2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20 2 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20 2 2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20 2 3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20 2 4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber

20 3 A modalidade seguro garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria

20 4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária

20 5 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia

20 6 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do a tigo 827 do Código Civil

20 7 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação

20 8 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5(quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada

20 9 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria

20 0 Será considerada extinta a garantia:

20 0 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de impo tências depositadas em dinheiro a título de garantia,

acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20 0 2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3 do Anexo VII F da IN SEGES/MP n 05/20 7

20 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada

20 2 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

2 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 0 520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal

2 2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II **Multa de:**

- a) 0, % (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 5 (quinze) dias Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0, % (um décimo por cento) até 0% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0, % (um décimo por cento) até 5% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), obse vado o máximo de 2% (dois por cento) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si

III Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos,

V Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

2 3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem IV também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência

2 4 As sanções previstas nos subitens I, III, IV e V poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando a dos pagamentos a serem efetuados

2 5 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os se viços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02

5	Retirar funcionários ou encarregados do seu viço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	0
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	0
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
0	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	0
	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	0

- 2 6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 2 6 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 2 6 2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 2 6 3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados
- 2 7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999
- 2 8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente
- 2 8 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 0 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente
- 2 9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme o artigo 4º do Código Civil
- 2 0 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade
- 2 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 2.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR
- 2 2 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 2.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa
- 2 3 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público
- 2 4 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 22 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinado no edital
- 22 2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital
- 22 3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 22 3 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado
- 22 3 Entende-se por atividade pertinente: de agenciamento de passagens aéreas e serviços correlatos;
- 22 3 2 Entende-se por compatível em características: passagens aéreas nacionais e internacionais e seguro viagem;
- 22 3 3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 08 do Anexo VII A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017
- 22 4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 22 4 Valores unitários: conforme modelo de proposta anexa ao edital
- 22 4 2 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global
- 22 4 3 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 23 O custo estimado anual da contratação é de **R\$2.502.792,40 (dois milhões, quinhentos e dois mil setecentos e noventa e dois reais e quarenta centavos)**

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 24 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gesão Unidade 410003
Fon e Recursos 0100000000
PTRES 194964
Elemento de Despesa 339039

24.2 Nos exercícios subsequentes, a despesa correrá à conta de dotações orçamentárias que lhes forem destinadas, indicando se o crédito e o empenho para sua cobertura

Submete-se à apreciação do senhor Coordenador Geral de Recursos Logísticos para aprovação do Termo de Referência e seus anexos

(assinado digitalmente)
ADRIANA DA SILVA CAVALCANTE
SIAPE 3211373

(assinado digitalmente)
AMANDA COELHO MONTEIRO
SIAPE 3245274

(assinado digitalmente)
CRISTIANE REIS PEIXOTO SERRA
SIAPE 3220162

À consideração superior

(assinado digitalmente)
MARIA APARECIDA FABRI PESSANHA
Coordenadora de Logística e Planejamento

Considerando as informações aqui presentes, aprovo o Termo de Referência e seus anexos

(assinado digitalmente)
IVANCIR GONÇALVES DA ROCHA CASTRO FILHO
Coordenador-Geral de Recursos Logísticos

APÊNDICE I - Estudo Técnico Preliminar (7962440)

APÊNDICE I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do Processo: 53 50 8700/202 62

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Ministério das Comunicações foi incorporado pelo Ministério da Tecnologia da Informação, sendo extinto por meio da Medida Provisória nº 726 de 2 de maio de 2016.

2.2 A Medida Provisória nº 980 de 10 de junho de 2020, posteriormente transformada em Lei, recriou o Ministério das Comunicações. Desde então, o MCom, ainda em fase de estruturação, vem buscando implementar ações no que se referem às atividades e recursos necessários para o cumprimento dos objetivos estratégicos.

2.3 A contratação de empresa gerenciadora de passagens aéreas e serviços correlatos, devidamente credenciada junto aos órgãos reguladores, faz-se necessária para atender às demandas de deslocamento das autoridades, servidores e colaboradores do recém-criado Ministério das Comunicações, visando garantir ao órgão o cumprimento de agendas e de serviços essenciais ao cumprimento da missão institucional da pasta.

2.4 O objeto que se pretende contratar visa possibilitar que o deslocamento de servidores e colaboradores, exclusivamente no desempenho das atribuições funcionais, seja realizado por meio do serviço de transporte aéreo de passageiros. Essa modalidade de transporte conjuga critérios de segurança, rapidez e conforto, que representa solução custo-benefício mais adequada para o atendimento eficiente e eficaz das demandas do MCOM.

2.5 A contratação de agenciamento de viagens prevê coberturas com passagens aéreas nacional e internacional e seguro viagem, este último com despesas médicas, hospitalares e/ou odontológica, traslado de corpo etc. Este órgão, numa ação preventiva, poderá acautelar-se em relação a imprevistos eventualmente ocorridos durante as viagens nacionais e internacionais de interesse da Administração, salvaguardando, assim, os próprios interesses da Administração, incluindo os de ordem econômico-financeira, haja vista que, como é cediço, na grande maioria das situações envolvendo incidentes, o valor cobrado pela contratação prévia de passagens aérea e seguro mostra-se inferior à importância eventualmente despendida com despesas decorrentes de imprevistos incidentes sobre usuário não preventivamente segurado.

2.6 A demanda é de natureza continuada, pois, pela sua essencialidade, visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro.

2.7 Assim, esta contratação será realizada com a vigência de 2 (doze) meses, prorrogáveis até o limite de 60 (sessenta) meses, em atenção ao art. 57, II, da Lei nº 8.666, de 2 de junho de 1993 e alterações.

3. ÁREA REQUISITANTE

Sector Requiritante (Unidade/Sector/Depto): Serviço de Diárias e Passagens

Responsável: Amanda Coelho Monteiro

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 O serviço de agenciamento de viagens e serviços correlatos compreendem a prestação de serviços de assessoria, cotação, reserva, emissão, remarcação,

cancelamento, seguro viagem e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais, de qualquer companhia aérea, contratação de despacho de bagagens e outros serviços correlatos, inerentes à atividade de agenciamento de viagens, sempre que requisitados por servidor designado, que atenda aos trechos e horários solicitados dentre aqueles oferecidos pelas Companhias Aéreas

4.2 A CONTRATADA deverá estar integrada com o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, e ser capaz de realizar as seguintes ações:

- a) Reserva automatizada, "on line", e emissão de seu comprovante;
- b) Emissão de bilhetes automatizados, "on line";
- c) Consulta e informação de melhor rota ou percurso, "on line";
- d) Consulta e frequência de voos e equipamentos, "on line";
- e) Consulta à menor tarifa disponível, "on line";
- f) Impressão de consultas formuladas;
- g) Alteração/remarcação de bilhetes; e
- h) Combinação de tarifa

4.3 Após realizada a cotação pelo fornecedor dos serviços, a Administração deverá avaliar as opções apresentadas e selecionar a melhor tarifa, utilizando os parâmetros previstos no art. 6 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 03, de 15 de fevereiro de 2015

4.4 O preço das passagens aéreas, a ser cobrado pela empresa Contratada, deverá ser exatamente o mesmo praticado pelas Companhias Aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais

4.5 A presente demanda é de natureza continuada, pois, pela sua essencialidade, visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a continuidade das atividades Ministeriais, observando os projetos desenvolvidos pelo órgão e em alinhamento às Políticas Públicas desenvolvidas pelo Governo Federal

4.6 Assim, esta contratação será realizada com a vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis até o limite de 60 (sessenta) meses, em atenção ao art. 57, II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações

4.7 O objeto da contratação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, conforme art. 3º, II, do Decreto nº 7.024, de 20 de setembro de 2010 e nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 5.202, de 2002:

"Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."

4.8 Tendo em vista que a natureza do objeto não exige maior especialidade do fornecedor e a modalidade de licitação é o pregão eletrônico, as exigências de habilitação devem seguir o disposto no Decreto nº 7.024, de 20 de setembro de 2010 e na Lei nº 8.666/1993 e alterações, limitando-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5. As soluções de mercado encontradas foram:

a) Agenciamento - Serviço prestado por agência de viagens e turismo compreendendo a venda comissionada ou a intermediação remunerada na comercialização de passagens, viagens e outros serviços correlatos. O agenciamento pode ser feito por meio de posto avançado de serviços ou somente de forma remota (e-mail e telefone)

b) Compra Direta - Trata-se da aquisição de passagens aéreas diretamente das companhias aéreas credenciadas pelo Governo Federal, sem o intermédio de Agência de Viagens e Turismo, por meio de sistema informatizado que permite realizar a cotação, a reserva e a emissão dos bilhetes em tempo real, com aplicação automática dos benefícios fixados nos acordos corporativos firmados com as credenciadas, a exemplo dos descontos sobre tarifas

5.2 A escolha pelo agenciamento de viagens advém da impossibilidade de realizar a compra de passagens via Compra Direta/Aquisição Direta pela não conversão em lei da MP nº 877/2010, de 25.03.2010. Assim, a única forma de aquisição de passagens aéreas para a presença física em eventos que assim o exijam, pela Administração Pública Federal, é através da contratação de uma agência de viagens, nos moldes estabelecidos nos normativos vigentes

5.3 Pela sistemática utilizada pelas companhias aéreas, praticada no mercado e validada pela Lei nº 8.212/2005, que versa sobre a liberdade tarifária para estipulação de seus preços, não é possível estabelecer previamente os valores a serem praticados por cada companhia aérea credenciada. Assim, a prestação dos serviços por cada credenciada dar-se-á somente nas hipóteses em que essa ofertar o menor preço nas pesquisas de voos, realizadas por meio do sistema de acesso, busca, reserva, emissão e gestão de passagens aéreas do órgão

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO

6. A solução abrange a prestação do serviço de empresa especializada para agenciamento na prestação de fornecimento de passagens aéreas e serviços correlatos

6.2 Manter a disposição do CONTRATANTE, a qualquer momento, das 8h às 19h, de segunda a sexta-feira, funcionários para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços contratados. Após o horário estipulado nesta alínea, nos fins de semana e feriados, a CONTRATADA deverá indicar o(a)s empregado(a)s para atenderem os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando para o CONTRATANTE, plantão de telefones e WhatsApp;

6.3 Caberá à empresa realizar a procura, a reserva e a aquisição do bilhete, para o dia e horário de interesse do adquirente, além de eventualmente a marcação do assento e cancelamentos;

6.4 Manter equipe preparada e capacitada para operacionalizar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP);

6.5 Prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos partidas e/ou chegadas, melhores conexões e das tarifas promocionais;

6.6 Encaminhar a cotação de horários e valores das companhias aéreas que operam o trecho pretendido de forma padrão a ser definida entre a contratada e a contratante, nos prazos de 2 (duas) horas para bilhetes domésticos e 3 (três) horas para bilhetes internacionais;

6.7 Proceder a emissão de bilhetes eletrônicos para outras localidades no Brasil e/ou no Exterior, à disposição do passageiro, na companhia mais próxima e/ou nos aeroportos, informando o código e a empresa, assim como o seguro viagem internacional;

6.8 Efetuar o endosso de passagem respeitando o regulamento das companhias aéreas;

6.9 Providenciar a realização de check-in para autoridades, quando houver necessidade;

6.10 As tarifas praticadas devem ser aquelas praticadas pelas Companhias Aéreas, sem comissionamento. Quaisquer valores a título de comissão, incentivos ou qualquer outro valor com o mesmo fim, deverão ser repassados à CONTRATANTE, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Contrato;

6.11 Repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas;

6.12 Fornecer, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia aérea;

6.13 A emissão dos bilhetes de passagens aéreas serão feitas e autorizadas através do Sistema de Concessão de Diária e Passagens - SCDP, de utilização

obrigatória pelos Órgãos da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, conforme art 2 A do Decreto nº 5 992, de 9 de dezembro de 2006

6 4 A CONTRATADA deverá apresentar o número da PCDP e os bilhetes a ela relacionados quando da apresentação da respectiva Nota Fiscal e ou Fatura para fins de pagamento;

6 5 A Proposta de Concessão de Diárias e Passagens PCDP, datada e numerada sequencialmente, conterá o nome completo do beneficiário do bilhete a ser adquirido, seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas CPF, os trechos de origem e de destino, a data, o horário de ida e/ou volta da viagem, além de outras informações pertinentes a viagem;

6 6 Os bilhetes adquiridos deverão ser entregues, pela CONTRATADA via e mail fornecido pelo CONTRATANTE;

6 7 Apenas em casos extremos de falha sistêmica ou de cobertura, o bilhete deverá ser entregue de maneira impressa Essa ação deverá ser comunicada aos fiscais e gestores do contrato

6 8 Eventual entrega de bilhetes fora do horário de expediente do Ministério das Comunicações (de segunda a sexta feira, das 8h às 18h), deverá ser realizada no local indicado pelo CONTRATANTE;

6 9 Havendo impossibilidade de atender ao objeto através do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens SCDP, por eventual pane no sistema, deverá ser utilizado formulário próprio do CONTRATANTE, que será preenchido e assinado pelas autoridades competentes, e enviado à CONTRATADA, por e mail;

6 20 No caso especificado no subitem anterior, os dados constantes no formulário impresso serão lançados no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens SCDP, assim que sanado o problema;

6 2 proceder a emissão de bilhetes por meio dos dados disponíveis no Processo de Concessão de Diárias e Passagens (PCDP), desde que devidamente autorizado no SCDP ou, em caso excepcionais, autorizados pelo Gestor ou Gestor substituto do contrato;

6 22 A contratada deverá entregar os bilhetes de passagens aéreas nacionais em até 02 (duas) horas e internacionais em até 03 (três) horas, no mesmo dia da aprovação da emissão dos bilhetes pela contratada;

6 23 A contratada deverá indicar preposto para atender, inclusive, os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando para o contratante, plantão de telefones fixos, celulares/whatsapp e e mails

6 24 A execução dos serviços deverá ocorrer nas dependências da contratada

6 25 Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo MCOM

6 26 Fornecer passagens de qualquer companhia aérea que atenda aos trechos e horários requisitados

6 27 Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas com relação ao fornecimento de bilhetes de passagens

6 28 Fornecer apólice de seguro de assistência em viagem internacional

6 29 É requisitado às agências que as faturas e a comunicação formal sejam em meio eletrônico/digital, evitando o consumo de papel, em atendimento a critérios de sustentabilidade

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7 O Ministério das Comunicações foi incorporado pelo Ministério da Tecnologia da Informação em 2 de maio de 2016, quando foi extinto via Medida Provisória nº 726 Em 30 de junho de 2020, a Medida Provisória nº 980, posteriormente transformada em Lei, recriou o Ministério das Comunicações Desde então, o órgão está sendo reestruturado, não possuindo ainda sua quantidade final de servidores e colaboradores

7 2 Assim, visando buscar um número racional para a estimativa da demanda, foi identificado o Edital nº 29/2013 MC o último instrumento de contratação de agenciamento de passagens do Ministério das Comunicações, sendo este utilizado como base de cálculo das quantidades estimadas para a presente contratação

7 3 No referido Edital nº 29/2013 MC, há uma estimativa de quantidades e valores, a saber:

Exercício 2010		
Passagens	Valores	Quantidade anual de Bilhetes
Nacionais	056 312,00	2 320
Internacionais	238 66,00	60
Total	294 972,00	2 380
Exercício 2011		
Passagens	Valores	Quantidade anual de Bilhetes
Nacionais	760 586,00	880
Internacionais	24 84,00	64
Total	785 470,00	944
Exercício 2012		
Passagens	Valores	Quantidade Anual de Bilhetes
Nacionais	8 7684,00	980
Internacionais	508 843,00	72
Total	326 527,00	2 052
Exercício 2013 - 01 de janeiro a 31 de agosto		
Passagens	Valores	Quantidade de Bilhetes até 30/08/2013
Nacionais	7 365,00	068

Internacionais	327 308,00	50
Total	040 959,00	250
Estimativa para 2 (dois) dias do Exercício 2013		
Passagens	Valores	Quantidade Anual aproximada de bilhetes
Nacionais	8 666,67	4
Internacionais	3	
Total	777,78	5
Estimativa para o Exercício 2014		
Passagens	Valores	Quantidade Anual aproximada de bilhetes
Nacionais	560 000,00	2.400
Internacionais	560 000,00	80
Total	2 20 000,00	2.480

7.4 Nesse sentido, levando-se em consideração as demandas do órgão, os recursos disponíveis e na previsão de um acréscimo no volume de viagens dos servidores e colaboradores para o ano de 2022, considerou-se a quantidade estimada para o exercício de 2024 para fins de estimativa da presente contratação uma vez que refere-se ao último registro antes da incorporação do MCOM ao MCTI, conforme quadro demonstrativo abaixo:

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA
	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem voos nacionais	2 400
2	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem internacional	80
3	Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem voos nacionais e internacionais	200
4	PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas. O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.	2 400
5	PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea internacional, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras. O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante.	80

7.5 Diante disso, é necessário considerar os seguintes fatores:

7.5 O MCom ainda está em reestruturação, com perspectivas de aumento nos quantitativos finais de servidores e colaboradores;

7.5.2 Em que pese o aumento de videoconferências a nível operacional, a necessidade de viagens a trabalho se mantém, considerando a implementação de novos projetos a cargo deste Ministério

7.6 Por tratar-se de meras projeções, as quantidades não constituem, em hipótese alguma, compromisso futuro para o Ministério, razão pela qual não poderão ser exigidos nem considerados como quantidade para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, sem que isso justifique qualquer indenização à CONTRATADA

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8 Diante da pesquisa no Painel de Preços do *comprasnet* e no contrato vigente neste órgão, estima-se os seguintes valores para passagens nacionais e internacionais:

QUANTITATIVO			ESTIMATIVA DE PREÇOS				
Passagens nacionais	Passagens internacionais	Alteração, cancelamento e reembolso	Valor agenciamento unitário	Valor total agenciamento (2 680)	Valor unitário estimado passagem nacional	Valor unitário estimado Passagem internacional incluído o seguro viagem	Valor total estimado da contratação
2 400	80	200	0,43	52,40	9 4,38	3 839, 0	RS\$2.502.792,40

8.2 Ante o exposto, o valor estimado para contratação é de R\$2 502 792,40 (dois milhões, quinhentos e dois mil setecentos e noventa e dois reais e quarenta centavos) para custear a despesa com passagens aéreas nacionais e internacionais e suas respectivas taxas de embarque, outras taxas e multas e seguro viagem internacional

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

9 Em regra, conforme § 2º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala

9.2 O disposto, no entanto, não se aplica à presente demanda, por questões eminentemente operacionais, sendo necessário o agrupamento dos itens. Assim, afasta-se o caráter de parcelamento e segue-se à licitação com os itens agrupados em um único grupo, composto de itens referentes aos repasses dos valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos, internacionais, seguro viagem e serviços correlatos

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

0 A presente contratação ocorre de forma independente, não se vinculando a qualquer outra contratação para que possa surtir seus efeitos

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

ITEM CADASTRADO NO PAC?	Nº DO ITEM NO PLANO	DESCRIÇÃO DO ITEM
SIM	87 e 40 /202	PRESTACAO DE SERVICOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

2 Garantir o desempenho das atividades institucionais do Ministério das Comunicações

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

3 Não serão necessárias quaisquer adequações, quer seja logística, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental

14.1 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

4 Não há impactos ambientais resultantes da contratação

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

5 Com base nas informações levantadas ao longo do estudo preliminar, bem como no registro do contrato anterior, e considerando ainda que o fornecimento de passagens aéreas tem por finalidade garantir ao órgão o cumprimento de agendas e de serviços essenciais ao cumprimento da missão institucional da pasta, considera-se viável a realização de nova contratação

5.2 Para tanto, submete-se à apreciação superior, destacando que o mesmo foi elaborado em observância às normas vigentes, em especial a Lei nº 0.520/2002, Lei nº 8.666/93, Decreto nº 9.507/2008 e IN SEGES nº 5/2007

(assinado digitalmente)
ADRIANA DA SILVA CAVALCANTE
SIAPE 3211373

(assinado digitalmente)
AMANDA COELHO MONTEIRO
SIAPE 3245274

(assinado digitalmente)
CRISTIANE REIS PEIXOTO SERRA
SIAPE 3220162

De acordo

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar

(assinado digitalmente)
IVANCIR GONÇALVES DA ROCHA CASTRO FILHO
Coordenador-Geral de Recursos Logísticos

ANEXO II MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Em papel timbrado da licitante)

À Comissão Permanente de Licitação

Ministério das Comunicações - MCOM

Brasília - DF

REF: Pregão Eletrônico Nº 184/2021-MCOM

Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossa a nossa proposta para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional, internacional e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, para o Ministério das Comunicações - MCOM, de acordo com as especificações técnicas e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 184/2021-MCOM

(A proposta deverá ser apresentada de acordo com a planilha e condições abaixo descritas:)

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem voos nacionais CATSERV 37 9	unidade	2 400		
2	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem CATSERV 37 9	unidade	80		
3	Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem voos nacionais e internacionais CATSERV 37 9	unidade	200		
4	PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. CATSERV 37 9	unidade	2 400		
5	PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. CATSERV 37 9	unidade	80		
VALOR GLOBAL					

O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data do seu envio ao Ministério das Comunicações

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, façam parte do fornecimento dos materiais, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato e receber no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Tel: _____

e mail: _____

CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa :

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

Cartão Ident nº: _____ Expedido por: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Brasília, ____ de _____ de 2021.

Proponente

Assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) do proponente

Nome(s), endereço, e mail e telefone para contato

ANEXO III INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

1. OBJETO

Este Instrumento de Medição de Resultado, à luz da Instrução Normativa nº 05/2017, abrangerá o serviço de agenciamento de passagens aéreas e seus correlatos

2. OBJETIVO

2 Definição: O Instrumento de Medição de Resultado é o instrumento que define em bases compatíveis, tangíveis e objetivamente observáveis, os níveis esperados de qualidade de prestação de serviço e as respectivas adequações de pagamento

2.2 Objetivo a atingir: prestação do serviço em elevados níveis de qualidade, para fins de eficiência e economicidade

2.3 Forma de avaliação: definição de indicadores que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de grau de correspondência

3. APURAÇÃO DO RESULTADO ESPERADO SERÁ REALIZADO POR INTERMÉDIO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, CONFORME A SEGUIR:

Nº 1 EMISSÃO E RESERVA DE PASSAGEM

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a reserva/emissão de passagens no tempo previsto em edital
Instrumento de Medição	Contagem do número de apontamentos realizados pelos fiscais
Formas de Acompanhamento	Controle por parte dos fiscais acerca dos apontamentos e reclamações
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Somatório
Início da Vigência	Data de assinatura do contrato
Faixa de Ajuste do Pagamento	Até 5 (cinco) apontamentos 100% (cem por cento) do valor mensal de agenciamento de viagens; De 6 (seis) a 8(oito) apontamentos 95% (noventa e cinco por cento) do valor mensal de agenciamento de viagens; Acima de 8 (oito) apontamentos 90% (noventa por cento) do valor mensal de agenciamento de viagens

Nº2 EMISSÃO DE FATURA

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a emissão e envio de fatura das passagens emitidas no mês, com toda a descrição detalhada de seus serviços e contendo toda a documentação, conforme consta do edital
Instrumento de Medição	Contagem do número de apontamentos realizados pelos fiscais
Formas de Acompanhamento	Controle por parte dos fiscais acerca dos apontamentos e reclamações
Periodicidade	Trimestral
Mecanismo de Cálculo	Somatório
Início da Vigência	Data de assinatura do contrato

Faixa de Ajuste do Pagamento	Até (um) apontamento mensal de agenciamento de viagens da fatura 00% (cem por cento) do valor mensal de agenciamento de viagens da fatura; 2 apontamentos mensais de agenciamento de viagens da fatura Acima de 2 (dois) apontamentos 90% (noventa por cento) do valor mensal de agenciamento de viagens
------------------------------	--

(assinado digitalmente)
ADRIANA DA SILVA CAVALCANTE
SIAPE 3211373

(assinado digitalmente)
AMANDA COELHO MONTEIRO
SIAPE 3245274

(assinado digitalmente)
CRISTIANE REIS PEIXOTO SERRA
SIAPE 3220162

ANEXO IV
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO: 53115.018700/2021-62

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 00/2021,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
E A EMPRESA

A União, por intermédio do Ministério das Comunicações, com sede na Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília Distrito Federal, CEP 70 065 900, inscrito no CNPJ sob o nº , neste ato representado por seu Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Senhor , nomeado pela Portaria nº , de / / , publicada no *DOU* de de de , inscrito no CPF nº , portador da Carteira de Identidade nº , doravante denominada CONTRATANTE e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº , sediado(a) na , em , doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº , expedida pela (o) , e CPF nº , tendo em vista o que consta no Processo nº **53115.018700/2021-62** e em observância às disposições da Lei nº 8 666, de 2 de junho de 1993, da Lei nº 0 520, de 7 de julho de 2002, do Decreto nº 9 507, de 2 de setembro de 20 8 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 20 7 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº /202 , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

1. CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional, internacional e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, para atender o Ministério das Comunicações MCOM, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	CATSERV	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UM*	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL ESTIMADO
	37 9	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem voos nacionais CATSERV 37 9	UN	2 400		
2	37 9	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens , compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem CATSERV 37 9	UN	80		
3	37 9	Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem voos nacionais e internacionais CATSERV 37 9	UN	200		
4	37 9	PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. CATSERV 37 9	UN	2 400		
5	37 9	PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea , compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. CATSERV 37 9	UN	80		
VALOR TOTAL ESTIMADO						

Este Termo de Contrato vincula se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição

2. CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA

2 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é 2 (doze) meses, fixado no Edital, ao contar da data da sua assinatura eletrônica, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2 Os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
 - 2 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
 - 2 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação
- 2.2 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual
- 2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo

3. CLÁUSULA TERCEIRA PREÇO

3 O valor total da contratação é de R\$ ()

ITEM	CATSERV	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UM*	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL ESTIMADO
	37 9	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem voos nacionais CATSERV 37 9	UN	2 400		
2	37 9	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem Voos internacionais e cotação e emissão de seguro viagem CATSERV 37 9	UN	80		
3	37 9	Alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem voos nacionais e internacionais CATSERV 37 9	UN	200		
4	37 9	PASSAGEM AÉREA NACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea nacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. CATSERV 37 9	UN	2 400		
5	37 9	PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL (FIXO) Aquisição de passagem aérea, compreendendo o valor dos bilhetes de passagem aérea internacional, suas respectivas taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas e seguro viagem devido às seguradoras O valor deste item não deve ser alterado pelo licitante. CATSERV 37 9	UN	80		
VALOR TOTAL ESTIMADO						

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

3.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados

4. CLÁUSULA QUARTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 4 0003

Fonte: 0 00000000

PTRES: 94864

Elemento de Despesa: 339039

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro

5. CLÁUSULA QUINTA PAGAMENTO

5 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017

6. CLÁUSULA SEXTA REAJUSTE

6 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7 Será exigida a prestação da garantia na presente contratação, conforme regras do Termo de Referência

8. CLÁUSULA OITAVA REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital

9. CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital

10. CLÁUSULA DÉCIMA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

0 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA RESCISÃO

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

2 amigavelmente, nos termos do art 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993

2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa

3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art 77 da Lei nº 8.666, de 1993

4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

4 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

4.3 Indenizações e multas

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA VEDAÇÕES E PERMISSÕES

2 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei

2.2 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020

2.2 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL 0, de 8 de maio de 2020

2.2.2 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA ALTERAÇÕES

3 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art 65 da Lei nº 8.666, de 1993

3.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

3.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS

4 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 0.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA PUBLICAÇÃO

5 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA FORO

6 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em (uma) via disponibilizado por meio eletrônico por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, com fundamento no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que os representantes legais assinam

, de

de 202

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Ivancir Gonçalves da Rocha Castro Filho, Coordenador-Geral de Recursos Logísticos**, em 20/10/2021, às 17:35 (hora de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.gov.br/se/verificar>, informando o código verificado **8290697** e o código CRC **8EB06A11**.

Referência: Processo nº 53115.018700.2021-62

S nº 8290697



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria Executiva

Diretoria de Administração

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

CONTRATO Nº 27/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES (MCTIC), E A EMPRESA MONEY TURISMO EIRELI-EPP.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES (MCTIC)**, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ nº 03.132.745/0001-00, com Sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", Brasília/DF, CEP 70.067-900, neste ato representado pelo Coordenador-Geral de Recursos Logísticos Substituto, Senhor **LUIZ SOARES MAIA**, nacionalidade brasileira, Carteira de Identidade nº 2.5[REDACTED], expedida pela SSP/DF, CPF 087.02[REDACTED], designado pela Portaria MCTI nº 609 de 30 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 111, Seção 2, página 5, de 12 de junho de 2014, e no exercício regular da competência que lhe foi delegada pelo art. 69, inciso X, do Regimento Interno do MCTIC, aprovado pela Portaria MCTIC nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, com redação dada pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no DOU nº 65, Seção 1, página 4, do dia 04 de abril de 2017; e a empresa **MONEY TURISMO EIRELI-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.979.739/0001-05, situada na SCLN 102, Bloco "D" Entrada 54, Salas 117/119/121, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70722-540, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **CARLOS ALBERTO SILVA MONTORIL**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 57[REDACTED], expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], no exercício regular da competência que lhe foi atribuída pelo Ato Constitutivo de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada Por Transformação de Sociedade Limitada, de 19 de maio de 2016, registrado na Junta Comercial do Distrito Federal em 03 de junho de 2016 sob o nº 53600154819; tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.039247/2018-74, e em observância às disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31

4



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria Executiva

Diretoria de Administração

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

de maio de 2005, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 04/2018-SR/PF/RR e seus Anexos, demais legislação correlata, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de agenciamento de viagens para voos regulares internacionais e domésticos não atendidos pelas companhias aéreas credenciadas, destinados aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, que é parte integrante deste Contrato.

1.1.1. O objeto foi licitado em lote único, conforme abaixo:

LOTE ÚNICO		
ITEM	DESCRIÇÃO	O SERVIÇO COMPREENDE
1	Emissão de bilhetes de passagens – voos domésticos.	Assessoria, cotação, reserva e emissão.
2	Emissão de bilhetes de passagens – voos internacionais.	Assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhete aéreo e seguro de assistência em viagem.
3	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens - voos domésticos e internacionais.	Cotação, reserva, alteração, cancelamento e reembolso.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria Executiva

Diretoria de Administração

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

1.1.1.1. Os serviços de agenciamento somente poderão contemplar os voos das companhias aéreas credenciadas quando houver algum impedimento para a aquisição direta pelos órgãos e entidades ou em situações emergenciais devidamente justificadas.

1.2. Para fins eminentemente operacionais relacionados à execução orçamentária e financeira dos órgãos e entidade da Administração Pública Federal, particularmente nas atividades vinculadas ao empenho, pagamento e liquidação das despesas, o lote único do quadro do subitem 1.1.1 também será composto de itens referentes aos repasses dos valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos e internacionais adquiridos e ao repasse dos valores dos prêmios devidos às seguradoras em razão dos seguros viagem contratados, conforme discriminado no quadro abaixo:

LOTE ÚNICO (Complemento)		
ITEM	DESCRIÇÃO	O ITEM COMPREENDE
4	Repasse – Voos domésticos	Valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos adquiridos.
5	Repasse – Voos internacionais	Valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos internacionais adquiridos.
6	Repasse – Seguro viagem	Valores dos prêmios devidos às seguradoras em razão dos seguros de viagem contratados.

1.2.1. Os itens 4, 5 e 6 do quadro acima não serão objeto das propostas e formulação de lances pelos licitantes.

1.3. Este Contrato vincula-se ao Edital do Pregão identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria Executiva

Diretoria de Administração

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total estimado da contratação é de:

Item	Descrição Resumida do item	Quantidade Anual Estimada	Preço Unitário de Agenciamento (R\$)	Valor Anual Estimado do Agenciamento (R\$)
1	Emissão de BILHETES DE PASSAGEM – VOOS DOMÉSTICOS	5000	0,01	50,00
2	Emissão de BILHETES DE PASSAGEM – VOOS INTERNACIONAIS	757	0,01	7,57
3	Alteração e cancelamento de BILHETES DE PASSAGEM – VOOS DOMÉSTICOS e VOOS INTERNACIONAIS	421	0,01	4,21
4	Repassse - VOOS DOMÉSTICOS	5000	993,53	4.967.650,00



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria Executiva

Diretoria de Administração

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

5	Repasse – VOOS INTERNACIONAIS	752	5.117,00	3.847.984,00
6	Repasse – SEGURO VIAGEM	911	93,00	84.723,00
	TOTAL			8.900.418,78

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente demandados e prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato, estimadas em **R\$ 8.900.418,78 (oito milhões novecentos mil quatrocentos e dezoito reais e setenta e oito centavos)** no período da contratação, serão realizadas da seguinte forma: R\$ 2.225.104,71 (dois milhões duzentos e vinte e cinco mil cento e quatro reais e setenta e um centavos) no exercício de 2018, que correrão à conta do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Gestão/Unidade: 240101/0001, Fonte: 0178980000, Programa de Trabalho: 19.122.2106.2000.0001, Elemento de Despesa: 33.90.33, PI: 20000008-01 e PTRES: 090629); e R\$ 6.675.314,07 (seis milhões seiscentos e setenta e cinco mil trezentos e quatorze reais e sete centavos) no exercício de 2019, cuja dotação será indicada tão logo seja disponibilizada, por meio de apostila ou aditamento contratual.

4.2. Para tanto, foi emitida a Nota de Empenho nº 2018NE800635, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800636, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800637, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800638, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800639, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800640, de 23/10/2018, Nota de



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria Executiva

Diretoria de Administração

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

Empenho nº 2018NE800641, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800642, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800643, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800644, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800645, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800646, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800647, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800648, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800649, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800650, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800651, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800652, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800653, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800654, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800655, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800656, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800657, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800658, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800659, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800660, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800661, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800662, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800663, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800664, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800665, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800666, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800667, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800668, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800669, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800670, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800672, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800673, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800674, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800675, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800676, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800677, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800678, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800679, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800680, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800681, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800682, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800683, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800684, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800685, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800686, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800687, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800688, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800689, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria Executiva

Diretoria de Administração

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

2018NE800691, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800692, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800693, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800694, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800695, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800696, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800699, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800700, de 23/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800701, de 24/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800702, de 24/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800703, de 24/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800704, de 24/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800705, de 24/10/2018, Nota de Empenho nº 2018NE800706, de 24/10/2018 e Nota de Empenho nº 2018NE800709, de 24/10/2018.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 04/2018-SR/PF/RR.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IPCA.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Para assinatura do contrato não será exigida Garantia Contratual.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria Executiva

Diretoria de Administração

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo ao Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 04/2018-SR/PF/RR.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 04/2018-SR/PF/RR.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 04/2018-SR/PF/RR.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria Executiva

Diretoria de Administração

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria Executiva
Diretoria de Administração
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.


16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem as partes de acordo e ajustadas, após lido e achado conforme, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, que, desde já, consideram abonadas em juízo ou fora dele, obrigando-se por si e seus sucessores a fazê-lo cumprir nos termos e condições estipulados.

Brasília/DF, 29 de outubro de 2018.

Pela CONTRATANTE:


LUIZ SOARES MAIA
Coordenador-Geral de Recursos Logísticos
Substituto

Pela CONTRATADA:


CARLOS ALBERTO SILVA MONTORIL
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:


Joseph Essindola Leandro
Assistente em Ciência & Tecnologia
Matrícula nº 202 [REDACTED]


NOME: BENTO COELHO LOPES

CPF: 153-5 [REDACTED]



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SAN – Edifício DNIT – 2º andar,, Brasília/DF, CEP 70040-902
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.mds.gov.br

MINUTA DE EDITAL Nº 26/2018

PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO Nº 71000.032889/2018-70

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, por meio do(a) Pregoeiro(a) designado(a) pela Portaria no 169, de 23 de novembro de 2017, da Coordenação de Compras e Licitações, sediado(a) no SAN, Quadra 03, Lote A, Ed. Núcleo dos Transportes – DNIT, sala 23.25, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Instruções Normativas SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 02, de 11 de outubro de 2010 e nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 14 /12/2018

Horário: 10h00mín.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a emissão, remarcação, cancelamento de passagens aéreas e seguro viagem, a fim de atender as necessidades institucionais do Ministério do Desenvolvimento Social, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único grupo,

2. DO VALOR ESTIMADO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Após pesquisa mercadológica o valor estimado para o certame totalizou R\$ 7.234.311,00 (sete milhões, duzentos e trinta e quatro mil e trezentos e onze reais).

2.2. O valor estimado é composto pelo somatório do valor estimado de agenciamento que corresponde à R\$ 73,50 (setenta e três reais e cinquenta centavos) e do valor corresponde ao repasse dos bilhetes, no valor total de R\$ 7.234.237,50 (sete milhões, duzentos e trinta e quatro mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), valor de repasse este que não está sujeito a redução por parte dos

interessados em participar da licitação.

2.3. Não serão aceitas propostas com valor abaixo do valor de repasse qual seja R\$ 7.234.237,50 (sete milhões, duzentos e trinta e quatro mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

2.4. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Funcional programática 08.122.2122.2000.0001 – Administração da Unidade – Nacional, PTRES 093348, FT. 0151, ND, 33.90.33, SB 01 e SB 02 e ND 33.90.39, SB 03 e SB 69, PI 0200040501P; 0200040503P; 0200040507P; 0200040508P; 0200040510P; 0200040511P; 0200040518P; 0200041101P; 02000405CIP e 0200040523P, funcional programática 08.122.2037.8249.0001 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social – Nacional, PTRES 093347, FT. 0151, ND, 33.90.33, SB 01 e SB 02 e ND 33.90.39, SB 03 e SB 69, PI 0824941100P, Funcional programática 08.243.2037.217M.0001 - Desenvolvimento Integral na Primeira Infância - Criança Feliz - Nacional, PTRES128833, FT. 0100, ND, 33.90.33, SB 01 e SB 02 e ND, 33.90.39, SB 03 e SB 69, PI B217M12300P; Funcional programática 09.122.2061.2015.0001 - Funcionamento do Conselho de Recursos de Seguro Social - Nacional - PTRES128831, FT. 0151, ND, 33.90.33, SB 01 e SB 02 e ND, 33.90.39, SB 03 e SB 69, PI 020154CR00P e Funcional programática 08.244.2037.218V.0001 - Programação do Desenvolvimento Humano nos Diferentes Ciclos de Vida - Nacional - PTRES139939, FT. 0151, ND, 33.90.33, SB 01 e SB 02 e ND, 33.90.39, SB 03 e SB 69, PI 0218V12300P e PI 0218V12301P no valor acima referido - Unidade Gestora 550005 – Coordenação-Geral de Licitações e Contratos.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no

§3º do artigo 8º da IN SLTI/MP nº 2, de 2010.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.4. que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.6. Sociedades Cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.3. Como condição de participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.3.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.6.1. valor mensal e anual do item;
- 5.6.2. Descrição detalhada do objeto.
- 5.6.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 5.7.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.7.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do art. 63, §2º da IN 5/2017);
- 5.8. Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante preencherá, no campo condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB N° 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9.1. **A Proposta de Preços assinada e digitalizada, contendo as especificações detalhadas do objeto, deverá ser formulada e enviada, atualizada em conformidade com o último lance ofertado, num prazo máximo de 03 (três) horas após o encerramento da**

etapa de lances, por convocação do(a) Pregoeiro(a) pelo Sistema Eletrônico ("Convocação de anexo").

5.9.2. A Proposta de Preços assinada e digitalizada também poderá ser remetida por meio de mensagem para o e-mail licitacao@mds.gov.br, nos casos de solicitação do(a) Pregoeiro(a), para fins de agilizar o envio da documentação à área técnica do MDS, sem prejuízo da disponibilização pelo Sistema Eletrônico, ou de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo Sistema Eletrônico, sendo que, nesta última hipótese, será providenciado, em momento posterior, o uso da funcionalidade "Convocar anexo", de forma que a documentação seja inserida no Sistema Eletrônico e, assim, fique à disposição das demais licitantes.

5.9.3. Caso se entenda necessário, os originais deverão ser apresentados, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contadas da solicitação do Pregoeiro(a), Protocolo Central do Ministério do Desenvolvimento Social, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", Térreo, sala T-40, CEP: 70.054-906 – Brasília/DF, em envelope fechado e rubricado no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

<p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º XX/2018 ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE: _____ CNPJ No _____</p>
--

5.9.4. Dentro do prazo de 03 (três) horas poderão ser remetidos, por iniciativa da licitante, tantos quantos forem os documentos complementares ou retificadores afetos a sua Proposta de Preços. Na hipótese da proposta já ter sido incluída no Sistema Eletrônico, faz necessário que a licitante formalize ao(à) Pregoeiro(a), via mensagem (email), o desejo de envio de nova documentação. Nesse caso, o(a) Pregoeiro(a) fará novo uso da funcionalidade "Convocar anexo".

5.9.5. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 03 (três) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência) ou que deveria ter sido remetido juntamente com a proposta, sendo realizado, pelo(a) Pregoeiro(a), o registro da não aceitação da proposta, e a convocação da próxima licitante.

5.9.6. Na hipótese prevista no subitem 5.10.1, a documentação remetida via mensagem (e-mail) deverá corresponder exatamente àquela inserida no Sistema Eletrônico. O envio de documento não inserto no Sistema Eletrônico resultará na desconsideração do mesmo, para fins de análise por parte da área técnica, salvo na hipótese de pedido expresso da licitante, formalizado via e-mail dentro do prazo de 03 (três) horas, para a inclusão de tal documentação, situação na qual será aplicado o mesmo procedimento previsto no subitem 5.10, qual seja, o novo uso, pelo(a) Pregoeiro(a), da funcionalidade "Convocar anexo".

5.10. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.2.1. Não será admitida a desistência da proposta após o início da fase de lances, bem como, não será admitida a desistência de um lance após o encerramento desta fase.
- 6.2.2. **EXCEPCIONALMENTE**, após o ENCERRAMENTO da fase de lances, poderá ser acatado o pedido de desistência da proposta, em razão de motivo justo devidamente comprovado pela LICITANTE, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 6.2.3. Não restando comprovado o atendimento aos requisitos fixados no subitem 6.2.2 acima, a LICITANTE DESISTENTE ficará sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.
- 6.2.4. O não encaminhamento da documentação afeta a proposta, após a convocação pelo(a) Pregoeiro(a), conforme prazo estipulado neste edital, caracteriza desistência para fins de aplicação das penalidades cabíveis.
- 6.2.5. Com base na orientação emitida pela SLTI/MPOG, em face do teor do Acórdão TCU nº 754/2015 – Plenário, na hipótese de ocorrência de desistência injustificada de proposta/lance, o (a) Pregoeiro (a) autuará processo administrativo para apenação da(s) licitante(s) convocada(s), já que tal prática se consubstancia em ato ilegal, previsto no rol do art. 7º, da Lei 10.520/2002.
- 6.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, *ou não apresentem especificações técnicas contidas no Termo de Referência*.
- 6.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual do item.
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele

ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos

6.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.13. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos

6.14. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.15. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.17. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21. Só se aplica o sorteio quando houver empate entre as propostas e ausência de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 5/2017, que:

7.2.1. contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.2.2. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

7.2.4. não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e produtividade adotada.

7.3. Os licitantes podem apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta;

7.4. Para efeito do subitem acima, poderá haver adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando a assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço;

7.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

7.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.7.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.7.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele

renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.11. Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e a negociação, a licitante detentora da melhor proposta ou lance encaminhará ao Ministério do Desenvolvimento Social, juntamente com a proposta de preços, a documentação assinada e digitalizada referente à habilitação, no prazo máximo de 03 (três) horas, por convocação do(a) Pregoeiro(a) pelo Sistema Eletrônico (“Convocação de anexo”).

8.1.1. A documentação assinada e digitalizada referente à habilitação também poderá ser remetida por meio de mensagem para o e-mail licitacao@mds.gov.br, nos casos de solicitação do(a) Pregoeiro(a), para fins de agilizar o envio da documentação à área técnica do MDS, sem prejuízo da disponibilização pelo Sistema Eletrônico, ou de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo Sistema Eletrônico, sendo que, nesta última hipótese, será providenciado, em momento posterior, o uso da funcionalidade “Convocar anexo”, de forma que a documentação seja inserida no Sistema Eletrônico e, assim, fique à disposição das demais licitantes.

8.1.1.1. Caso se entenda necessário, os originais deverão ser apresentados, no prazo máximo de 2 (dois dias) úteis, contadas da solicitação do Pregoeiro(a), Protocolo Central do Ministério do Desenvolvimento Social, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “A”, Térreo, sala T-40, CEP: 70.054-906 – Brasília/DF, em envelope fechado e rubricado no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte

externa e frontal:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2018
ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E
PROPOSTA COMERCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
LICITANTE: _____
CNPJ No _____

8.1.2. Dentro do prazo de 03 (três) horas poderão ser remetidos, por iniciativa do licitante, tantos quantos forem os documentos complementares ou retificadores afetos a sua habilitação. Na hipótese da documentação já ter sido incluída no Sistema Eletrônico, faz necessário que o licitante formalize ao(a) Pregoeiro(a), via mensagem (e-mail), o desejo de envio de nova documentação. Nesse caso, o(a) Pregoeiro(a) fará novo uso da funcionalidade "Convocar anexo".

8.1.3. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de 03 (três) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da documentação de habilitação ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência) ou que deveria/poderia ter sido remetido juntamente com a mesma, sendo realizado, pelo(a) Pregoeiro(a), o registro da inabilitação, e a convocação da próxima licitante.

8.1.4. Na hipótese prevista no subitem 8.1.1, a documentação remetida via mensagem (email) deverá corresponder exatamente à que lá inserida no Sistema Eletrônico. O envio de documento não inserto no Sistema Eletrônico resultará na desconsideração do mesmo, para fins de análise por parte da área técnica, salvo na hipótese de pedido expresso do licitante (via email – licitacao@mds.gov.br), formalizado dentro do prazo de 03 (três) horas, para a inclusão de tal documentação, situação na qual será aplicado o mesmo procedimento previsto no subitem 5.10 qual seja, o novo uso, pelo(a) Pregoeiro(a), da funcionalidade "Convocar anexo".

8.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade

administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista:

8.6. **Habilitação jurídica:**

8.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.6.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.6.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.6.7. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

8.7. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.7.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.7.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.7.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.7.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei

nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.7.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.7.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais (ou estaduais) relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal (Fazenda Estadual) do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.7.8. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.7.9. **Qualificação Econômico-Financeira:**

8.7.10. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.7.11. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.7.12. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.7.13. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =	<u>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</u>
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	<u>Ativo Total</u>
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	<u>Ativo Circulante</u>
	Passivo Circulante

8.7.14. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

8.8. As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

a) Certificado de cadastro junto ao Ministério do Turismo;

b) Certificado de credenciamento à IATA, que permita a emissão de

BILHETE DE PASSAGEM, no mínimo, ou, caso a companhia aérea não esteja inserida e utilizando plenamente os sistemas *GDS* disponíveis no mercado, certificado de credenciamento específico com a mesma;

c) Declaração de que é proprietária ou de que possui licença de uso de sistema operacional eletrônico habilitado e interligado com as bases de dados e sites das companhias aéreas brasileiras com **VOOS DOMÉSTICOS** regulares e das principais companhias aéreas estrangeiras citadas no subitem 6.1.8 do Termo de Referência e dos principais sistemas *GDS* disponíveis no mercado;

d) Declaração de capacidade técnica expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado demonstrando que executa ou executou contrato de prestação dos serviços de **AGENCIAMENTO DE VIAGENS** e fornecimento de **BILHETE DE PASSAGEM**, concomitantemente, em quantidades somadas correspondentes ao mínimo de 50% (cinquenta por cento) das quantidades de **BILHETES DE PASSAGEM** de **VOOS DOMÉSTICOS** e ao mínimo de 50% (cinquenta por cento) das quantidades de **BILHETES DE PASSAGEM** de **VOOS INTERNACIONAIS**, considerando-as estimativas do subitem 9.1 do Termo de Referência;

8.8.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.8.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.8.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

8.8.1.3. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, é admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo a obrigatoriedade dos três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.8.1.4. O atestado apresentado para um item não poderá ser utilizado para os demais, exceto o quantitativo excedente.

8.8.1.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.8.1.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.8.2. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte

documentação, conforme item 10.5 do Anexo VII-A da in Nº 5/2017:

8.8.2.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

8.8.2.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI;

8.8.2.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.8.2.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

8.8.2.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.8.2.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador; e

8.8.2.7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.9. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.10. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 11.10.10.

8.11.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.12. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 03 (três) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.14. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.16. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.19. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.20. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor constará no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.1.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade

competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.

13.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

13.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

13.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

13.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

13.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

13.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

13.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

13.6. O garantidor não é parte legítima para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada (inserido pela IN nº 05/2017)

13.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

13.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

13.9. Será considerada extinta a garantia:

13.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a

Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.9.2. no prazo de 90 dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será estendido, nos termos da comunicação.

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.

14.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta "on line" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

14.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.4. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15. DO REAJUSTE

15.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

18.2.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

18.2.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em

consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

18.2.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório mencionado acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

18.2.4. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.2.5. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.2.6. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

18.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

18.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela

máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

18.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I=(TX/100)$$

$$365$$

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

I = índice de atualização financeira;

TX= Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM=Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2. apresentar documentação falsa;

19.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5. não mantiver a proposta;

19.1.6. cometer fraude fiscal;

19.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal,

às seguintes sanções:

19.3.1. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

19.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mds.gov.br.

20.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar

erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.compasgovernamentais.gov.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço SAN, quadra 03, lote A, Ed. Núcleo dos Transportes – DNIT, 2º andar, sala 23.25 nos dias úteis, no horário das 09:00h às 11:00h e das 14:00h às 17:00h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.10.1. ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos;

21.10.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Ferreira Moraes**, Pregoeiro(a), em 03/12/2018, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://aplicacoes.mds.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2771044 e o código CRC EE3CE84D.

0.1.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SAN – Edifício DNIT – 2º andar, , Brasília/DF, CEP 70040-902
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.mds.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 71000.032889/2018-70

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS COMPREENDENDO A EMISSÃO, REMARCAÇÃO, CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS nacionais e internacionais e SEGURO VIAGEM para viagens internacionais conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, a fim de atender as necessidades institucionais do Ministério do Desenvolvimento Social.

1.2. O objeto sera adjudicado por menor preço global, conforme especificações constantes do Termo de Referência e será licitado em grupo único, conforme quadro a seguir:

SERVIÇO		
ITEM	DESCRIÇÃO	O SERVIÇO COMPREENDE
1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos	Assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem
2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais	Assessoria, cotação, reserva e emissão de bilhetes de passagem e cotação e emissão de seguro viagem
3	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagem - voos domésticos e voos internacionais	Alteração, cancelamento e reembolso
SERVIÇO (repassse)		
ITEM	DESCRIÇÃO	O ITEM COMPREENDE

4	Repasse - voos domésticos	Valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos adquiridos
5	Repasse - voos internacionais	Valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos internacionais adquiridos
6	Repasse – seguro viagem	Valores dos prêmios devidos às seguradoras em razão dos seguros viagem contratados para viagens internacionais.

1.3. Para fins eminentemente operacionais relacionados à execução orçamentária e financeira do Ministério do Desenvolvimento Social, particularmente nas atividades vinculadas ao empenho, pagamento e liquidação das despesas, o serviço único do quadro do subitem 1.1 também será composto de itens referentes aos repasses dos valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos e internacionais adquiridos e ao repasse dos valores dos prêmios devidos às seguradoras em razão dos seguros viagem contratados,

1.3.1. Os itens 4, 5 e 6 do quadro acima não serão objeto de formulação de preços e lances pelos licitantes, (verificar Anexo I).

1.4. A divisão por itens, dentro do serviço único, visa oportunizar às licitantes a oferta de preços diferenciados, de acordo com a complexidade e o esforço despendido na prestação dos serviços de cada item.

1.5. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir de suas assinaturas, sendo facultada a prorrogação por períodos sucessivos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses.

2. DAS DEFINIÇÕES

2.1. Para perfeito entendimento deste Termo de Referência são adotadas as seguintes definições:

2.1.1. **AGÊNCIA DE TURISMO** – empresa que tenha por objeto, exclusivamente, a prestação das atividades de turismo previstas na Lei nº 12.974/2014. Para os efeitos dessa lei, referidas empresas classificam-se em “Agências de Viagens” e “Agências de Viagens e Turismo”;

2.1.2. **CENTRAL DE ATENDIMENTO** – unidade da CONTRATADA que objetiva fazer interface entre o usuário da CONTRATANTE. No caso em comento, oferecerá suporte especializado, de forma ininterrupta, para atender às necessidades dos usuários relacionadas aos serviços contratados;

2.1.3. **GDS** – *Global Distribution System* sistema eletrônico utilizado para operação

e gerenciamento de cotações, reservas, emissões, alterações, cancelamentos e reembolsos de passagens aéreas, intermediando o processo de compra e fornecimento entre as Agências de Turismo e as empresas aéreas;

2.1.4. **SELF-BOOKING:** Sistema a ser disponibilizado pela contratada para efetuar cotações e reserva pelo CONTRATANTE;

2.1.5. **IATA – International Air Transport Association** (Associação Internacional de Transportes Aéreos) - criada por um grupo de empresas aéreas com o objetivo de representá-las em todos os assuntos relacionados à aviação;

2.1.6. **LOCALIZADOR** – código alfanumérico pelo qual se identifica todos os dados da passagem aérea, tais como voo, datas, número do assento, tipo de tarifa, etc;

2.1.7. **NO-SHOW** - não comparecimento de passageiro no momento do embarque.

2.1.8. **IN – Instrução Normativa:** ato regulamentar expedido por autoridade, dispondo normas disciplinares que deverão ser adotadas pela ADMINISTRAÇÃO DIRETA, autarquias e fundações;

2.1.9. **BILHETE DE PASSAGEM** - documento fornecido pela companhia aérea, denominado usualmente como *e-ticket*, comprovando a contratação do serviço de transporte aéreo, contendo os dados do passageiro, os horários e o itinerário da viagem, o valor da TAXA DE EMBARQUE e as regras e o valor da TARIFA, podendo contemplar um ou mais TRECHOS da viagem;

2.1.10. **CODESHARE** – acordo de cooperação pelo qual uma companhia aérea comercializa BILHETE DE PASSAGEM para o transporte de passageiros em voos de outra companhia aérea;

2.1.11. **PCDP – Proposta de Concessão de Diárias e Passagens** registrada no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP;

2.1.12. **SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens:** sistema de uso obrigatório pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, autárquica e fundacional para a concessão, registro, acompanhamentos em gestão e controle de diárias e passagens;

2.1.13. **SEGURO ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL** – compreender cobertura para acidente ou enfermidade, incluindo despesas médico-hospitalares, reembolso farmácia e odontológico, traslado e repatriamento em caso de acidente, doença ou morte em viagens ao exterior;

2.1.14. **SIASG – Sistema de Administração e Serviços Gerais;**

2.1.15. **SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;**

2.1.16. **SISG – Sistema de Serviços Gerais;**

2.1.17. **TARIFA** – valor da passagem aérea;

2.1.18. **TAXA DE EMBARQUE** – valor cobrado para a utilização das instalações, serviços e facilidades oferecidas pelos aeroportos;

2.1.19. **TR – Termo de Referência;**

2.1.20. **TOUR CODE-** código fornecido pelas empresas aéreas que identificam o comprador, as condições comerciais e benefícios concedidos na aquisição de passagens aéreas;

- 2.1.21. **TRECHO** – compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma empresa aérea;
- 2.1.22. **UF** – Unidade Federativa;
- 2.1.23. **UNIDADE SOLICITANTE** – unidade do âmbito da estrutura organizacional do órgão ou entidade da Administração Pública Federal;
- 2.1.24. **VIAGEM INTERNACIONAL** – trechos cujas cidades de origem e/ou intermediárias e/ou de destino encontram-se em território estrangeiro;
- 2.1.25. **VIAGEM MÚLTIPLOS TRECHOS** – viagem com dois ou mais destinos;
- 2.1.26. **VIAGEM NACIONAL** - trechos cujas cidades de origem, intermediárias e de destino encontram-se em território brasileiro;
- 2.1.27. **VIAGEM PONTO A PONTO** – viagem com um só destino e retorno à mesma origem;
- 2.1.28. **VOO DOMÉSTICO REGULAR** - rota de transporte aéreo de passageiros, mantida por empresas aéreas brasileiras, com cidades de origem, intermediárias e de destino localizadas em território brasileiro;
- 2.1.29. **VOO INTERNACIONAL REGULAR** - rota de transporte aéreo de passageiros mantido por empresas aéreas brasileiras ou estrangeiras, com cidade de origem e/ou intermediárias e/ou de destino localizadas em território estrangeiro.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. O Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, no cumprimento de sua missão de indutor da política de inclusão social, da segurança alimentar, da assistência integral e de uma renda mínima de cidadania às famílias que vivem em situação de pobreza, em consonância com a implementação de inúmeros programas e políticas públicas de desenvolvimento social, justifica a necessidade da contratação de serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, que tem por objetivo dar cumprimento às suas atividades de fiscalização, capacitação, atualização, participação em eventos oficiais e outras, visando atingir suas metas finalísticas institucionais.

3.2. O MDS, demonstra através das informações prestadas no Relatório de Gestão Anual 2017, o alinhamento dos resultados e/ou metas com o Plano Plurianual, conforme trechos destacados a seguir:

a) Os objetivos fundamentais do MDS estão dispostos no PPA 2016-2019 e são direcionados aos grupos de maior vulnerabilidade da população brasileira, contribuindo para o combate à pobreza e redução das desigualdades, para a promoção do acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade.

b) Esses objetivos do PPA sob a responsabilidade do Órgão estão concentrados em três Programas que refletem as linhas mestras de atuação do MDS no período 2016-2019: Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais (Programa 2019), Consolidação do Sistema Único de Assistência Social

(Programa 2037) e Segurança Alimentar e Nutricional (Programa 2069).

3.3. O quantitativo a ser demandado, além do histórico dos últimos 3 anos, foi solicitado às áreas demandantes que informassem a estimativa dos quantitativos a serem utilizados, conforme quadro abaixo

3.3.1.

Estimativa de Quantitativo		
Item	Descrição Resumida do Item	Quantidade Anual Estimada
1	Emissão de BILHETES DE PASSAGEM - VOOS DOMÉSTICOS	6.000
2	Emissão de BILHETES DE PASSAGEM - VOOS INTERNACIONAIS	250
3	Alteração e cancelamento de BILHETES DE PASSAGEM – VOOS DOMÉSTICOS e VOOS INTERNACIONAIS	1.100
Fonte:SCDP		

3.4. Desta forma a realização de nova contratação se faz necessária em face da crescente ampliação resultante da evolução dos programas sociais desenvolvidos pelas áreas fins deste Ministério, gerando, por conseguinte, aumento dos deslocamentos considerados essenciais para a consecução dos projetos de governo nesta esfera de atuação, além do aumento significativo sofrido pela força de trabalho no âmbito da Pasta, o que representa um aumento potencial de sujeitos ao atendimento da finalidade institucional a partir de viagens nacionais e internacionais para execução dos programas contemplados pelo desenvolvimento social e de combate à fome.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. A contratação para prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais enquadra-se na classificação de serviços comuns e está alicerçada na Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, e o processo licitatório observará as normas e procedimentos estabelecidos na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.2. Enquadram-se ainda nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes

que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PAGAMENTO

5.1. A Gestão Contratual do objeto relativo a este termo de referência, se dará por meio da Divisão de Concessão de Diárias e Passagens.

5.2. A Contratada deverá manter endereço eletrônico para correspondências via e-mail das irregularidades observadas, devendo confirmar o recebimento.

5.2.1. O prazo de manifestação da CONTRATADA perante as ocorrências informadas é de 5(cinco) dias úteis.

5.3. O pagamento e a medição será realizada após o envio do detalhamento das emissões de bilhetes nacionais e internacionais e seguro-viagem por meio digital conforme item 11 deste Termo de Referência.

6. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. CONDIÇÕES GERAIS

6.1.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE credenciais IATA dedicado ao MDS, de uso exclusivo, que serão cadastrados no SCDP.

6.1.2. Para fins desse TR serão considerados dois tipos de viagem: MÚLTIPLOS TRECHOS (nacionais e internacionais) e PONTO A PONTO (nacionais e internacionais).

6.1.2.1. Para VIAGENS MÚLTIPLOS TRECHOS, a solicitação de cotação será registrada no SCDP pela CONTRATANTE e submetida à CONTRATADA, que acessará, no referido sistema, fila contendo as demandas pendentes de atendimento.

6.1.2.2. A CONTRATADA deverá, após pesquisar as opções de voos disponíveis, submetê-las à apreciação da CONTRATANTE, por telefone ou e-mail, e após a escolha, solicitação de reserva e aprovação da CONTRATANTE, acessar, no SCDP, fila contendo as demandas pendentes para emissão, utilizando-se das credenciais IATA dedicadas ao MDS.

6.1.2.3. Após a emissão, os dados da passagem serão encaminhados, pela CONTRATADA, à UNIDADE SOLICITANTE, por e-mail e anexados no SCDP.

6.1.2.4. Para VIAGENS PONTO A PONTO, a cotação e a reserva serão realizadas diretamente pela CONTRATANTE, utilizando-se o SCDP e as credenciais IATA dedicadas ao MDS fornecidas pela CONTRATADA, sendo a emissão realizada pela CONTRATADA, que acessará, no referido sistema, fila contendo as demandas pendentes de atendimento.

6.1.3. Para o perfeito cumprimento do objeto, a CONTRATADA deverá dispor do CENTRAL DE ATENDIMENTO para execução dos serviços demandados, podendo as requisições serem realizadas pelos servidores formalmente designados pela CONTRATANTE via Self-Booking, diretamente no SCDP ou, em situações de impossibilidade de acesso àquele sistema, por e-mail ou telefone.

6.1.4. A CONTRATANTE deve efetuar a análise, escolha das opções e autorização para aquisição levando em consideração as normas vigentes que orientam a emissão de passagens aéreas, atualmente contidas na IN SLTI 3/2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, orientando a CONTRATADA sobre seus termos e sobre eventuais alterações.

6.1.5. Para recepção das demandas registradas no SCDP, a CONTRATADA receberá *login* e senha de acesso a módulo específico do sistema, possibilitando a visualização das demandas de cotação e emissão de bilhetes

6.1.6. Para o caso das companhias aéreas nacionais ou internacionais que ainda não estiverem inseridas e utilizando plenamente os sistemas GDS disponíveis no mercado, a CONTRATADA deverá abrir uma conta exclusiva em nome do MDS.

6.1.7. O código IATA e as contas exclusivas devem permitir a emissão de BILHETE DE PASSAGEM nas seguintes companhias aéreas, no mínimo: TAM, GOL, AVIANCA, AZUL, PASSAREDO, SETE, MAP, AMERICAN AIRLINES, TAP, AIR FRANCE, DEL AIRLINES, COPA AIRLINES, LUFTHANSA, EMIRATES, AEROLINEAS ARGENTINAS, S.A. AFRICA, KLM, TACA, IBERIA, UNITED AIRLINES, QATAR AIRWAYS, LAN, AIR CHINA, ALITALIA, AEROMEXICO, AIR CANADA, BRITISH AIRWAYS, PLUMA, ETIHAD AIRWAYS, SWISS, TURKISH AIRLINE, US AIRWAYS.

6.2. CENTRAL DE ATENDIMENTO

6.2.1. A CONTRATADA deve manter, em caráter permanente e de forma ininterrupta, CENTRAL DE ATENDIMENTO, com acionamento por meio de mensagens eletrônicas (*e-mail*), pelo SCDP e por chamadas telefônicas, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados, para atender as solicitações decorrentes dos serviços relacionados abaixo.

- a) execução de reserva automatizada, "on-line" e emissão de seu comprovante;
- b) emissão de bilhetes automatizados, "on-line";
- c) emissão de seguro-viagem;
- d) consulta e informação de melhor rota ou percurso, "on-line";
- e) consulta e frequência de voos e equipamentos, "on-line";
- f) consulta à menor tarifa disponível, "on-line";
- g) emissão de Código Localizador e/ou E-Ticket;
- h) alteração/remarcação de bilhetes; e
- i) combinação de tarifa.

6.2.1.1. A CONTRATADA deverá indicar o(a) empregado(a) para atender os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando para o contratante, plantão de telefones fixos e celulares;

6.2.2. Em todos os chamados via CENTRAL DE ATENDIMENTO, a CONTRATADA deverá gerar número de protocolo, bem como efetuar a gravação das chamadas telefônicas.

6.2.2.1. As gravações das chamadas telefônicas deverão ser armazenadas por prazo não inferior a 06 (seis) meses e disponibilizadas sempre que houver solicitação da Contratante.

6.2.3. Prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada), melhores conexões e das tarifas promocionais à retirada dos bilhetes;

6.2.4. Proceder a emissão de bilhetes por meio de requisição feita pela Contratante;

6.2.5. Proceder a emissão de bilhetes Código Localizador e/ou E-Ticket para outras localidades no Brasil e no exterior, à disposição do passageiro, na companhia mais próxima ou nos aeroportos, informando o código e a empresa;

6.2.6. Efetuar o endosso de passagem respeitando o regulamento das companhias;

6.2.7. Repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas; e

6.2.8. Fornecer, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia aérea.

6.2.9. Para recepcionar as demandas por *e-mail* ou telefone, a CONTRATADA deverá manter endereço eletrônico para troca de mensagens por *e-mail* e telefone nos casos de plantão.

6.2.10. A CONTRATADA deverá realizar procedimento de identificação dos servidores autorizados a utilizar este serviço, mediante confirmação de alguns de seus dados pessoais ou outros que julgar necessários.

6.2.11. A CONTRATANTE deverá, em até 07 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato, disponibilizar à CONTRATADA, relação contendo as seguintes informações dos servidores autorizados:

- a) nome;
- b) e-mail a partir do qual serão originadas as demandas;
- c) matrícula no SIAPE;
- d) unidade de vinculação;
- e) cargo/função;
- f) data de nascimento;
- g) número do CPF.

6.2.12. A utilização do serviço por contato telefônico ou *e-mail* pressupõe, na maioria das vezes, a impossibilidade de formalização da demanda via SCDP, não havendo, portanto, PCDP para submissão à autorização da CONTRATANTE via sistema.

6.3. **EMIÇÃO DE BILHETES**

6.3.1. Este serviço compreende:

6.3.2. **Assessoria**: entende-se por assessoria em marcação de bilhetes, o serviço prestado pela CONTRATADA, visando o auxílio na análise e escolha de melhores opções de voos, quando:

6.3.2.1. em virtude da localização da cidade de destino, não haja opções de voos com razoável tempo de duração ou voos diretos - sem escalas ou conexões. Nestes casos, a CONTRATADA deve apresentar as opções para que seja analisada aquela que apresente a melhor relação custo x benefício para o MDS;

6.3.2.2. em situações em que o número de passageiros para o mesmo destino, em virtude de ocorrência de evento, seminário, encontro ou situação semelhante, permita a

negociação de melhores tarifas, ou fretamento parcial de aeronave, visando economicidade ao MDS.

6.3.3. Cotação: O resultado das cotações deverá refletir com exatidão as informações atualizadas de todos os voos disponíveis nas datas solicitadas, consideradas inclusive as promoções tarifárias vigentes.

6.3.3.1. As opções de voo devem ser discriminadas por trecho, contendo:

- a) empresa aérea;
- b) aeroportos/cidades de origem e destino;
- c) duração do voo;
- d) quantidade e duração das escalas, se houver;
- e) valor do bilhete;
- f) valor da taxa de embarque;
- g) Franquia de bagagem.

6.3.3.2. A solicitação da cotação pode ser solicitada via e-mail contendo:

- a) nome do passageiro;
- b) tipo de viagem: nacional/internacional;
- c) cidades de origem e destino;
- d) datas da viagem;
- e) horários pretendidos para os voos/horário de início do trabalho, evento ou missão no destino.

6.3.4. Reserva: as reservas das passagens aéreas serão requeridas pela UNIDADE SOLICITANTE, com base nas informações de cotação contidas na etapa anterior.

6.3.4.1. Quando a solicitação for encaminhada via CENTRAL DE ATENDIMENTO, a CONTRATADA apresentará ~~por~~ *por e-mail ou* telefone, a reserva contendo o localizador, a data e hora de validade da reserva e demais dados contidos na cotação para a UNIDADE SOLICITANTE, visando à necessária aprovação.

6.3.5. Emissão: A emissão será realizada pela CONTRATADA após realizar a cotação, submetê-la à apreciação da UNIDADE SOLICITANTE, pelo SCDP , e-mail ou telefone, e após a escolha e aprovação, acessar, no SCDP, fila contendo as solicitações de reservas e emissões pendentes de atendimento.

6.3.5.1. Somente será autorizada a emissão do bilhete caso a reserva esteja ativa; havendo cancelamento em virtude da expiração do prazo, o procedimento visando à emissão deve ser reiniciado, salvo se o valor do bilhete, em uma nova cotação, seja menor ou igual ao valor anterior.

6.3.5.2. As informações das passagens aéreas emitidas serão enviadas pela CONTRATADA à UNIDADE SOLICITANTE via e-mail e anexada no SCDP, par conferência e envio para o passageiro.

6.3.5.3. As informações das passagens aéreas excepcionalmente solicitadas fora do SCDP serão prestadas à UNIDADE SOLICITANTE ~~por~~ *por e-mail* ou telefone; no primeiro dia útil subsequente, a demanda deve ser regularizada pela UNIDADE SOLICITANTE com a

criação de uma PCDP, vinculando os dados do(s) bilhete(s) emitido(s), inclusive a cotação realizada pela CONTRATADA que justificou a escolha do voo (mediante recebimento de documentação comprobatória).

6.4. ALTERAÇÃO DE BILHETES

6.4.1. As alterações de bilhetes devem ser precedidas de novas cotações e reservas, visando subsidiar a decisão sobre a alteração do bilhete ou cancelamento seguido de nova emissão, o que for mais vantajoso para o MDS.

6.4.2. As alterações de bilhetes serão requeridas pela UNIDADE SOLICITANTE por *e-mail* ou telefone, discriminadas por trecho.

6.4.3. Imediatamente após a alteração que resulte em crédito (situação na qual o valor do bilhete original é superior à soma da multa e da diferença tarifária), a CONTRATADA deverá requerer, imediata e formalmente, o reembolso dos valores aos quais a CONTRATANTE tem direito, para que seja efetuada o crédito do valor em fatura (mediante apresentação de nota de crédito e comprovante das empresas aéreas, discriminadas por UNIDADE SOLICITANTE).

6.4.4. A CONTRATADA deve gerar, com base nas informações resultantes da requisição citada no subitem 6.3.3, relatório mensal de todos os bilhetes passíveis de reembolso. O relatório deve ser apresentado juntamente com os respectivos comprovantes emitidos pelas empresas aéreas, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a alteração do bilhete, contendo no mínimo:

6.4.4.1. UNIDADE SOLICITANTE;

- a) dados do bilhete: nome do passageiro, origem/destino, data do voo;
- b) valores pagos;
- c) valores das multas;
- d) valor do crédito.

6.4.5. A CONTRATANTE efetuará a conferência das informações e a indicação do crédito a que tem direito, no momento em que for viável e possível, levando em consideração o valor da fatura e o tempo necessário para o término da conferência.

6.4.6. No caso de reembolso de SEGURO ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL, o relatório deverá conter ainda: o nome do passageiro, o número da proposta/requisição de viagem, o número da apólice/*voucher*, o valor do prêmio, eventuais encargos, correções ou taxas a serem deduzidos e o total líquido.

6.5. EMIÇÃO DE SEGURO ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL

6.5.1. Providenciar, quando solicitado pela CONTRATANTE, em até 02 (duas) horas após a emissão do bilhete internacional, no mínimo 03 (três) cotações de SEGURO ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL, com seguradoras, para aprovação do cus e autorização da emissão pela CONTRATANTE, observando as regras e as coberturas previstas na Resolução CNSP nº 315/2014.

6.5.2. Emitir a apólice/*voucher*, no prazo de 02 (duas) horas após autorização pela CONTRATANTE.

6.5.3. Os serviços de emissão de SEGURO ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL compreendem a cotação, emissão, reemissão e cancelamento.

6.6. CANCELAMENTO DE BILHETES

6.6.1. Este serviço compreende:

6.6.2. Cancelamento originado pela extinção da demanda

6.6.2.1. A informação de cancelamento será fornecida pela CONTRATANTE à CENTRAL DE ATENDIMENTO da CONTRATADA, por telefone ~~e~~mail, com base nas informações dos bilhetes emitidos.

6.6.2.2. Após o recebimento da informação acima, a CONTRATADA deve efetuar o cancelamento do(s) bilhete(s) no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, objetivando a isenção da cobrança de taxa de *no-show*.

6.6.2.3. Todas as demandas de cancelamento devem constar no relatório para controle dos bilhetes passíveis de reembolso.

6.6.3. Cancelamento originado de demanda de alteração: ocorre em duas situações:

6.6.3.1. A UNIDADE SOLICITANTE verifica que há melhor relação custo x benefício com nova emissão, e não com a alteração do bilhete;

6.6.3.2. Inexistência de voos que permitam a alteração do bilhete já emitido.

6.6.3.3. Para as situações acima, a CONTRATADA deve efetuar o cancelamento do bilhete original e iniciar o processo de emissão novamente, a partir da etapa de assessoria, informando nova cotação do voo pretendido, para escolha da melhor opção e posterior aprovação, cabendo nesse caso cobrança de remuneração pela nova emissão.

6.6.3.4. A informação de cancelamento será fornecida pela CONTRATANTE ao CENTRAL DE ATENDIMENTO da CONTRATADA, por telefone ~~e~~mail, com base nas informações dos bilhetes emitidos.

6.6.4. Reembolso: Imediatamente após o cancelamento, a CONTRATADA deverá requerer, imediata e formalmente o reembolso dos valores aos quais a CONTRATANTE tem direito, para que seja efetuada a indicação do crédito em fatura (mediante apresentação de nota crédito e comprovante das empresas aéreas, discriminadas por UNIDADE SOLICITANTE).

6.6.4.1. A CONTRATADA deve gerar, com base nas informações resultantes da requisição citada no subitem acima, relatório mensal de todos os bilhetes passíveis de reembolso. O relatório deve ser apresentado juntamente com os respectivos comprovantes emitidos pelas empresas aéreas, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o cancelamento do bilhete, contendo no mínimo:

a) UNIDADE SOLICITANTE

b) dados do bilhete: nome do passageiro, origem/destino, data do voo;

c) valores pagos;

d) valores das multas;

e) valor do crédito.

6.6.4.2. A CONTRATANTE efetuará a conferência das informações e a consequente indicação do crédito do valor a que tem direito, no momento em que for viável e

possível, levando em consideração o valor da fatura e o tempo necessário para o término da conferência.

6.6.5. Cancelamento de bilhetes emitidos diretamente pelo MDS:

6.6.5.1. A CONTRATANTE, a seu critério, ou nas situações de impossibilidade de acesso a SCDP, poderá solicitar à CONTRATADA, por intermédio do CENTRAL DE ATENDIMENTO (utilizando-se de telefone ou e-mail), o cancelamento de bilhetes emitidos junto às empresas aéreas credenciadas.

6.6.5.2. A CONTRATADA acessará módulo específico do SCDP, utilizando-se de perfil de acesso previamente definido, e realizará o cancelamento utilizando-se das credenciais do MDS junto às empresas credenciadas.

6.6.5.3. A entrega dos bilhetes deverá ocorrer por meio eletrônico, para o endereço eletrônico do passageiro indicado, com cópia para a Fiscalização Administrativa, e nos casos possíveis anexar à requisição no SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens;

6.6.5.4. Quando houver diminuição de custo – deverá o valor ser recolhido a CONTRATANTE por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, ou ainda via Notas de Crédito;

6.6.5.5. Caso a CONTRATADA não observe o prazo disposto, a CONTRATANTE efetuará glosas do montante dos valores devidos, limitados ao valor da fatura em aberto;

6.6.5.6. Caso haja divergências entre o valor glosado pela CONTRATANTE e o valor efetivamente devido, descontadas as taxas e multas, desde que comprovadas pela CONTRATADA, o acerto será realizado na fatura subsequente;

7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

7.1. A licitante vencedora deverá iniciar a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, imediatamente após a assinatura do contrato.

7.2. A contratada deverá entregar os bilhetes de passagens aéreas, cotações nacionais em até 1 (uma) hora e bilhetes de passagens aéreas, cotações e seguros internacionais em até 2 (duas) horas, após a solicitação, diretamente ao requisitante, bem como informar ao interessado o Código Localizador e/ou E-Ticket.

7.3. Excepcionalmente, em caráter de urgência, a emissão de bilhete de passagem aérea poderá ser solicitada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, devendo a contratada, nesse caso, atendê-lo com a agilidade requerida.

8. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 02(dois) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em

desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.3.2. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

8.3.3. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

8.3.4. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

8.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. DOS VALORES ESTIMADOS

9.1. A circulação financeira total anual estimada é da ordem de R\$ 7.234.237,50(sete milhões duzentos e trinta e quatro mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) acrescido do valor da proposta vencedora do certame, conforme apresentado abaixo.

Quantidades e valores totais estimados

Quadro 1				
Item	Descrição Resumida do Item	Quantidade Anual Estimada	Preço Unitário de Agenciamento (R\$)	Valor Anual Estimado do Agenciamento (R\$)
1	Emissão de BILHETES DE PASSAGEM - VOOS DOMÉSTICOS	6.000	A cotar	A cotar
	Emissão de BILHETES DE			

2	PASSAGEM - VOOS INTERNACIONAIS	250	A cotar	A cotar
3	Alteração e cancelamento de BILHETES DE PASSAGEM – VOOS DOMÉSTICOS e VOOS INTERNACIONAIS	1.100	A cotar	A cotar
Total				A cotar

Quadro 2				
Item	Descrição Resumida do Item	Quantidade Anual Estimada	Preço Médio do BILHETE DE PASSAGEM e SEGURO VIAGEM (R\$)	Valor Anual Estimado de Repasse (R\$)
4	Repasse – VOOS DOMÉSTICOS	6.000	1023,39	6.140.340,00
5	Repasse – VOOS INTERNACIONAIS	250	4.125,44	1.031.360,00
6	Repasse – SEGURO VIAGEM	250	250,15	62.537,50
Total				7.234.237,50

9.1.1. R\$ 6.140.340,00 (seis milhões, cento e quarenta mil trezentos e quarenta reais) correspondem aos valores de repasse referentes aos BILHETES DE PASSAGEM para VOOS DOMÉSTICOS emitidos pelas companhias aéreas, como TARIFA TAXA DE EMBARQUE e outras taxas e multas decorrentes de alterações e cancelamentos;

9.1.2. R\$ 1.031.360,00 (um milhão, trinta e um mil, trezentos e sessenta reais) correspondem aos valores de repasse referentes aos BILHETES DE PASSAGEM para VOOS INTERNACIONAIS emitidos pelas companhias aéreas, como TARIFA, TAXA D EMBARQUE e outras taxas e multas decorrentes de alterações e cancelamentos;

9.1.3. R\$ 62.537,50(sessenta dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) correspondem aos valores de repasse referentes aos prêmios de SEGUROS VIAGEM contratados com as seguradoras.

9.1.4. Consideradas as regras operacionais do SCDP e do SIAFI e, também, a volatilidade dos preços dos BILHETES DE PASSAGEM e SEGURO VIAGEM, decorrente da liberdade tarifária vigente, dentre outros motivos que interferem no estabelecimento das TARIFAS e prêmios, o MDS pode adequar, se necessário, os valores individuais correspondentes aos itens 4, 5 e 6 às suas realidades e respectivos preços praticados quando da celebração de seu contrato.

9.2. Os valores estipulados na tabela acima são apenas estimativos, por se tratar de licitação por meio de Pregão Eletrônico, e, dessa forma, não há como aferir valor exato que será desembolsado mensalmente para empresa vencedora do certame.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes desta contratação, para o exercício de 2018/19, correrão à conta da Dotação Orçamentária da União, Natureza das Despesas: 3.3.90.39 (para o serviço de agenciamento) e 3.3.90.33 (para aquisição de passagens) com Locomoção, Fonte: 0151, na Ação 2000 – Administração da Unidade.

11. DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1. Poderão ser emitidas até 2(duas) faturas mensais, e o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 10(dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura;

11.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo dos serviços;

11.3. O CONTRATANTE reserva-se o direito de solicitar a comprovação, sempre que julgar necessária, do valor vigente das tarifas, à data da emissão dos bilhetes de passagens;

11.4. O preço das passagens aéreas, a ser cobrado pela CONTRATADA, deverá estar de acordo com as tabelas praticadas pelas companhias aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores;

11.5. Para cada item de serviço de AGENCIAMENTO DE VIAGENS descrito no item 1 deste TR prestado pela CONTRATADA, será devida uma remuneração.

11.5.1. Caso o itinerário da viagem contenha dois ou mais trechos e para prestar o serviço sejam envolvidas companhias aéreas distintas, a quantidade do item corresponderá ao número de BILHETES DE PASSAGEM emitidos, alterados ou cancelados.

11.5.2. Assim, serão devidas duas remunerações à CONTRATADA, quando a CONTRATANTE solicitar uma viagem de ida e volta da localidade "A" para a localidade "B", onde tanto ida, quanto volta, sejam operadas por companhias aéreas distintas.

11.6. No caso de alteração do BILHETE DE PASSAGEM com múltiplos trechos emitidos na mesma companhia aérea, será devida apenas uma remuneração, exceto nos casos em que o pedido de alteração seja feito em momentos alternados, situação em que será devida uma remuneração para cada pedido.

11.7. De acordo com as definições contidas subitens 2.1.11 e 2.1.12 deste TR, não há BILHETE DE PASSAGEM composto por trechos operados por mais de uma companhia aérea, com exceção dos casos de CODESHARE, onde entende-se que será adquirido apenas 1 (um) BILHETE DE PASSAGEM.

11.8. O valor da fatura será composto pelo somatório dos valores dos serviços prestados, que serão calculados da seguinte forma:

11.9. Emissão de BILHETES DE PASSAGEM dos VOOS DOMÉSTICOS

$$ED = (Q \times P) + RE$$

11.10. Emissão de BILHETES DE PASSAGEM dos VOOS INTERNACIONAIS

$$EI = (Q \times P) + RI + SG$$

11.11. Alteração e cancelamento de BILHETES DE PASSAGEM dos VOOS DOMÉSTICOS e VOOS INTERNACIONAIS

$$AC = (Q \times P) + RD + M$$

Onde:

ED = valor referente à emissão de BILHETES DE PASSAGEM dos VOOS DOMÉSTICOS;

EI = valor referente à emissão de BILHETES DE PASSAGEM dos VOOS INTERNACIONAIS;

AC = valor referente à alteração e cancelamento de BILHETES DE PASSAGEM dos VOOS DOMÉSTICOS e VOOS INTERNACIONAIS;

Q = quantidade do item;

P = preço unitário do item;

RE = valor de repasse referente aos BILHETES DE PASSAGEM dos VOOS DOMÉSTICOS;

M = valor de multas;

RI = valor de repasse referente aos BILHETES DE PASSAGEM dos VOOS INTERNACIONAIS;

RD = valor de repasse de diferença tarifária;

SG = valor de repasse dos SEGUROS VIAGEM.

11.12. A contratada deverá emitir faturas e/ou notas fiscais distintas, uma contendo o valor do Serviço de Agenciamento de Viagens, outra contendo o valor do serviço de Agenciamento de Seguro de Assistência em viagem internacional, outra com o valor das passagens aéreas acrescido da taxa de embarque, e outra contendo os valores das Apólices de Seguro de Assistência em Viagem Internacional.

11.13. A nota fiscal/fatura com valor do Serviço de Agenciamento de Viagens a que se refere o subitem 8.3 acima deverá conter as seguintes informações:

a) Número da requisição;

- b) Data de emissão do bilhete;
- c) Código do bilhete;
- d) Nome do passageiro;
- e) Itinerário;
- f) Companhia aérea (Nome e CGC);
- g) Valor da remuneração a ser paga pelo agenciamento de viagem;
- h) Valor dos impostos a serem recolhidos; e
- i) Nome do banco, número da agência e da conta corrente para crédito do pagamento da fatura.

11.14. A nota fiscal/fatura com o valor das passagens aéreas a que se refere o subitem 8.3 acima deverá conter necessariamente as seguintes informações:

- a) Número da requisição;
- b) Data de emissão do bilhete;
- c) Código do bilhete;
- d) Nome do passageiro;
- e) Itinerário;
- f) Companhia aérea (Nome e CGC);
- g) Valor da tarifa emitida;
- h) Valor da taxa de embarque (Nome e CGC);
- i) Valor dos impostos a serem recolhidos; e
- j) Nome do banco, número da agência e da conta corrente para crédito do pagamento da fatura.

11.15. À nota fiscal/fatura deverão ser anexados os comprovantes de emissão ou bilhete emitido com a respectiva cópia de requisição.

11.16. A cobrança do seguro viagem deve ser apresentada em faturas específicas, tabuladas por centro de custo (plano interno), por servidores e autoridades, discriminando ainda:

- a) Número da requisição;
- b) Nome do beneficiário;
- c) Data de emissão do seguro;
- d) Trecho da viagem; e
- e) Valor do seguro.

11.17. A fatura deverá ser apresentada preferencialmente em arquivo eletrônico, nos prazos estabelecidos no item 11.1, e a remessa deverá ser feita exclusivamente ao Protocolo MDS, quando em sua forma física, ou ao endereço eletrônico "notafiscal.protocolo@mds.gov.br".

11.18. A fatura deverá ser acompanhadas das correspondentes faturas/notas fiscais emitidas pelas companhias aéreas à CONTRATADA, conforme previsto na

Orientação Normativa nº 1/2014, discriminando as informações necessárias para efetivação das retenções e recolhimentos dos tributos, conforme estabelecido na legislação vigente.

11.19. A CONTRATADA deverá apresentar, junto com a Nota Fiscal/Fatura, os comprovantes dos descontos auferidos com as tarifas promocionais ou reduzidas, bem como requisição da CONTRATANTE, podendo esta ser via SCDP ou nos casos mencionados no item 6.12.11 via email;

11.19.1. Conforme disposto nos artigos 113 ao 115-A do Decreto nº 18.955/1997, o BILHETE DE PASSAGEM é a nota fiscal de serviço da companhia aérea.

11.19.2. Os arquivos eletrônicos enviados deverão ter assinatura ou certificação digital.

11.19.3. A fatura também deverá destacar os valores devidos em função da substituição tributária, para cada beneficiário dos créditos.

11.19.4. Serão considerados válidos para efeito de pagamento, a comprovação de solicitações feitas fora do SCDP através dos protocolos de atendimentos dos canais de telefone e/ou e-mail;

11.19.5. O pagamento da fatura será efetuado mensalmente pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da apresentação da Fatura/Nota fiscal contendo o detalhamento dos serviços executados no mês anterior, através de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pela CONTRATADA, ressalvado os casos dispostos no parágrafo 3º do artigo 5º da Lei nº 8.666/1993.

11.19.6. A fatura, incluindo-se seu detalhamento, deverá conter todas as informações necessárias à conferência dos serviços prestados e em conformidade com os preços contratados, não podendo incluir serviços relativos a outros contratos ou facilidades não contratadas.

11.20. Após o encerramento do contrato, os serviços utilizados deverão ser cobrados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

11.21. Havendo erro na apresentação da fatura ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus à CONTRATANTE.

11.21.1. A existência de multas pendentes de pagamento pela CONTRATADA quando da liquidação da fatura ensejará a compensação de valores, com a cobrança ou o repasse do remanescente, a depender do caso.

11.22. Nos termos do IN nº 5/2017/SEGES/MPDG será efetuada a glosa.

11.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como liquidada a ordem bancária para pagamento.

11.24. Antes de cada pagamento à CONTRATADA será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.24.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O

prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

11.24.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos. Ademais, persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

11.25. Quando do pagamento será efetuada a retenção e recolhimento de tributos e contribuições previstas na legislação aplicável.

11.26. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto no referido dispositivo legal.

11.27. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

12.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração;
- 13.3.1. A CONTRATADA deverá identificar os empregados que estarão a disposição da CONTRATANTE em até 5(cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato
- 13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 13.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 13.8. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 13.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.13. Disponibilizar sistema informatizado de pesquisa e reserva (Self-Bokking), indicando obrigatoriamente o menor preço dentre os oferecidos, inclusive aqueles

decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem;

13.14. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato;

13.15. Fornecer alternativas viáveis, no caso de não haver disponibilidade de vagas nas datas e horários requisitados, bem como adotar as medidas necessárias para confirmação da reserva.

13.16. Assessorar a CONTRATANTE para definição do melhor roteiro, horário, frequência de voos, inclusive TARIFAS promocionais e outras vantagens que a CONTRATANTE possa obter.

13.17. Corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no edital e no contrato, os serviços efetuados em que se verificarem incorreções resultantes da execução.

13.18. Alocar na execução dos serviços, profissional que possua comprovante de conclusão de curso de emissão de BILHETE DE PASSAGEM de VOOS DOMÉSTICOS VOOS INTERNACIONAIS e comprovante de treinamento nos sistemas GDS do mercado;

13.19. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiros e/ou à CONTRATANTE

13.20. Operar com todas as companhias aéreas que atuam regularmente nos mercados doméstico nacional e regional e com as principais companhias aéreas internacionais.

13.21. Quando solicitado, fornecer à CONTRATANTE os relatórios gerados pelo sistema *BSP (Billing and Settlement Plan* - relatórios de cobrança e detalhamento de emissões) no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

13.22. Quando solicitado, fornecer à CONTRATANTE os relatórios dos créditos decorrentes de BILHETES DE PASSAGEM com status de não voados, no período que permita a CONTRATANTE acompanhar o andamento das aquisições e reembolsos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

13.23. A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços pela CONTRATADA ensejará a rescisão unilateral do contrato e a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas.

13.24. Efetuar o pagamento dos BILHETES DE PASSAGEM emitidos às companhias aéreas nos respectivos prazos exigidos por estas, ficando estabelecido que o MDS não responderá, sob qualquer hipótese, solidária ou subsidiariamente, por esse pagamento.

13.25. Repassar à CONTRATANTE todos os valores relativos a descontos, bônus, cortesias, TARIFAS promocionais ou outros benefícios oferecidos pelas companhias aéreas, ainda que sazonais ou advindos de meta de movimentação de volume atingido pela CONTRATADA em função do contrato.

13.25.1. Para tanto, a CONTRATANTE poderá, a qualquer momento, analisar relatórios e documentos *IATA/BSP (Billing and Settlement Plan* - relatórios de cobrança e detalhamento de emissões) e das companhias aéreas.

13.26. Reembolsar ao MDS, em até 60 (sessenta) dias, contados da data do

cancelamento, o valor do BILHETE DE PASSAGEM emitido, pago e não utilizado ou alterado que gerou crédito, deduzidos os valores referentes às multas cobradas pelas companhias aéreas, assim como o crédito relativo aos prêmios das apólices ou vouchers de SEGURO VIAGEM cancelados, emitindo Nota de Crédito em favor da CONTRATANTE que, por medida de simplificação processual, poderá efetuar desconto dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela CONTRATADA, inclusive em decorrência da rescisão ou extinção contratual;

13.26.1. Tal obrigação de reembolso remanesce mesmo após o encerramento da vigência do contrato, sendo que, neste caso, a devolução do valor ao MDS se dará mediante a utilização de GRU - Guia de Recolhimento da União emitida pela CONTRATANTE e paga pela CONTRATADA no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.27. Dispor de equipe para eventuais serviços no regime de plantão, fora do horário estipulado no item 6.2.1, inclusive sábados, domingos e feriados, imediatamente após a assinatura do contrato

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Tendo em vista a natureza dos serviços a serem prestados pela Contratada, não será permitida a subcontratação do objeto pactuado.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observadas pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos originalmente; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

16.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no item 5.

16.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a

execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.12. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.13. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.14. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.15. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de

material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1. não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e

17.1.5. cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.2.2. Multa de:

17.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

17.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

17.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

17.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

17.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da

União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

17.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

17.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03

4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.8. As Sanções Administrativas considerarão, em sua apuração, a parcela efetivamente inadimplida do objeto.

17.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

18.1. Além das condições gerais estabelecidas na legislação e normas reguladoras que disciplinam a participação em processos licitatórios para contratação de serviços pelos ÓRGÃOS e ENTIDADES da APF relativamente aos aspectos de prova de regularidade fiscal e trabalhista, habilitação jurídica e qualificação econômico-financeira, serão exigidas da AGÊNCIA DE TURISMO as seguintes condições de qualificação técnico-operacional para participação na licitação:

- a) Certificado de cadastro junto ao Ministério do Turismo;
- b) Certificado de credenciamento à IATA, que permita a emissão de BILHETE DE PASSAGEM, no mínimo, ou, caso a companhia aérea não esteja inserida e utilizando plenamente os sistemas GDS disponíveis no mercado, certificado de credenciamento específico com a mesma;
- c) Declaração de que é proprietária ou de que possui licença de uso de sistema operacional eletrônico habilitado e interligado com as bases de dados e sites das companhias aéreas brasileiras com VOOS DOMÉSTICOS regulares e das principais companhias aéreas estrangeiras citadas no subitem 6.1.8 e dos principais sistemas GDS disponíveis no mercado;
- d) Declaração de capacidade técnica expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado demonstrando que executa ou executou contrato de prestação dos serviços de AGENCIAMENTO DE VIAGENS e fornecimento de BILHETE DE PASSAGEM, concomitantemente, em quantidades somadas correspondentes ao mínimo de 50% (cinquenta por cento) das quantidades de BILHETES DE PASSAGEM de VOOS DOMÉSTICOS e ao mínimo de 50% (cinquenta por cento) das quantidades de BILHETES DE PASSAGEM de VOOS INTERNACIONAIS, considerando-as estimativas do subitem 9.1;

18.2. Não serão permitidas a subcontratação e a participação de empresas em consórcio.

18.3. Será vencedora a Licitante que ofertar o menor preço total para prestar os serviços descritos no objeto deste Edital.

18.4. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

18.5. Sendo aceitável a proposta de preços, será verificado o atendimento das condições HABILITATÓRIAS pela Licitante que a tiver formulado.

18.6. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado a respectiva prestação de serviço para a qual apresentou proposta.

18.7. Não sendo aceitável o preço ofertado, ao Pregoeiro é facultado abrir negociações bilaterais com a empresa classificada em primeiro lugar, objetivando uma proposta que se configure de interesse da Administração.

18.8. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação,

até a apuração de uma proposta aceitável, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o serviço definido no objeto deste Edital e seus Anexos, para o qual apresentou proposta.

ANEXO I

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Quadro 1				
Item	Descrição Resumida do Item	Quantidade Anual Estimada(A)	Preço Unitário de Agenciamento (R\$)(B)	Valor Anual Estimado do Agenciamento (R\$)C=(AxB)
1	Emissão de BILHETES DE PASSAGEM - VOOS DOMÉSTICOS	6.000		
2	Emissão de BILHETES DE PASSAGEM - VOOS INTERNACIONAIS	250		
3	Alteração e cancelamento de BILHETES DE PASSAGEM – VOOS DOMÉSTICOS e VOOS INTERNACIONAIS	1.100		
Total				
Item	Descrição Resumida do Item	Quantidade Anual Estimada	Preço Médio do BILHETE DE PASSAGEM e SEGURO VIAGEM (R\$)	Valor Anual Estimado de Repasse (R\$)
4	Repasse – VOOS DOMÉSTICOS	6.000	1023,39	6.140.340,00
5	Repasse – VOOS INTERNACIONAIS	250	4.125,44	1.031.360,00

6	Repasse – SEGURO VIAGEM	250	250,15	62.537,50
Total				7.234.237,50

a) Os itens 4, 5 e 6 do quadro acima não serão objeto de formulação de preços e lances pelos licitantes.

b) Nos preços cotados deve estar computando todos os custos necessários, para a execução dos serviços, bem como tributos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir.

c) Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, e não serão solicitados acréscimos, a qualquer título, sendo os serviços prestados sem ônus adicional.

d) Os quantitativos informados são estimativos e poderão sofrer alteração de acordo com a necessidade do órgão.

APROVO TERMO DE REFERÊNCIA;



Documento assinado eletronicamente por Paulo Roberto de Mendonça e Paula, Subsecretário(a) de Assuntos Administrativos, em 16/11/2018, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://aplicacoes.mds.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2660380 e o código CRC 61273A2F.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

MINUTA

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/20____,
QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO,
REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS, POR
INTERMÉDIO DA SUBSECRETARIA DE
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, E A
EMPRESA _____.**

A **UNIÃO**, por meio do **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, por intermédio da **SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.756.246/0004-54, com sede no Bloco "A" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF, representada por _____, o(a) Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, nomeado(a) pela Portaria _____, publicada no Diário Oficial da União em _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida _____, CEP _____, neste ato representada por seu(sua) _____, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, em conformidade com o Contrato Social da empresa, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão nº ____/____, sob a forma de execução indireta, de acordo com a minuta examinada e aprovada pela Consultoria Jurídica por meio do Parecer nº ____/20____/CONJUR-MDS/CGU/AGU, tendo em vista o que consta no Processo nº **71000.032889/2018-70**, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a emissão, remarcação, cancelamento de passagens aéreas e seguro viagem, conforme condições, quantidades e exigências previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Item	Descrição Resumida do Item	Quantidade Anual	Preço Unitário de Agenciamento (R\$)	Valor Anual Estimado do Agenciamento (R\$)
1	Emissão de bilhetes de passagem - voos domésticos	6.000		

2	Emissão de bilhetes de passagem - voos internacionais	250		
3	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagem – voos domésticos e voos internacionais	1.100		
Total				

Item	Descrição Resumida do Item	Quantidade Anual	Preço do bilhete de passagem e seguro viagem (R\$)	Valor Anual de Repasse (R\$)
4	Repasse – voos domésticos	6.000		
5	Repasse – voos internacionais	250		
6	Repasse – seguro viagem	250		
Total				

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação;

2.1.8. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$** _____ (_____).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de____, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Funcional Programática:

FT:

Natureza da Despesa:

PI:

PTRES:

SB:

4.2. Para tanto, foi emitida a nota de empenho de nº 20__NE_____.

4.3. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A **CONTRATADA** prestará garantia no valor de **R\$ _____**, correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor total desta contratação, em uma das modalidades previstas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste Termo, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 11.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3.** Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à **CONTRATADA**:

- 12.1.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2.** Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

13.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília/DF, de de 20__.

REPRESENTANTE
Ministério do Desenvolvimento Social
CONTRATANTE

REPRESENTANTE
Denominação da Contratada
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



CNPJ.: 37.979.739/0001-05

Inscr. Estadual: 07.317.972/001-04

Brasília, 14 de dezembro de 2018.

À
Comissão de Licitações
Ministério do Desenvolvimento Social – MDS
Esplanada dos Ministérios, Bloco A – Térreo, sala T-40.
CEP 70.054-906
Brasília/DF

Pregão Eletrônico 26/2018

Data: 14/12/2018

Horário: 10h

Prezados Senhores,

Money Turismo Eireli EPP, inscrita no CNPJ nº 37.979.739/0001-05, sediada na [REDACTED] tendo examinado o Edital de Pregão acima mencionado, vem apresentar a presente **"Proposta de Preços"** para contratação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a emissão, remarcação, cancelamento de passagens aéreas e seguro viagem, a fim de atender as necessidades institucionais do Ministério do Desenvolvimento Social, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas neste Edital e seus anexos.

v

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Item	Descrição Resumida do Item	Qtde. Anual Estimada	Valor Unitário do Agenciamento	Valor Anual Estimado do Agenciamento
1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos	6.000	0,0001	0,6000
2	Emissão de bilhetes de passagem – voos Internacionais	250	0,0001	0,0250
3	Alteração e Cancelamento de bilhetes de Passagem Voos Domésticos e Internacionais	1.100	0,0001	0,1100
TOTAL		7.350	0,0001	0,7350
Item	Descrição Resumida do Item	Qtde. Anual Estimada	Valor médio do Bilhete de Passagem e Seguro de Viagem	Valor Anual estimado de Repasse
4	Repasse - Voos Domésticos	6.000	1.023,39	6.140.340,00
5	Repasse - Voos Internacionais	250	4.125,44	1.031.360,00
6	Repasse - Seguro Viagem	250	250,15	62.537,50
TOTAL:				7.234.237,50

Valor global da Contratação (Taxa + Repasse)	7.234.238,2350
---	-----------------------

Prazo de Entrega:

Conforme exigência constante do Edital e Termo de Referência.

Declaramos que:

- ✓ O prazo de validade de nossa proposta é de 90 (noventa), contados da data de apresentação desta.
- ✓ Estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- ✓ Declaramos que nos valores acima propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- ✓ Que a **Money Turismo Eireli EPP** é optante do Simples Nacional.
- ✓ Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos em cumprir as obrigações assumidas no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:



**MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2019,
QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO,
REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA
CIDADANIA, POR INTERMÉDIO DA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS, E A EMPRESA MONEY
TURISMO EIRELI - EPP.**

A **UNIÃO**, por meio do **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**, por intermédio da **SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.756.246/0004-54, com sede no Bloco "A" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF, representada pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos, Senhor **PAULO ROBERTO DE MENDONÇA E PAULA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] MD/DF, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], nomeado pela Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 1.386, publicada no Diário Oficial da União em 11 de julho de 2016, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **MONEY TURISMO EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.979.739/0001-05, estabelecida SHC/Norte CL Quadra 102, Bloco D, nº 54, Salas 117/119/121, Asa Norte, Brasília/DF, CEP nº 70.722-540, neste ato representada por seu Sócio Administrador, o Senhor **CARLOS ALBERTO SILVA MOTORIL**, portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED] - SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED], em conformidade com o Contrato Social da empresa, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 26/2018, sob a forma de execução indireta, de acordo com a minuta examinada e aprovada pela Consultoria Jurídica por meio do Parecer nº 00884/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, tendo em vista o que consta no Processo nº **71000.032889/2018-70**, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a emissão, remarcação, cancelamento de passagens aéreas e seguro viagem, conforme condições, quantidades e exigências previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:



Item	Descrição Resumida do Item	Quantidade Anual	Preço Unitário de Agenciamento (R\$)	Valor Anual Estimado do Agenciamento (R\$)
1	Emissão de bilhetes de passagem - voos domésticos	6.000	R\$ 0,0001	R\$ 0,6000
2	Emissão de bilhetes de passagem - voos internacionais	250	R\$ 0,0001	R\$ 0,0250
3	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagem – voos domésticos e voos internacionais	1.100	R\$ 0,0001	R\$ 0,1100
Total				R\$ 0,7350

Item	Descrição Resumida do Item	Quantidade de Anual	Preço do bilhete de passagem e seguro viagem (R\$)	Valor Anual de Repasse (R\$)
4	Repasse – voos domésticos	6.000	R\$ 1.023,39	R\$ 6.140.340,00
5	Repasse – voos internacionais	250	R\$ 4.125,44	R\$ 1.031.360,00
6	Repasse – seguro viagem	250	R\$ 250,15	R\$ 62.537,50
Total				R\$ 7.234.237,50

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação;

2.1.8. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 7.234.238,23 (sete milhões duzentos e trinta e quatro mil duzentos e trinta e oito reais e vinte e três centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.33
PI: 0200040501P
SB: 01

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.33
PI: 0200040501P
SB: 02

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.39
PI: 0200040501P
SB: 69

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.33

PI: 0200040503P
SB: 01

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.33
PI: 0200040503P
SB: 02

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.39
PI: 0200040503P
SB: 69

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.33
PI: 0200040507P
SB: 01

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.33
PI: 0200040507P
SB: 02

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.39
PI: 0200040507P
SB: 69

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.33

PI: 0200040510P
SB: 01

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.33
PI: 0200040510P
SB: 02

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.39
PI: 0200040510P
SB: 69

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.33
PI: 0200040511P
SB: 01

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.33
PI: 0200040511P
SB: 02

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.39
PI: 0200040511P
SB: 69

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2037.8249.0001
PTRES: 093347
FT: 0151
ND: 33.90.33

PI: 0824941100P
SB: 01

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2037.8249.0001
PTRES: 093347
FT: 0151
ND: 33.90.33
PI: 0824941100P
SB: 02

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2037.8249.0001
PTRES: 093347
FT: 0151
ND: 33.90.39
PI: 0824941100P
SB: 69

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 0151
FT: 093348
ND: 33.90.33
PI: 02000405CIP
SB: 01

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.33
PI: 02000405CIP
SB: 02

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.39
PI: 02000405CIP
SB: 69

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.33

PI: 0200040508P
SB: 01

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.33
PI: 0200040508P
SB: 02

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.39
PI: 0200040508P
SB: 69

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.33
PI: 0200040518P
SB: 01

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.33
PI: 0200040518P
SB: 02

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.39
PI: 0200040518P
SB: 69

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.33

PI: 0200040523P
SB: 01

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.33
PI: 0200040523P
SB: 02

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.122.2122.2000.0001
PTRES: 093348
FT: 0151
ND: 33.90.39
PI: 0200040523P
SB: 69

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.243.2037.217M.0001
PTRES:128833
FT: 0151
ND: 33.90.33
PI: 0217M12300P
SB: 01

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.243.2037.217M.0001
PTRES:128833
FT: 0151
ND: 33.90.33
PI: 0217M12300P
SB: 02

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.243.2037.217M.0001
PTRES:128833
FT: 0151
ND: 33.90.39
PI: 0217M12300P
SB: 69

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.244.2037.218V.0001
PTRES: 149671
FT: 0151
ND: 33.90.33

PI: 0218V12300P
SB: 01

Gestão/Unidade: 550005
Funcional Programática: 08.244.2037.218V.0001
PTRES:149671
FT: 0151
ND: 33.90.33
PI: 0218V12301P
SB: 01

4.2. Para tanto, foram emitidas as notas de empenho de nºs 2019NE800063, 2019NE800066, 2019NE800067, 2019NE800068, 2019NE800069, 2019NE800070, 2019NE800071, 2019NE800072, 2019NE800073, 2019NE800074, 2019NE800075, 2019NE800076, 2019NE800077, 2019NE800078, 2019NE800079, 2019NE800083, 2019NE800084, 2019NE800085, 2019NE800085, 2019NE800086, 2019NE800087, 2019NE800088, 2019NE800089, 2019NE800090, 2019NE800091, 2019NE800092, 2019NE800093, 2019NE800094, 2019NE800095, 2019NE800096, 2019NE800097, 2019NE800098, 2019NE800099, 2019NE800100, 2019NE800101 e 2019NE800102.

4.3. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A **CONTRATADA** prestará garantia no valor de **R\$ 361.711,91 (trezentos e sessenta e um mil setecentos e onze reais e noventa e um centavos)**, correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor total desta contratação, em uma das modalidades previstas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste Termo, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item [REDACTED]

CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à **CONTRATADA**:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

13.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

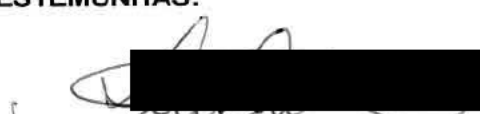
Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.


Brasília/DF, 22 de fevereiro de 2019.


[Redacted Signature]
PAULO ROBERTO DE MENDONÇA E PAULA
Ministério da Cidadania
CONTRATANTE


[Redacted Signature]
CARLOS ALBERTO SILVA MOTORIL
Money Turismo Eireli - EPP
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:


[Redacted Signature]
Nome: Andreia Queiroz de Oliveira
CPF: [Redacted] 36 [Redacted]


[Redacted Signature]
Nome: Benito Leão de Lemos
CPF: [Redacted] 5 [Redacted] 961-4 [Redacted]

**MINISTÉRIO DA CIDADANIA****SECRETARIA EXECUTIVA****SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

**PRIMEIRO
TERMO ADITIVO
AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO
Nº 04/2019 QUE,
ENTRE SI,
CELEBRAM A
UNIÃO, POR
MEIO DO
MINISTÉRIO
DA CIDADANIA, E
A EMPRESA
MONEY
TURISMO EIRELI
- EPP.**

A **UNIÃO**, por meio do **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**, por intermédio da **SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.756.246/0004-54, com sede no Bloco "A", Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, neste ato representada pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos, o Senhor **GILBERTO BARBOSA MOREIRA**, nomeado pela Portaria do Senhor Ministro de Estado da Cidadania nº 1.838, publicada no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2019, inscrito no CPF sob o [REDAZIDO], portador da Carteira de Identidade [REDAZIDO] doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **MONEY TURISMO EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o [REDAZIDO] estabelecida na [REDAZIDO] neste ato representada por seu Sócio Administrador, o Senhor **CARLOS ALBERTO SILVA MOTORIL**, portador da Cédula de Identidade [REDAZIDO] inscrito no CPF/MF sob o [REDAZIDO] em conformidade com o Contrato Social da Empresa, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar entre si o presente Termo Aditivo, de acordo com a minuta examinada e aprovada pela Consultoria Jurídica por meio do Parecer nº 00091/2020/CONJUR-MC/CGU/AGU, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, observando o que consta nos autos do Processo nº 71000.032889/2018-70, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo Aditivo a prorrogação da vigência Contrato Administrativo nº 04/2019, por mais 12 (doze) meses, nos termos do artigo 57, inciso II e § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. Por meio do presente Termo Aditivo, a vigência do Contrato nº 04/2019 fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 22 de fevereiro de 2020 até o dia 22 de fevereiro de 2021.

2.2. O Contrato nº 04/2019 poderá ser unilateralmente encerrado pelo **CONTRATANTE**, de forma justificada, caso venha a ser firmado, antes do advento do termo final acima estabelecido, novo contrato

administrativo ou termo aditivo a contrato em vigor contemplando a execução dos serviços ora ajustados.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. A despesa com a execução dos serviços contratados, de que trata o objeto do presente termo aditivo, no corrente exercício, no valor anual de **R\$ 7.234.238,23 (sete milhões, duzentos e trinta e quatro mil duzentos e trinta e oito reais e vinte e três centavos)**, correrá à conta de dotação orçamentária própria, prevista na Lei Orçamentária Anual em vigor, sob a seguinte classificação:

Gestão/Unidade: 550005

Funcional Programática: 08.243.5024.217M.0001

Fonte de Recursos: 0151

Programa de Trabalho: 184637

Elemento de Despesa: 33.90.33

Plano Interno: 0217M12300p

SB: 01

Nota de Empenho: 2020NE800100

Gestão/Unidade 550005

Funcional Programática: 08.243.5024.217M.0001

Fonte de Recursos: 0151

Programa de Trabalho: 184637

Elemento de Despesa: 33.90.33

Plano Interno: 0217M12300p

SB: 01

Nota de Empenho: 2020NE800101

Gestão/Unidade: 550005

Funcional Programática: 08.243.5024.217M.0001

Fonte de Recursos: 0151

Programa de Trabalho: 184637

Elemento de Despesa: 33.90.39

Plano Interno: 0217M12300p

SB: 69

Nota de Empenho: 2020NE800106

Gestão/Unidade: 550005

Funcional Programática: 13.392.5025.14U2.0001

Fonte de Recursos: 0100

Programa de Trabalho: 184640

Elemento de Despesa: 33.90.33

Plano Interno: C14U21SI003

SB: 01

Nota de Empenho: 2020NE800107

3.2. A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao Ministério da Cidadania na Lei Orçamentária Anual, registrando-se por apostilamento o crédito e o empenho para sua cobertura, em conformidade com o art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

4.1. A CONTRATADA renovará a garantia prestada no valor de 5% (cinco por cento) do presente Termo Aditivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da assinatura deste instrumento.

4.2. O novo instrumento da garantia deve abarcar o período de vigência do Contrato Administrativo nº 04/2019 e mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, nos mesmos termos inicialmente pactuados.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA ASSINATURA DIGITAL

5.1. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Cidadania, garantida a eficácia das Cláusulas.

5.2. Em conformidade com o disposto § 1º do art. 10 da MPV 2.200-02/01, a assinatura deste termo pelo representante oficial da contratada, pressupõem declarada, de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento de validade e aceite do presente documento.

5.3. A sua autenticidade poderá, a qualquer tempo, ser atestada seguindo os procedimentos impressos na nota de rodapé, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

6.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação deste Termo Aditivo, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme dispõe o artigo 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

7.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições pactuadas no Contrato original, que não tenham sido atingidas pelas disposições deste Termo.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente instrumento, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado digitalmente pelas partes contratantes.

GILBERTO BARBOSA MOREIRA
Ministério da Cidadania
CONTRATANTE

CARLOS ALBERTO SILVA MOTORIL
Money Turismo Eireli - EPP
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Rodrigo Uchoa Pontes Lopes
CPF: [REDACTED]

Nome: Raquel da Silva Trombini
CPF: [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO SILVA MONTORIL**, Usuário Externo, em 06/02/2020, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Uchoa Pontes Lopes**, Chefe da Divisão de Elaboração e Registros Contratuais, em 13/02/2020, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.

Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Barbosa Moreira**, Subsecretário(a) de Assuntos Administrativos, em 14/02/2020, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel da Silva Trombini, Testemunha**, em 27/02/2020, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **6830177** e o código CRC **91BECE4D**.

Referência: Processo nº 71000.032889/2018-70

SEI nº 6830177

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Contrato de Concessão de Uso - CCU nº LIC/JF/GPI/002-20. Partes: CEASAMINAS e Canário & Roman Ltda. Objeto: concessão de uso de uma área de 32,80 m², correspondente ao Box 42, pav. GPI, no Entrepósito de Juiz de Fora/MG. Prazo: 25 anos. Valor: Pagará mensalmente à Concedente Tarifa de Uso - TU, no valor de R\$16,08 , por m²/mês, reajustável anualmente no mês de maio, pelo índice acumulado anual do IPCA-E/IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo. Data da assinatura: 07/02/2020.

Contrato de Concessão de Uso - CCU nº LIC/CSH/001-20. Partes: CEASAMINAS e Real Comércio Ltda. Objeto: concessão de uso de uma área com 120m², constituída pelas Lojas 33 e 34, Pavilhão CeasaShopping, localizada no Entrepósito de Contagem/MG. Prazo: 25 anos. Valor: Pagará mensalmente à Concedente Tarifa de Uso - TU, no valor de R\$40,19, por m²/mês, reajustável anualmente no mês de maio, pelo índice acumulado anual do IPCA-E/IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo. Data da assinatura: 07/02/2020.

Primeiro Termo de Rerratificação ao Contrato de Concessão de Uso - CCU nº 3/005-07. Partes: CEASAMINAS e a Drogaria Araújo S.A. Objeto: Alterar as Cláusulas Quarta, Quinta e Oitava do CCU, conforme descrito no corpo deste instrumento. Data da assinatura: 23/01/2020.

Primeiro Termo de Rerratificação ao Contrato de Concessão de Uso - CCU nº SH/001-07. Partes: CEASAMINAS e Drogaria Araújo S.A. Objeto: Alterar as Cláusulas Quarta, Quinta e Oitava do CCU, conforme descrito no corpo deste instrumento. Data da assinatura: 23/01/2020.

Primeiro Termo de Rerratificação ao Contrato de Concessão de Uso - CCU nº LIC/02/002-19. Partes: CEASAMINAS e Comércio de Frutas Del Grossi Ltda. Objeto: Alterar a qualificação da Concessionária em razão da criação de filial no endereço da concessão - conforme descrito no instrumento - e alterar a Cláusula Segunda, que passa a vigorar com a seguinte redação: "2.1 - O presente Contrato de Concessão de Uso - CCU possui prazo de vigência de 25 anos, contados a partir de 26/09/2019, data da comunicação da homologação do Pregão Presencial nº 47/2019". Data da assinatura: 12/02/2020.

Primeiro Termo de Rerratificação ao Contrato nº AE/018-07. Partes: CEASAMINAS e Lava Jato de Motos do Bié Ltda. Objeto: Alterar a qualificação da Concessionária em razão da alteração realizada em seu Contrato Social e alterar a Cláusula Quarta, a fim de adequar o Contrato aos preceitos da Lei nº 12.023/09 e ao TAC dos Carregadores - conforme descrito no corpo do Instrumento. Data da assinatura: 12/02/2020.

EXTRATO DE ADITIVO

Quinto Termo Aditivo ao contrato 05/2017. Partes: CEASAMINAS e Construtora Terrayama Ltda. Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato original por mais um período de 12 meses, iniciando em 01/03/20 e terminando em 28/02/21, mantidas as demais condições, conforme justificativas da SEZEL. Data da assinatura: 17/02/2020.

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RETIFICAÇÃO

Torna-se publico a RETIFICAÇÃO do AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÕES OFICIAIS 012 e 013 de 2020, publicado no DOU no dia 28/02/2020, seção 3, páginas 5, Onde se lê: "Leilão 012: referente ao imóvel localizado no município de Sa". Leia-se: "Leilão 012: referente ao imóvel localizado no município de Sacramento".

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÕES OFICIAIS 014, 015 e 017 de 2020

OBJETO: Alienação de imóveis OPERACIONAIS DESATIVOS de propriedade da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG EM LIQUIDAÇÃO, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, Lei Federal nº 9.491/97, do Decreto Federal nº 9.589/2018 e da Resolução da Presidência da República - Secretaria da Casa Civil, nº 050/2018 de 16 de outubro de 2018.

Leilão 014: referente ao imóvel localizado no município de Patrocínio, com a Sessão de Licitação: 02/04/2020 das 9h00min às 9h45min, para Credenciamento e Início da disputa: 02/04/2020 às 10h00min.

Leilão 015: referente ao imóvel localizado no município de Patrocínio, com a Sessão de Licitação: 02/04/2020 das 9h00min às 9h45min, para Credenciamento e Início da disputa: 02/04/2020 às 11h00min.

Leilão 017: referente ao imóvel localizado no município de Iturama, com a Sessão de Licitação: 23/03/2020 das 9h00min às 9h45min, para Credenciamento e Início da disputa: 23/03/2020 às 10h00min.

Local: Conforme item 7.3 dos respectivos editais. Editais disponíveis no site da CASEMG www.casemg.gov.br. Qualquer informação ou orientação adicional poderá ser obtida através do e-mail cpl@casemg.gov.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA

SECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS

DIRETORIA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESPORTE E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Terceiro Aditivo ao Termo de Execução Descentralizada nº 08/2016. Órgão Descentralizador: MINISTÉRIO DA CIDADANIA, Órgão Executor: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-FUB. Objeto realizar a prorrogação de vigência para continuidade do Projeto de "Centros de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES". Vigência: 04/04/2016 a 27/07/2020. Data de Assinatura: 28/02/2020. Signatários: FABIOLA PULGA MOLINA, Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNEIS, CPF: 290.473.758-82 e ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN- Reitor da Fundação Universidade de Brasília, CPF: 731.334.771-53. Processo: 58701.002925/2015-62.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Fomento nº 880928/2018. Concedente: MINISTÉRIO DA CIDADANIA - CNPJ nº 05.756.246/0001-01. Conveniente: LIGA DE WRESTLING DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/RJ, inscrita no CNPJ/MF nº 05.945.458/0001-37. Objeto: a prorrogação da vigência do TERMO DE FOMENTO/ MINISTÉRIO DA CIDADANIA / LIGA DE WRESTLING DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/RJ - 880928/2018.Vigência: 19/12/2018 a 28/01/2021. Data de Assinatura: 28/02/2020. Signatários: Concedente: FABIOLA PULGA MOLINA, CPF: 290.473.758-82, Conveniente: TANIA REGINA COSTA SILVA, CPF: 074.059.857-00. Processo: 58000.011339/2018-59.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Primeiro Aditivo ao Termo de Fomento nº. 879794/2018. CONCEDENTE: MINISTÉRIO DA CIDADANIA, CONVENENTE: SOCIEDADE AMIGOS DO DEFICIENTE FÍSICO DO RIO GRANDE NORTE/RN. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência do Convênio nº 879794/2018. Vigência: 13/12/2018 a 20/04/2020. Data de Assinatura: 28/02/2020. Signatários: Concedente: FABIOLA PULGA MOLINA, Secretária Nacional, de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social e TERCIO BARRETO RAMOS TINOCO, Presidente da Sociedade Amigos do Deficiente Físico do Rio Grande Do Norte/RN. Processo: 58000.002686/2018-91.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Primeiro Aditivo ao Termo de Fomento nº 879193/2018. CONCEDENTE: MINISTÉRIO DA CIDADANIA, CONVENENTE: OBRA SOCIAL N S DA GLORIA FAZENDA DA ESPERANÇA Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo da contrapartida por parte do CONVENENTE do Termo de Fomento nº. 879193/2018, no valor de R\$ 173,02 (cento e setenta e três reais e dois centavos). Alterando o valor global do Termo de Fomento para R\$ 200.173,02 (duzentos mil cento e setenta e três reais e dois centavos). Data de Assinatura: 27/02/2020. Signatários: QUIRINO CORDEIRO JÚNIOR, Secretário Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas e JOSE LUIZ DE MENEZES, Representante Legal da Obra Social N S da Glória Fazenda da Esperança. Processo: 08129.003996/2018-16.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Prorroga de Ofício nº 01/2020 ao Termo de Fomento nº 893235/2019, MINISTÉRIO DA CIDADANIA, Unidade Gestora: 180009 - Gestão: 00001; CONFEDERACAO BRASILEIRA DE MUAYTHAI TRADICIONAL, CNPJ: 08.357.603/0001-57 - Lei nº 13.019/2014, Art. 55, parágrafo único. Vigência: 31/12/2019 a 21/04/2020. Data de Assinatura: 28/02/2020. Assina: MINISTÉRIO DA CIDADANIA - EMANUEL FERNANDO SCHEFFER REGO - SECRETÁRIO DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO. Processo nº 71000.058835/2019-15.

EXTRATO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 4/2020/SNFD-T-MC

ESPÉCIE: Termo de Execução Descentralizada que celebram entre si a União, por intermédio do MINISTÉRIO DA CIDADANIA - CNPJ: 05.526.783/0001-65, e o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - CAMPUS JEQUIÉ, CNPJ: 10.764.307/0012-75. OBJETO: "Implantação do Programa Academia & Futebol no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - Campus Jequié". DESPESA: Os recursos decorrentes do presente Termo de Execução Descentralizada são provenientes do Ministério da Cidadania, Orçamento Geral da União no valor total de R\$ 224.824,78. PTRES: 174575; Fonte: 0118; GND: 33.90.39. VIGÊNCIA: 28/02/2020 à 28/02/2022. DATA DE ASSINATURA: 28/02/2020. SIGNATÁRIOS: RONALDO LIMA DOS SANTOS, CPF: 499.144.137-49 e LUZIA MATOS MOTA - REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, CPF: 430.536.295-34. Processo: 71000.008427/2020-56.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 550005

Número do Contrato: 4/2019.

Nº Processo: 71000032889201870.

PREGÃO SISPP Nº 26/2018. Contratante: SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS -ADMINISTRATIVOS DO MINISTERIO. CNPJ Contratado: ██████████ Contratado : MONEY TURISMO EIRELI -.Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 04/2019, por mais 12 (doze) meses, nos termos do artigo 57, inciso II e § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993. Fundamento Legal: Lei nº 8666/1993 . Vigência: 22/02/2020 a 22/02/2021. Valor Total: R\$7.234.238,23. Fonte: 151000000 - 2020NE800100 Fonte: 151000000 - 2020NE800101 Fonte: 151000000 - 2020NE800106 Fonte: 100000000 - 2020NE800107. Data de Assinatura: 14/02/2020.

(SICON - 02/03/2020)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º termo aditivo ao contrato administrativo nº 4/2018. Nº do Processo: 71000.009476/2016-20. Contratante: SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Contratada: CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. OBJETO: prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 04/2018 por mais 12 (doze) meses, nos termos do artigo 57, inciso II e § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993. Data da Assinatura: 14/02/2020. Vigência: 19/02/2020 a 19/02/2021. Fundamento legal: Lei nº 8.666/93.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA RURAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTÍCIPE: A União, por intermédio do Ministério da Cidadania, e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER/MG.

ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 02 ao Convênio nº 012/2017-SESAN (Processo nº 71000.062672/2017-11).

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta do Convênio ora aditado até 01/04/2021, em conformidade com o novo Plano de Trabalho aprovado, que passa a fazer parte integrante do Convênio original.

VIGÊNCIA: Até 01 de abril de 2021

DATA DE ASSINATURA: 28/02/2020. SIGNATÁRIOS: JOSÉ ROBERTO CARLOS CAVALCANTE, Representante do Ministério da Cidadania - CPF nº 718.319.673-91, pelo Concedente, GUSTAVO LATERZA DE DEUS, Diretor Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - CPF nº 696.902.866-68, pela Conveniente e ANA MARIA SOARES VALENTINI, Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - CPF nº 520.945.106-20, pela Interviente.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

SECRETARIA EXECUTIVA

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio PLATAFORMA +BRASIL Nº 890655/2019, Processo: 01250.020519/2019-43 Concedente: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. Unidade Gestora: 240101. Gestão: 00001. Conveniente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB, CNPJ Nº 13.069.489/0001-08. Objeto: Realizar a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia/Semana de Computação da UESB e a II Edição da UPSTART DAY-JOIA DO SERTÃO. Valor Total: R\$ 202.017,81. Valor de Contrapartida: R\$ 2.017,81. Crédito Orçamentário: PTRES: 152268. Fonte Recurso: 0100, à conta do Tesouro Nacional. Programa de Trabalho 2021.6702.0001. Nº Empenho: 2019NE800903. Vigência: 31/12/2019 a 31/12/2020. Data de Assinatura: 31/12/2019. Signatários: Concedente: CARLOS ALBERTO FLORA BAPTISTUCCI, CPF nº 050.261.158-88, Conveniente: LUIZ OTÁVIO DE MAGALHÃES, CPF nº 077.770.018-25.





**MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 04/2019 QUE, ENTRE SI,
CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, E A EMPRESA
MONEY TURISMO EIRELI - EPP.**

A **UNIÃO**, por meio do **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.526.783/0001-65, com sede no Bloco "A", Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, neste ato representada pela Subsecretária de Assuntos Administrativos, a Senhora **SILVIA DE SOUSA BARBOSA**, nomeada pela Portaria do Senhor Ministro de Estado da Casa Civil nº 507, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2020, portadora da matrícula SIAPE [REDACTED], doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **MONEY TURISMO EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o [REDACTED], estabelecida [REDACTED]

[REDACTED] neste ato representada por seu Sócio-Administrador, o Senhor **CARLOS ALBERTO SILVA MOTORIL**, portador da Cédula de Identidade [REDACTED], inscrito no CPF/MF sob o [REDACTED], em conformidade com o Contrato Social da Empresa, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar entre si o presente Termo Aditivo, de acordo com a minuta examinada e aprovada pela Consultoria Jurídica por meio do Parecer Referencial nº 00007/2019/CONJUR-MC/CGU/AGU, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, observando o que consta nos autos do Processo nº 71000.032889/2018-70, mediante as seguintes cláusulas e condições.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo Aditivo a prorrogação da vigência Contrato Administrativo nº 04/2019 por mais 12 (doze) meses, nos termos do artigo 57, inciso II e § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. Por meio do presente Termo Aditivo, a vigência do Contrato nº 04/2019 fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 22 de fevereiro de 2021 até o dia 22 de fevereiro de 2022.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa com a execução dos serviços contratados, de que trata o objeto do presente termo aditivo, no corrente exercício, no valor anual de **R\$ 7.234.238,23 (sete milhões, duzentos e trinta e quatro mil duzentos e trinta e oito reais e vinte e três centavos)**, correrá à conta de dotação orçamentária própria, prevista na Lei Orçamentária Anual em vigor, sob a seguinte classificação:

Gestão/Unidade: 550005

Funcional Programática: 04.122.0032.2000.0001

Fonte de Recursos: 0100

Programa de Trabalho: 174560

Elemento de Despesa: 33.90.33 - SB 01

Elemento de Despesa: 33.90.39 - SB 69

Plano Interno: M2000405P07

Nota de Empenho: 2021NE000060

Nota de Empenho: 2021NE000061

Plano Interno: M2000405P08

Nota de Empenho: 2021NE000062

Nota de Empenho: 2021NE000063

Plano Interno: M2000405P09

Nota de Empenho: 2021NE000064

Nota de Empenho: 2021NE000065

Plano Interno: M2000405P10

Nota de Empenho: 2021NE000066

Nota de Empenho: 2021NE000067

Plano Interno: M2000405P11

Nota de Empenho: 2021NE000068

Nota de Empenho: 2021NE000069

Plano Interno: M2000405PSL

Nota de Empenho: 2021NE000084

Nota de Empenho: 2021NE000085

Plano Interno: M2000405PDF

Nota de Empenho: 2021NE000110

Nota de Empenho: 2021NE000087

Plano Interno: M2000405PST

Nota de Empenho: 2021NE000109

Nota de Empenho: 2021NE000088

Plano Interno: M2000405PAD

Nota de Empenho: 2021NE000107

Nota de Empenho: 2021NE000108

3.2. A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao Ministério da Cidadania na Lei Orçamentária Anual, registrando-se por apostilamento o crédito e o empenho para sua cobertura, em conformidade com o art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

4.1. A **CONTRATADA** renovará a garantia prestada no valor de 5% (cinco por cento) do presente Termo Aditivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da assinatura deste instrumento.

4.2. O novo instrumento da garantia deve abarcar o período de vigência do Contrato Administrativo nº 04/2019 e mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, nos mesmos termos inicialmente pactuados.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DA RENÚNCIA AO REAJUSTE DE PREÇOS**

5.1. A **CONTRATADA** foi instada a se manifestar quanto ao exercício de seu direito de reajuste de preços consignado na Cláusula Sexta do Contrato Administrativo nº 04/2019, tendo deste declinado para o período ora ajustado.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DA ASSINATURA DIGITAL**

6.1. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Cidadania, garantida a eficácia das Cláusulas.

6.2. Em conformidade com o disposto § 1º do art. 10 da MPV 2.200-02/01, a assinatura deste termo pelo representante oficial da contratada, pressupõem declarada, de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento de validade e aceite do presente documento.

6.3. A sua autenticidade poderá, a qualquer tempo, ser atestada seguindo os procedimentos impressos na nota de rodapé, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

7.1. A **CONTRATANTE** providenciará a publicação deste Termo Aditivo, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme dispõe o artigo 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

8. **CLÁUSULA OITAVA – DA RATIFICAÇÃO**

8.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições pactuadas no Contrato original, que não tenham sido atingidas pelas disposições deste Termo.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente instrumento, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado digitalmente pelas partes contratantes.

SILVIA DE SOUSA BARBOSA
Ministério da Cidadania
CONTRATANTE

CARLOS ALBERTO SILVA MOTORIL
Money Turismo Eireli - EPP
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:**Nome:** Lilian de Ascensão Guedes**CPF:** [REDACTED]**Nome:** Ana Camila Miranda Elleres**CPF:** [REDACTED]

Documento assinado eletronicamente por CARLOS ALBERTO SILVA MONTORIL, Usuário Externo, em 19/02/2021, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



Documento assinado eletronicamente por Silvia de Sousa Barbosa, Subsecretário(a) de Assuntos Administrativos, em 22/02/2021, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



Documento assinado eletronicamente por Ana Camila Miranda Elleres, Testemunha, em 25/02/2021, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 9639846 e o código CRC D0DFE3C6.

Referência: Processo nº 71000.032889/2018-70

SEI nº 9639846

ESPÉCIE: O Chefe-Geral da Embrapa Roraima no uso de suas atribuições torna sem efeito a publicação do Extrato de Termo de Reconhecimento de Direitos Autorais Patrimoniais de Lucas da Ressurreição Garrido, 494.181.146-15, publicado no DOU nº 164 de 26/08/2020, Seção 3, pág. 7, por ter sido publicado com erro da data de assinatura do contrato.

ESPÉCIE: Termo de Reconhecimento de Direitos Autorais Patrimoniais; PARTES: Embrapa Roraima, CNPJ: 00.348.003/0101-83, e Lucas da Ressurreição Garrido, 494.181.146-15.

OBJETO: O Autor reconhece, para todos os efeitos legais, que os direitos autorais patrimoniais sobre a Obra: "Capítulo 23 - Xylella fastidiosa subsp. fastidiosa (Xanthomonadales: Xanthomonadaceae)", em coautoria com Abi Soares dos Anjos Marques, parte integrante da obra coletiva intitulada "Priorização de Pragas Quarentenárias ausentes no Brasil", doravante designada simplesmente Obra, pertencem exclusivamente à Embrapa; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: N/A; VALOR GLOBAL: N/A; FONTE: N/A; UNIDADE GESTORA: 135005 - Embrapa Roraima; VIGÊNCIA: a partir de 21/08/2020 com data final indeterminada, em conformidade com a Lei 9.610, de 19/02/1998; DATA DA ASSINATURA: 21/08/2020; SIGNATÁRIOS: Otoniel Ribeiro Duarte e Hyanameyka Evangelista de Lima Primo, pela Embrapa; e pelo autor Lucas da Ressurreição Garrido.

EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2021 - UASG 135013

Nº Processo: 21203.000441/2021. Objeto: Contratação de serviço de Locação de Central Telefônica, pelo período de 12 meses, para atender a demanda da Embrapa Tabuleiros Costeiros, conforme requisitos especificados no edital/termo de referência.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 03/03/2021 das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30. Endereço: Av. Beira Mar, 3250 - Praia 13 de Julho, Jardins - Aracaju/SE ou <https://www.gov.br/compras/edital/135013-5-00001-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 03/03/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 15/03/2021 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

PAULO CESAR SILVA DE CARVALHO
Chefe-adjunto de Administração

(SIASGnet - 02/03/2021) 135013-13203-2021NE135013

EMBRAPA TRIGO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2021 - UASG 135032

Nº Processo: 21205000051202148. Objeto: Aquisição de combustíveis para abastecimento da frota de veículos e máquinas agrícolas da Embrapa Trigo, localizada em Passo Fundo - RS, nas dependências desta, durante o ano de 2021.. Total de Itens Licitados: 3. Edital: 03/03/2021 das 08h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h00. Endereço: Rodovia Br-285, Km 294 - Caixa Postal 451, Rodovia - Passo Fundo/RS ou <https://www.gov.br/compras/edital/135032-5-00001-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 03/03/2021 às 08h30 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 15/03/2021 às 08h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Na eventual divergência entre a especificação dos itens constantes no edital e constantes no CatMat do Comprasnet, prevalecerá sempre o especificado no edital..

OSVALDO VASCONCELLOS VIEIRA
Chefe Geral

(SIASGnet - 02/03/2021) 135032-13203-2021NE999999

EMBRAPA UVA E VINHO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2021 - UASG 135033

Nº Processo: 21206.000062/2021. Objeto: Registro de Preços para compra de gêneros alimentícios (kits para café da manhã) para a Embrapa Uva e Vinho - Sede e Estações Experimentais de Jales/SP (EVT) e Vacaria/RS (EFCT), . Total de Itens Licitados: 6. Edital: 03/03/2021 das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30. Endereço: Rua Livramento, 515 Cx. Postal 130 - Bento Gonçalves/rs, Conceição - Bento Gonçalves/RS ou <https://www.gov.br/compras/edital/135033-5-00002-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 03/03/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 23/03/2021 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

JOELSIO JOSE LAZZAROTTO
Chefe Adjunto Administrativo

(SIASGnet - 02/03/2021) 135033-13203-2021NE000876

Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

ESPÉCIE: Termo de Apostilamento do Termo de Execução Descentralizada nº 08/2020 - Registro SIAFI nº 1AACUA, processo nº 71000.054345/2020-83.

PARCEIROS: O Ministério da Cidadania - MC, e a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

OBJETO: O presente Termo de Apostilamento tem por objeto o remanejamento de valores entre as rubricas orçamentárias, ajuste no item 11 - Plano de Aplicação Consolidado no Plano de Trabalho, além da alteração do item 7 do Termo de Execução Descentralizada nº 08/2020.

DATA E ASSINATURA: 02/03/2020. Assina: ANTONIO JOSÉ BARRETO DE ARAÚJO JUNIOR, Secretário-Executivo do Ministério da Cidadania.

SECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS
DIRETORIA-EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO

No Edital de Notificação nº 100/2020, publicado no DOU de 18 de dezembro de 2020, Seção 3, página Nº 242, referente a notificação à Fernando Alberto Cabral da Cruz, ex-Prefeito Municipal de Curuçá/PA;

Onde se lê: "Curuá/PA"

leia-se "Curuçá/PA",

onde se Lê "processo nº. 71000.014802/2013-68"

Leia-se "processo nº. 71001.014802/2013-68".

Brasília-DF, 2 de março de 2021.
FÁBIO DOS SANTOS DE GUSMÃO LOBO
Diretor Executivo

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2021 - UASG 550005 - C.G.L.C./ MC

Nº Processo: 71000.005659/2021-33.

Pregão Nº 41/2020. Contratante: COORDENACAO-GERAL DE LICITACOES E CONTRATOS.

Contratado: 00.097.626/0001-68 - BRASAL COMBUSTIVEIS LTDA. Objeto: Contratação de serviços de fornecimento de combustíveis (gasolina comum e etanol), sob demanda, com cartões magnéticos individuais de abastecimento e sistema próprio ou contratado de gerenciamento eletrônico das unidades de abastecimento (posto de combustível), para abastecimento da frota de veículos oficiais do ministério da cidadania, de acordo com as condições e quantidades estimadas estabelecidas no termo de referência e seus anexos.

Fundamento Legal: . Vigência: 01/03/2021 a 01/03/2022. Valor Total: R\$ 109.394,85. Data de Assinatura: 01/03/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 02/03/2021).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2021 - UASG 550005 - C.G.L.C./ MC

Número do Contrato: 4/2019.

Nº Processo: 71000.032889/2018-70.

Pregão. Nº 26/2018. Contratante: COORDENACAO-GERAL DE LICITACOES E CONTRATOS.

Contratado: - MONEY TURISMO EIRELI. Objeto: Prorrogação da vigência contrato administrativo nº 04/2019 por mais 12 (doze) meses, nos termos do artigo 57, inciso II e § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993. Vigência: 22/02/2021 a 22/02/2022.

Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 7.234.238,23. Data de Assinatura: 22/02/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 22/02/2021).

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2021 - UASG 550005

Nº Processo: 71000041490202002. Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de serviço de televisão por assinatura, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 03/03/2021 das 09h00 às 11h00 e das 14h00 às 17h00. Endereço: San, Quadra 03, Lote A, Ed. Núcleo Dos Transportes - Dnit, 2º Andar, Sala 23.25, Asa Norte - BRÁSILIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/550005-5-00003-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 03/03/2021 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 15/03/2021 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

LIVIA MARIA DUARTE ZANETTI
Pregoeira

(SIASGnet - 02/03/2021) 550005-00001-2021NE000001

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE CUIDADOS E PREVENÇÃO ÀS DROGAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2020 - UASG 550009 - SEC. NAC. PREV DROG

Número do Contrato: 76/2019. Nº Processo: 08129.009042/2018-17.Inexigibilidade. Nº 383/2018. Contratante: SECR. NAC. DE CUIDADOS E PREV. AS DROGAS. Contratado: 10.874.797/0001-00 - ASSOCIACAO MISSAO VIDA NOVA. Objeto: Constitui objeto deste aditivo. ACRÉSCIMO TEMPORÁRIO DE 12,50% AO VALOR INICIAL ATUALIZADO DO CONTRATO, EQUIVALENTE A R\$ 35.166,90 (TRINTA E CINCO MIL CENTO E SESENTA E SEIS REAIS E NOVENTA CENTAVOS). VALOR GLOBAL DE R\$316.502,10. EM VIRTUDE DA ALTERAÇÃO QUANTITATIVA DO OBJETO, NOS MOLDES DO ART. 65, I, B, DA LEI Nº 8666/93. Data de Assinatura: 26/08/2020.

RETIFICAÇÃO

NO EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 00003/2021

Publicado no D.O de 2021-03-01, Seção 3. Onde se lê: Valor Total: R\$ 295.401,96. Leia-se: Valor Total: R\$ 330.568,86.

(COMPRASNET 4.0 - 02/03/2021).

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE FUTEBOL E DEFESA DOS DIREITOS DO TORCEDOR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Extrato Terceiro Aditivo ao Convênio nº 857868/2017. Concedente: MINISTÉRIO DA CIDADANIA - CNPJ/MF: 05.756.246/0001-01. Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE/MT - CNPJ/MF: 37.465.200/0001-20. Objeto: Termo Aditivo tem por finalidade a prorrogação de vigência do Convênio nº 857868/2017. Vigência: 29/12/2017 a 29/03/2022. Data de Assinatura: 02/03/2021. Signatários: Concedente: RONALDO LIMA DOS SANTOS - Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, CPF/MF: 499.144.137-49, Conveniente: JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, CPF: 011.173.691-96. Processo: 58000.122014/2017-10.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2021 - UASG 240224

Nº Processo: 01242000404202075. Objeto: O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS, pelo prazo de 12 (doze) meses, para aquisição de água mineral, natural, potável, sem gás, acondicionada em garrações plásticos de 20 (vinte) litros, devidamente lacrados, para atender às demandas do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste Edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 03/03/2021 das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 16h00. Endereço: Estrada Dr. Altino Bondesan, 500, Eugenio de Melo - São José dos Campos/SP ou <https://www.gov.br/compras/edital/240224-5-00001-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 03/03/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 15/03/2021 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

DANIEL HONORATO GOMES
Pregoeiro

(SIASGnet - 02/03/2021) 240224-00001-2020NE800001





**MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2019 QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, E A EMPRESA MONEY TURISMO EIRELI - EPP.

A **UNIÃO**, por meio do **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**, por intermédio da **SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.756.246/0004-54, com sede no Bloco "A", Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, neste ato representada pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos, o Senhor **ANTÔNIO JOSÉ OLIVEIRA LINS**, nomeado pela Portaria nº 1.150, de 29 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2021, portador da matrícula SIAPE nº [REDACTED], doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **MONEY TURISMO EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.979.739/0001-05, localizada na SHCN CL Quadra 102, Bloco D, nº 54, Salas 117/119 e 121, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.722-540, neste ato representada por seu Diretor Presidente, o Senhor **CARLOS ALBERTO SILVA MOTORIL**, portador da Cédula de Identidade [REDACTED] inscrito no CPF/MF sob o [REDACTED] em conformidade com o Contrato Social da Empresa, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar entre si o presente Termo Aditivo, de acordo com a minuta examinada e aprovada pela Consultoria Jurídica por meio do Parecer Referencial nº 00007/2019/CONJUR-MC/CGU/AGU, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, observando o que consta nos autos do Processo nº **71000.032889/2018-70**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é:

1.1.1. PRORROGAR o prazo da vigência do Contrato nº 04/2019 por mais **12 (doze) meses**, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 23/02/2022 a 22/02/2023, nos termos do art. 57, II e § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PREÇO

2.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 7.234.238,23 (sete milhões, duzentos e trinta e quatro mil duzentos e trinta e oito reais e vinte e três centavos).

2.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 550005
Fonte de Recursos: 0100
Programa de Trabalho: 174560
Elemento de Despesa: 339033
Plano Interno: M2000405P11
SB: 01
Nota de Empenho: 2022NE000002

Gestão/Unidade: 550005
Fonte de Recursos: 0100
Programa de Trabalho: 174560
Elemento de Despesa: 339033
Plano Interno: M2000405PAI
SB: 01
Nota de Empenho: 2022NE000003

Gestão/Unidade: 550005
Fonte de Recursos: 0100
Programa de Trabalho: 174560
Elemento de Despesa: 339033
Plano Interno: M2000405PDS
SB: 01
Nota de Empenho: 2022NE000004

Gestão/Unidade: 550005
Fonte de Recursos: 0100
Programa de Trabalho: 174560
Elemento de Despesa: 339033
Plano Interno: M2000405PSE
SB: 01
Nota de Empenho: 2022NE000005

Gestão/Unidade: 550005
Fonte de Recursos: 0100
Programa de Trabalho: 174560
Elemento de Despesa: 339033

Plano Interno: M2000405P01

SB: 01

Nota de Empenho: 2022NE000006

Gestão/Unidade: 550005

Fonte de Recursos: 0100

Programa de Trabalho: 174560

Elemento de Despesa: 339033

Plano Interno: M2000405P03

SB: 01

Nota de Empenho: 2022NE000007

Gestão/Unidade: 550005

Fonte de Recursos: 0100

Programa de Trabalho: 174560

Elemento de Despesa: 339033

Plano Interno: M2000405P08

SB: 01

Nota de Empenho: 2022NE000008

Gestão/Unidade: 550005

Fonte de Recursos: 0100

Programa de Trabalho: 174560

Elemento de Despesa: 339033

Plano Interno: M2000405P09

SB: 01

Nota de Empenho: 2022NE000009

Gestão/Unidade: 550005

Fonte de Recursos: 0151

Programa de Trabalho: 174586

Elemento de Despesa: 339033

Plano Interno: 0824941100P

SB: 01

Nota de Empenho: 2022NE000013

Gestão/Unidade: 550005

Fonte de Recursos: 0100

Programa de Trabalho: 174560

Elemento de Despesa: 339033

Plano Interno: M2000405P23

SB: 01

Nota de Empenho: 2022NE000021

3.2. A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao Ministério da Cidadania na Lei Orçamentária Anual, registrando-se por apostilamento o crédito e o empenho para sua cobertura, em conformidade com o art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

4.1. A **CONTRATADA** renovará a garantia prestada no valor de 5% (cinco por cento) do presente Termo Aditivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da assinatura deste instrumento.

4.2. O novo instrumento da garantia deve abarcar o período de vigência do Contrato Administrativo nº 04/2019 e mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, nos mesmos termos inicialmente pactuados.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DA RENÚNCIA AO REAJUSTE DE PREÇOS**

5.1. A **CONTRATADA** foi instada a se manifestar quanto ao exercício de seu direito de reajuste de preços consignado na Cláusula Sexta do Contrato Administrativo nº 04/2019, tendo deste declinado para o período ora ajustado.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DA ASSINATURA DIGITAL**

6.1. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Cidadania, garantida a eficácia das Cláusulas.

6.2. Em conformidade com o disposto § 1º do art. 10 da MPV 2.200-02/01, a assinatura deste termo pelo representante oficial da contratada, pressupõem declarada, de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento de validade e aceite do presente documento.

6.3. A sua autenticidade poderá, a qualquer tempo, ser atestada seguindo os procedimentos impressos na nota de rodapé, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

7.1. A **CONTRATANTE** providenciará a publicação deste Termo Aditivo, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme dispõe o artigo 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

8. **CLÁUSULA OITAVA – DA RATIFICAÇÃO**

8.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições pactuadas no Contrato original, que não tenham sido atingidas pelas disposições deste Termo.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente instrumento, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado digitalmente pelas partes contratantes.

ANTÔNIO JOSÉ OLIVEIRA LINS

CARLOS ALBERTO SILVA MOTORIL

Ministério da Cidadania
CONTRATANTE**Money Turismo Eireli - EPP**
CONTRATADA**TESTEMUNHAS:**

Nome: Ana Camila Miranda Elleres

Nome: Lilian de Ascensão Guedes

SIAPE: [REDACTED]

SIAPE: [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO SILVA MONTORIL, Usuário Externo**, em 24/01/2022, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Ana Camila Miranda Elleres, Testemunha**, em 25/01/2022, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Antônio José Oliveira Lins, Subsecretário(a) de Assuntos Administrativos**, em 26/01/2022, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Lilian de Ascensão Guedes, Coordenador(a) de Contratos**, em 27/01/2022, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **11867050** e o código CRC **DD8AF2CC**.

AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2021

A CEASAMINAS comunica aos interessados que o processo licitatório em epígrafe foi REVOGADO com base no art. 62, da Lei n.º 13.303/16, em decorrência de interesse público, conforme fundamentado nos autos do processo. Eventuais recursos podem ser realizados com base no art. 51, da Lei n.º 13.303/16.

Contagem, 27 de janeiro de 2022.
LUCIANO JOSÉ DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2021

A CEASAMINAS comunica aos interessados que o processo licitatório em epígrafe foi REVOGADO com base no art. 62, da Lei n.º 13.303/16, em decorrência de interesse público, conforme fundamentado nos autos do processo. Eventuais recursos podem ser realizados com base no art. 51, da Lei n.º 13.303/16.

Contagem, 27 de janeiro de 2022.
LUCIANO JOSÉ DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA

SECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS

DIRETORIA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESPORTE E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 232/2022

O Ministério da Cidadania, por meio do Diretor da Diretoria de Transferências do Esporte e do Desenvolvimento Social da Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências, no uso de suas atribuições e, em cumprimento ao disposto nos Parágrafos 3º e 4º do art. 26 da Lei nº 9.784, de 29/01/1999, e na alínea "b" do §1º, art. 10 da IN/TCU/Nº 71, de 28/11/2012 e suas alterações, resolve notificar, publicamente, o abaixo nomeado, residente em lugar incerto e não sabido, a regularizar as pendências na prestação de contas financeira, registradas na Nota Técnica Nº 425/2021/SE/SEGFT/DTEDS/CGPCE (11660454), referente ao Termo do Compromisso nº 0901960-07, celebrado entre o extinto Ministério do Esporte e o Instituto Recriar, CNPJ 04.819.706/0001-30, tendo em vista a devolução dos ofícios de notificação, pelos correios, que se encontra sob a guarda da Coordenação-Geral de Prestação de Contas do Esporte, localizada no SMAS Trecho 03, Lote 01, 1º andar, Sala 148 - Ed. The Union, Guarú CEP 70610-051, Brasília/DF.

Responsáveis	CNPJ	Processo	Ofício
Instituto Recriar	04.819.706/0001-30	58000.001758/2009-91	1792/2021/SE/SGFT/DTEDS/CGPCE/CAPC/MC

O não atendimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação deste, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial (TCE) em desfavor do responsável, conforme preconizado na IN/TCU Nº 71/2012 e na Lei 10.522/2002 e suas alterações.

JOHN KENNEDY FÉRRER LIMA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 235/2022

O Ministério da Cidadania, por meio do Diretor de Transferências do Esporte e do Desenvolvimento Social, da Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências, no uso de suas atribuições e, em cumprimento ao disposto nos Parágrafos 3º e 4º do art. 26 da Lei nº 9.784, de 29/01/1999, e na alínea "b" do §1º, art. 10 da IN/TCU/Nº 71, de 28/11/2012 e suas alterações, resolve notificar, publicamente, o abaixo nomeado, residente em lugar incerto e não sabido, tendo em vista a notificação encaminhada por esta Secretaria ter sido devolvida pelos Correios pelo motivo: "mudou-se" Avisos de Recebimento (AR) nº BR 260013801BR, datado de 13/10/2021, a atender as pendências na prestação de contas final dos recursos transferidos pelo então Ministério do Esporte, para a execução do Convênio nº 707376/2009, celebrado com o Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena - ITC, que se encontra sob a guarda da Coordenação-Geral de Prestação de Contas do Esporte, localizada no SMAS Trecho 03, Lote 01, 1º andar, Sala 148 - Ed. The Union, Guarú CEP 70610-051, Brasília/DF.

Presidente	CNPJ	Processo	Ofício
Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena - ITC	00.145.206/0001-00	58701.001201/2009-53	OFÍCIO Nº 1336/2021/SE/SGFT/DTEDS/CGPCE/CAPC/MC

O não atendimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação deste, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial (TCE) em desfavor do responsável, conforme preconizado na IN/TCU Nº 71/2012 e na Lei 10.522/2002 e suas alterações.

JOHN KENNEDY FÉRRER LIMA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 236/2022

O Ministério da Cidadania, por meio do Diretor da Diretoria de Transferências do Esporte e do Desenvolvimento Social da Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências, no uso de suas atribuições e, em cumprimento ao disposto nos Parágrafos 3º e 4º do art. 26 da Lei nº 9.784, de 29/01/1999, e na alínea "b" do §1º, art. 10 da IN/TCU/Nº 71, de 28/11/2012 e suas alterações, resolve notificar, publicamente, o abaixo nomeado, residente em lugar incerto e não sabido, a regularizar as pendências na prestação de contas financeira, registradas na Nota Técnica Nº 394/2021/SE/SEGFT/DTEDS/CGPCE, referente ao Termo de Compromisso nº 1103598-60 celebrado entre o extinto Ministério do Esporte e a Associação Esportiva Social Ermelinda Vital, tendo em vista a devolução do ofício de notificação, pelos correios, que se encontra sob a guarda da Coordenação-Geral de Prestação de Contas do Esporte, localizada no SMAS Trecho 03, Lote 01, 1º andar, Sala 148 - Ed. The Union, Guarú CEP 70610-051, Brasília/DF.

Nº do Processo	Termo de Compromisso	Responsável/Gestor	CNPJ	Ofício Citatório
58701.003059/2011-01	1103598-60	Associação Esportiva Social Ermelinda Vital	CNPJ: 09.096.167/0001-72	OFÍCIO Nº 1709/2021/SE/SGFT/DTEDS/CGPCE/CAPC/MC

O não atendimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação deste, ensejará a reprovação das contas e a instauração da respectiva Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa - TCU nº 71/2012.

JOHN KENNEDY FÉRRER LIMA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 237/2022

O Ministério da Cidadania, por meio do Diretor da Diretoria de Transferências do Esporte e do Desenvolvimento Social da Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências, no uso de suas atribuições e, em cumprimento ao disposto nos Parágrafos 3º e 4º do art. 26 da Lei nº 9.784, de 29/01/1999, e na alínea "b" do §1º, art. 10 da IN/TCU/Nº 71, de 28/11/2012 e suas alterações, resolve notificar, publicamente, o abaixo nomeado, residente em lugar incerto e não sabido, a regularizar as pendências na prestação de contas financeira, registradas na Nota Técnica Nº 423/2021/SE/SEGFT/DTEDS/CGPCE, referente ao Termo de Compromisso nº 1307368-05 celebrado entre o extinto Ministério do Esporte e a o Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil - ICEP, tendo em vista a devolução do ofício de notificação, pelos correios, que se encontra sob a guarda da Coordenação-Geral de Prestação de Contas do Esporte, localizada no SMAS Trecho 03, Lote 01, 1º andar, Sala 148 - Ed. The Union, Guarú CEP 70610-051, Brasília/DF.

Nº do Processo	Termo de Compromisso	Responsável/Gestor	CPF/CNPJ	Ofício Citatório
58701.009616/2013-51	1307368-05	Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil - ICEP	CNPJ: 03.333.505/0001-66	OFÍCIO Nº 1778/2021/SE/SGFT/DTEDS/CGPCE/CAPC/MC

O não atendimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação deste, ensejará a reprovação das contas e a instauração da respectiva Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa - TCU nº 71/2012.

JOHN KENNEDY FÉRRER LIMA

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2022 - UASG 550005 - C.G.L.C./ MC

Nº Processo: 71000.084589/2021-71.

Pregão Nº 41/2020. Contratante:MINISTÉRIO DA CIDADANIA.

Contratado: 00.097.626/0001-68 - BRASAL COMBUSTÍVEIS LTDA. Objeto: Contratação de serviços de fornecimento de combustíveis (gasolina comum e etanol), sob demanda, com cartões magnéticos individuais de abastecimento e sistema próprio ou contratado de gerenciamento eletrônico das unidades de abastecimento (posto de combustível), para abastecimento da frota de veículos oficiais do Ministério da Cidadania.

Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 26/01/2022 a 26/01/2023.

Valor Total: R\$ 136.365,15. Data de Assinatura: 26/01/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 27/01/2022).

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Ministério da Cidadania torna público a Ata de Registro de Preços, oriunda do pregão Eletrônico n.º 22/2021, Processo nº.71000.053334/2020-86, objeto: Eventual contratação de empresa especializada aquisição de materiais permanentes e de consumo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Fornecedor: ONETAG SOLUCÕES INTEGRADAS LTDA CNPJ:37.110.985/0001-18. Valor total da Ata 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS). Data de Assinatura: 20/01/2022. Vigência: 20/01/2022 a 20/01/2023.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2022 - UASG 550005 - C.G.L.C./ MC

Número do Contrato: 4/2019.

Nº Processo: 71000.032889/2018-70.

Pregão. Nº 26/2018. Contratante: MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Contratado: 37.979.739/0001-05 - MONEY TURISMO EIRELI. Objeto: Prorrogar o prazo da vigência do Contrato nº 04/2019 por mais 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 23/02/2022 a 22/02/2023, nos termos do art. 57, II e § 2º, da Lei n.º 8.666, de 1993. Vigência: 23/02/2022 a 22/02/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 7.234.238,23. Data de Assinatura: 26/01/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 26/01/2022).



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2019 QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, E A EMPRESA MONEY TURISMO EIRELI - EPP.

A **UNIÃO**, por meio do **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**, por intermédio da **SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.756.246/0004-54, com sede no Bloco "A", Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, representada pela Subsecretária de Assuntos Administrativos, a senhora **ARIANE SIDIA BENIGNO SILVA FELIPE**, nomeada pela Portaria SE/MDS nº 1.598, de 09 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 10 de fevereiro de 2023, portador da matrícula SIAPE nº 3324439, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **MONEY TURISMO EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.979.739/0001-05, localizada na SHC/Norte CL, Quadra 102, Bloco D, nº 54, salas 117/119 e 121, Asa Norte, Brasília/DF, neste ato representada por seu Diretor, o senhor **CARLOS ALBERTO SILVA MONTORIL**, portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED] inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] em conformidade com o Contrato Social da Empresa, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar entre si o presente Termo Aditivo, de acordo com a minuta examinada e aprovada pela Consultoria Jurídica por meio do Parecer Referencial nº 00008/2022/CONJUR-MC/CGU/AGU, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, observando o que consta nos autos do Processo nº **71000.032889/2018-70**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é:

1.1.1. PRORROGAR o prazo da vigência do Contrato nº 04/2019 por mais **12 (doze) meses**, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 23/02/2023 a 22/02/2024, nos termos do art. 57, II da Lei n.º 8.666 de 1993.

1.1.2. O Contrato Administrativo nº 04/2019 poderá ser unilateralmente encerrado por interesse da **CONTRATANTE**, a qualquer tempo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PREÇO

2.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 7.234.238,23 (sete milhões, duzentos e trinta e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais e vinte e três centavos).

2.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 550005

Fonte de Recursos: 1000000000

Programa de Trabalho: 174560

Elemento de Despesa: 339033

Plano Interno: M2000405P01

SB: 01

Nota de Empenho: 2023NE000011

Gestão/Unidade: 550005

Fonte de Recursos: 1000000000

Programa de Trabalho: 174560

Elemento de Despesa: 339033

Plano Interno: M2000405P03

SB: 01

Nota de Empenho: 2023NE000012

Gestão/Unidade: 550005

Fonte de Recursos: 1000000000

Programa de Trabalho: 174560

Elemento de Despesa: 339033

Plano Interno: M2000405PSE

SB: 01

Nota de Empenho: 2023NE000013

Gestão/Unidade: 550005

Fonte de Recursos: 1000000000

Programa de Trabalho: 174560

Elemento de Despesa: 339033

Plano Interno: M2000405PDS

SB: 01

Nota de Empenho: 2023NE000014

Gestão/Unidade: 550005

Fonte de Recursos: 1000000000

Programa de Trabalho: 174560

Elemento de Despesa: 339033

Plano Interno: M2000405PSR

SB: 01

Nota de Empenho: 2023NE000015

Gestão/Unidade: 550005

Fonte de Recursos: 1000000000

Programa de Trabalho: 174560

Elemento de Despesa: 339033

Plano Interno: M2000405P09

SB: 01

Nota de Empenho: 2023NE000016

3.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

4.1. A **CONTRATADA** renovará a garantia prestada no valor de 5% (cinco por cento) do presente Termo Aditivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da assinatura deste instrumento.

4.2. O novo instrumento da garantia deve abarcar o período de vigência do Contrato Administrativo nº 04/2019 e mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, nos mesmos termos inicialmente pactuados.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DA ASSINATURA DIGITAL**

5.1. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Cidadania, garantida a eficácia das Cláusulas.

5.2. Em conformidade com o disposto § 1º do art. 10 da MPV 2.200-02/01, a assinatura deste termo pelo representante oficial da contratada, pressupõem declarada, de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento de validade e aceite do presente documento.

5.3. A sua autenticidade poderá, a qualquer tempo, ser atestada seguindo os procedimentos impressos na nota de rodapé, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

6.1. A **CONTRATANTE** providenciará a publicação deste Termo Aditivo, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme dispõe o artigo 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO**

7.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições pactuadas no Contrato original, que não tenham sido atingidas pelas disposições deste Termo.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente instrumento, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado digitalmente pelas partes contratantes.

ARIANE SIDIA BENIGNO SILVA FELIPE

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
Família e Combate à Fome
CONTRATANTE

CARLOS ALBERTO SILVA MONTORIL

Money Turismo Eireli - EPP
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:**Nome:** Lilian de Ascensão Guedes**SIAPE:** [REDACTED]**Nome:** Angélica Aguiar Costa**SIAPE:** [REDACTED]

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO SILVA MONTORIL, Usuário Externo**, em 10/02/2023, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Ariane Sidia Benigno Silva Felipe, Subsecretário(a) de Assuntos Administrativos**, em 13/02/2023, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Angélica Aguiar Costa, Chefe de Divisão, Substituto(a)**, em 13/02/2023, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Lilian de Ascensão Guedes, Coordenador(a) de Contratos**, em 13/02/2023, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **13576864** e o código CRC **8507FDA7**.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 6/2022

A Superintendência Regional Maranhão homologou o objeto do Pregão Eletrônico Conab/Sureg-MA à empresa Time Segurança Ltda., CNPJ 21.578.673/0001-01, no valor anual de R\$ 1.239.980,00.

IGOR JONNYVSON COELHO COIMBRA
Pregoeiro

(SIDE - 24/02/2023) 135170-22211-2023NE000001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ
GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
SETOR ADMINISTRATIVO, DE DESENVOLVIMENTO E DE RECURSOS HUMANOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2023 - UASG 135345

Nº Processo: 21220000204202240. Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de veículos de médio porte, tipo automóvel, categoria sedan ou hatch (compacto ou médio) e tipo caminhonete/utilitário, categoria picape, sem motorista, movidos a gasolina, diesel ou gasolina e álcool, com tanque cheio de combustível e lubrificantes trocados, com fabricação não superior a três anos, com quilometragem livre, seguro total sem franquia para contratante, com a finalidade de atender demandas da CONAB-PI.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 27/02/2023 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00. Endereço: Rua Honório de Paiva, 475-sul,, Piçarra - Teresina/PI ou <https://www.gov.br/compras/edital/135345-5-00001-2023>. Entrega das Propostas: a partir de 27/02/2023 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 13/03/2023 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

MARIA DA CONCEICAO OLIVEIRA BORBA
Pregoeira

(SIASGnet - 24/02/2023) 135345-22211-2023NE999999

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Concessão de Uso - CCU nº LIC/MB/008-22. Partes: CEASAMINAS e BEM QUE TEM SERVIÇOS LTDA. Objeto: Concessão de uso de uma área de 32,00 m², correspondente à Sala 301, localizada no Edifício Minasbolsa, Entrepósito da Ceasaminas em Contagem/MG. Prazo: O presente CCU Provisório vigorará pelo tempo necessário ao fiel cumprimento dos itens 5.8.3 e 16.8, ambos do edital do Pregão Eletrônico nº 61/2022, ficando ajustado que, após o efetivo cumprimento destas cláusulas, será formalizado o CCU Definitivo, com vigência de 10 (dez) anos. Valor: Pagará mensalmente a CEASAMINAS, Tarifa de Uso - TU, no valor de R\$24,56 por m²/mês, reajustável anualmente no mês de maio, pelo índice acumulado anual do IPCA-E/IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo e conforme itens descritos na Cláusula Terceira do presente instrumento. Data da assinatura: 09/02/2023.

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2023

A CEASAMINAS comunica aos interessados que o processo licitatório em epígrafe foi REVOGADO com base no art. 62, da Lei nº 13.303/16, em decorrência de interesse público, por deserção, conforme fundamentado nos autos do processo. Eventuais recursos podem ser realizados com base no art. 51, da Lei nº 13.303/16.

Contagem, 24 de fevereiro de 2023.
LUCIANO JOSÉ DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
Família e Combate à Fome

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE APOIO A COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Extrato - Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Fomento nº 919190/2021, Concedente: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - CNPJ nº 05.526.783/0001-65. Conveniente: CENTRO INTEG DE ASSIST SOCIAL DA IGR EV ASS DE DEUS RGN/RN, CNPJ/MF nº 08.712.127/0001-45. Objeto: Termo Aditivo tem por fim a prorrogação da vigência do Termo de Fomento nº 919190/2021. Vigência: 28/12/2021 a 10/03/2024. Data de Assinatura: 23/02/2023. Signatários: Concedente - OSMAR RIBEIRO DE ALMEIDA JUNIOR - Secretário Executivo, CPF/MF nº ***.916.863-**, Conveniente: ABEL MORENO DAS CHAGAS FILHO, CPF/MF nº***.954.234-**. Processo: 71000.082558/2021-86.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2023 - UASG 550005

Número do Contrato: 6/2021.
Nº Processo: 71000.041490/2020-02.
Pregão. Nº 3/2021. Contratante: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Contratado: 08.804.362/0001-47 - FACHINELI COMUNICAÇÃO LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo da vigência do contrato nº 06/2021 por mais 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 06/04/2023 a 05/04/2024, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666, de 1993. O contrato nº 06/2021 poderá ser unilateralmente encerrado por interesse da contratante, a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito à contratada.. Vigência: 06/04/2023 a 05/04/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 141.007,02. Data de Assinatura: 10/02/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 10/02/2023).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2023 - UASG 550005

Número do Contrato: 4/2019.
Nº Processo: 71000.032889/2018-70.
Pregão. Nº 26/2018. Contratante: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Contratado: 37.979.739/0001-05 - MONEY TURISMO LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo da vigência do contrato nº 04/2019 por mais 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 23/02/2023 a 22/02/2024, nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666 de 1993. O contrato administrativo nº 04/2019 poderá ser unilateralmente encerrado por interesse da contratante, a qualquer tempo. Vigência: 23/02/2023 a 22/02/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 7.234.238,23. Data de Assinatura: 13/02/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 13/02/2023).

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº. 888279/2019 - CONCEDENTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME- CNPJ nº. 05.526.783/0001-65. CONVENENTE: Município de Suzano/SP - CNPJ nº. 46.523.056/0001-21. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a Alteração da vigência do convênio 888279/2019 para 31/12/2023. PARTÍCIPE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - CNPJ nº. 05.526.783/0001-65 e o Município de Suzano/SP - CNPJ nº. 46.523.056/0001-21. - Processo: 71000.068503/2019-49 - DATA DE ASSINATURA: 24.02.2023

Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº. 895438/2019 - CONCEDENTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME- CNPJ nº. 05.526.783/0001-65. CONVENENTE: Município de Jundiaí/SP - CNPJ nº. 45.780.103/0001-50. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a Alteração da vigência do convênio 895438/2019 para 31/12/2023. PARTÍCIPE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - CNPJ nº. 05.526.783/0001-65 e o Município de Jundiaí/SP - CNPJ nº. 45.780.103/0001-50. - Processo: 71000.081507/2019--12 - DATA DE ASSINATURA: 24/02/2023

Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº. 888219/2019 - CONCEDENTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME- CNPJ nº. 05.526.783/0001-65. CONVENENTE: Município de Santana/AP - CNPJ nº. 23.066.640/0001-08. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a Alteração da vigência do convênio 888219/2019 para 31/12/2023. PARTÍCIPE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - CNPJ nº. 05.526.783/0001-65 e o Município de Santana/AP - CNPJ nº. 23.066.640/0001-08. - Processo: 71000.068310/2019-98 - DATA DE ASSINATURA: 24/02/2023

Quarto Termo Aditivo ao Convênio nº. 827885/2016 - CONCEDENTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME- CNPJ nº. 05.526.783/0001-65. CONVENENTE: Município de Santo André/SP - CNPJ nº. 46.522.942/0001-30. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a Alteração da vigência do convênio 827885/2016 para 31/12/2023. PARTÍCIPE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - CNPJ nº. 05.526.783/0001-65 e o Município de Santo André/SP - CNPJ nº. 46.522.942/0001-30- Processo: 71001.002425/2016-67 - DATA DE ASSINATURA: 24/02/2023

Quarto Termo Aditivo ao Convênio nº. 837415/2015 - CONCEDENTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME- CNPJ nº. 05.526.783/0001-65. CONVENENTE: Município de Santo André/SP - CNPJ nº. 46.522.942/0001-30. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a Alteração da vigência do convênio 837415/2015 para 28/09/2023 PARTÍCIPE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - CNPJ nº. 05.526.783/0001-65 e o Município de Santo André/SP - CNPJ nº. 46.522.942/0001-30 - Processo: 71001.029891/2016-90 - DATA DE ASSINATURA: 24/02/2023

Sétimo Termo Aditivo ao Convênio nº. 812264/2014 - CONCEDENTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME- CNPJ nº. 05.526.783/0001-65. CONVENENTE: Município de Santo André/SP - CNPJ nº. 46.522.942/0001-30. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a Alteração da vigência do convênio 812264/2014 para 28/09/2023 PARTÍCIPE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - CNPJ nº. 05.526.783/0001-65 e o Município de Santo André/SP - CNPJ nº. 46.522.942/0001-30 - Processo: 71001.07516/2014-27 - DATA DE ASSINATURA: 24/02/2023

Quinto Termo Aditivo ao Convênio nº. 837454/2016 - CONCEDENTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME- CNPJ nº. 05.526.783/0001-65. CONVENENTE: Município de Vitória/ES - CNPJ nº. 27.142.058/0001-26. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a Alteração no valor da contrapartida que passará para R\$ 21.013,51. PARTÍCIPE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - CNPJ nº. 05.526.783/0001-65 e o Município de Vitória/ES - CNPJ nº. 27.142.058/0001-26. - Processo: 71001.029898/2016-10 - DATA DE ASSINATURA: 24/02/2023

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº. 888264/2019 - CONCEDENTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME- CNPJ nº. 05.526.783/0001-65. CONVENENTE: Município de Ourinhos/SP - CNPJ nº. 53.415.717/0001-60. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a Alteração da vigência do convênio 888264/2019 para 31/12/2023. PARTÍCIPE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - CNPJ nº. 05.526.783/0001-65 e o Município de Ourinhos/SP - CNPJ nº. 53.415.717/0001-60. Processo: 71000.068456/2019-33 - DATA DE ASSINATURA: 24/02/2023

Quarto Termo Aditivo ao Convênio nº. 893983/2019 - CONCEDENTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME- CNPJ nº. 05.526.783/0001-65. CONVENENTE: Município de Guaratuba/PR - CNPJ nº. 76.017.474/0001-08. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a Alteração no valor da contrapartida que passará para R\$ 92.126,00. PARTÍCIPE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - CNPJ nº. 05.526.783/0001-65 e o Município de Guaratuba/PR - CNPJ nº. 76.017.474/0001-08. - Processo: 71000.080929/2019-71 - DATA DE ASSINATURA: 24/02/2023



**Anexo II - 2-Pesquisa cotações passagens_média dos
preços_sei.pdf**



Cotação Eletrônica

Cliente MMA - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

Agente RANIELLE OLIVEIRA

Telefone 61 32459400

E-mail ranielle.oliveira@mma.gov.br

Observações

Informações do Voo - Tarifas sujeitas a alterações e disponibilidade sem aviso prévio.

> Data partida: quinta-feira, 22 de junho de 2023

Cia	Origem	Destino	Detalhes						
 LATAM 3704	BSB - Brasília 22/06/23 08:45	BEL - Belém 22/06/23 11:15	Escalas: 0 Duração: 02:30	Light		Tarifa 2.400,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.429,27
				Plus		Tarifa 2.560,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.589,27
 GOL 1752	BSB - Brasília 22/06/23 09:30	BEL - Belém 22/06/23 12:00	Escalas: 0 Duração: 02:30	Light		Tarifa 2.400,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.429,27
				Plus		Tarifa 2.520,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.549,27
 GOL 1754	BSB - Brasília 22/06/23 21:15	BEL - Belém 22/06/23 23:50	Escalas: 0 Duração: 02:35	Light		Tarifa 2.400,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.429,27
				Plus		Tarifa 2.520,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.549,27



Cotação Eletrônica

Cliente MMA - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

Agente RANIELLE OLIVEIRA

Telefone 61 32459400

E-mail ranielle.oliveira@mma.gov.br




Observações

Informações do Voo - Tarifas sujeitas a alterações e disponibilidade sem aviso prévio.

> Data partida: quarta-feira, 21 de junho de 2023

Cia	Origem	Destino	Detalhes						
 LATAM 3011	BSB - Brasília 21/06/23 12:55	CGH - São Paulo 21/06/23 14:45	Escalas: 0 Duração: 01:50	Light		Tarifa 2.811,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.840,27
				Plus		Tarifa 2.861,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.890,27
 GOL 1453	BSB - Brasília 21/06/23 13:40	CGH - São Paulo 21/06/23 15:35	Escalas: 0 Duração: 01:55	Light		Tarifa 2.811,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.840,27
				Plus		Tarifa 2.861,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.890,27
 LATAM 3013	BSB - Brasília 21/06/23 14:05	CGH - São Paulo 21/06/23 15:50	Escalas: 0 Duração: 01:45	Light		Tarifa 2.811,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.840,27
				Plus		Tarifa 2.861,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.890,27
 GOL 1595	BSB - Brasília 21/06/23 14:30	CGH - São Paulo 21/06/23 16:25	Escalas: 0 Duração: 01:55	Light		Tarifa 2.811,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.840,27
				Plus		Tarifa 2.861,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.890,27
 LATAM 3015	BSB - Brasília 21/06/23 15:35	CGH - São Paulo 21/06/23 17:20	Escalas: 0 Duração: 01:45	Light		Tarifa 2.811,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.840,27
				Plus		Tarifa 2.861,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.890,27
 GOL 1457	BSB - Brasília 21/06/23 16:10	CGH - São Paulo 21/06/23 18:05	Escalas: 0 Duração: 01:55	Light		Tarifa 2.811,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.840,27

				Plus		Tarifa 2.861,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.890,27
 AZUL 6005	BSB - Brasília 21/06/23 16:50	CGH - São Paulo 21/06/23 18:35	Escalas: 0 Duração: 01:45	Azul		Tarifa 2.811,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.840,27
				Maisazul		Tarifa 2.916,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.945,27
 GOL 1445	BSB - Brasília 21/06/23 17:05	CGH - São Paulo 21/06/23 18:55	Escalas: 0 Duração: 01:50	Light		Tarifa 2.811,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.840,27
				Plus		Tarifa 2.861,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.890,27
 LATAM 3017	BSB - Brasília 21/06/23 18:05	CGH - São Paulo 21/06/23 19:50	Escalas: 0 Duração: 01:45	Light		Tarifa 2.811,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.840,27
				Plus		Tarifa 2.861,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.890,27
 GOL 4033	BSB - Brasília 21/06/23 18:05	CGH - São Paulo 21/06/23 19:55	Escalas: 0 Duração: 01:50	Light		Tarifa 2.811,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.840,27
				Plus		Tarifa 2.861,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.890,27
 GOL 1461	BSB - Brasília 21/06/23 18:55	CGH - São Paulo 21/06/23 20:45	Escalas: 0 Duração: 01:50	Light		Tarifa 2.811,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.840,27
				Plus		Tarifa 2.861,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.890,27
 LATAM 3019	BSB - Brasília 21/06/23 19:10	CGH - São Paulo 21/06/23 21:00	Escalas: 0 Duração: 01:50	Light		Tarifa 2.811,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.840,27
				Plus		Tarifa 2.861,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.890,27
 GOL 1451	BSB - Brasília 21/06/23 19:30	CGH - São Paulo 21/06/23 21:25	Escalas: 0 Duração: 01:55	Light		Tarifa 2.811,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.840,27
				Plus		Tarifa 2.861,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.890,27
 LATAM 3021	BSB - Brasília 21/06/23 20:15	CGH - São Paulo 21/06/23 21:55	Escalas: 0 Duração: 01:40	Light		Tarifa 2.811,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.840,27
				Plus		Tarifa 2.861,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.890,27

 <div>GOL 1463</div>	BSB - Brasília 21/06/23 20:25	CGH - São Paulo 21/06/23 22:20	Escalas: 0 Duração: 01:55	Light		Tarifa 2.811,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.840,27
				Plus		Tarifa 2.861,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.890,27
 <div>AZUL 5022</div>	BSB - Brasília 21/06/23 15:00	CGH - São Paulo 21/06/23 16:45	Escalas: 0 Duração: 01:45	Azul		Tarifa 2.865,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.894,27
				Maisazul		Tarifa 2.970,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.999,27
 <div>AZUL 6007</div>	BSB - Brasília 21/06/23 19:15	CGH - São Paulo 21/06/23 21:00	Escalas: 0 Duração: 01:45	Azul		Tarifa 2.865,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.894,27
				Maisazul		Tarifa 2.970,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.999,27
 <div>AZUL 6009</div>	BSB - Brasília 21/06/23 20:40	CGH - São Paulo 21/06/23 22:25	Escalas: 0 Duração: 01:45	Azul		Tarifa 2.865,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.894,27
				Maisazul		Tarifa 2.970,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.999,27



Cotação Eletrônica

Cliente MMA - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

Agente RANIELLE OLIVEIRA

Telefone 61 32459400

E-mail ranielle.oliveira@mma.gov.br

Observações

Informações do Voo - Tarifas sujeitas a alterações e disponibilidade sem aviso prévio.

> Data partida: quarta-feira, 21 de junho de 2023

Cia	Origem	Destino	Detalhes						
 LATAM 3750	BSB - Brasília 21/06/23 21:10	MAO - Manaus 21/06/23 23:10	Escalas: 0 Duração: 02:00	Light		Tarifa 2.998,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 3.027,27
				Plus		Tarifa 3.089,00	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 3.117,37



Cotação Eletrônica

Cliente MMA - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

Agente RANIELLE OLIVEIRA




Telefone 61 32459400

E-mail ranielle.oliveira@mma.gov.br

Observações

Informações do Voo - Tarifas sujeitas a alterações e disponibilidade sem aviso prévio.

> Data partida: quinta-feira, 22 de junho de 2023

Cia	Origem	Destino	Detalhes						
 LATAM 3774	BSB - Brasília 22/06/23 21:20	RBR - Rio Branco 22/06/23 22:45	Escalas: 0 Duração: 01:25	Premium economy plus		Tarifa 3.199,00	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 3.227,37
				Premium economy top		Tarifa 3.209,00	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 3.237,37



Cotação Eletrônica

Cliente MMA - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

Agente RANIELLE OLIVEIRA

Telefone 61 32459400













E-mail ranielle.oliveira@mma.gov.br

Observações

Informações do Voo - Tarifas sujeitas a alterações e disponibilidade sem aviso prévio.

> Data partida: quarta-feira, 21 de junho de 2023

Cia	Origem	Destino	Detalhes						
 LATAM 3794	BSB - Brasília 21/06/23 13:05	SDU - Rio de Janeiro 21/06/23 14:50	Escalas: 0 Duração: 01:45	Light		Tarifa 1.897,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 1.926,27
				Plus		Tarifa 1.947,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 1.976,27
 LATAM 3796	BSB - Brasília 21/06/23 14:40	SDU - Rio de Janeiro 21/06/23 16:25	Escalas: 0 Duração: 01:45	Light		Tarifa 1.897,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 1.926,27
				Plus		Tarifa 1.947,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 1.976,27
 AZUL 4795	BSB - Brasília 21/06/23 15:00	SDU - Rio de Janeiro 21/06/23 16:45	Escalas: 0 Duração: 01:45	Azul		Tarifa 1.897,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 1.926,27
				Maisazul		Tarifa 2.002,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.031,27
 GOL 2067	BSB - Brasília 21/06/23 15:20	SDU - Rio de Janeiro 21/06/23 17:05	Escalas: 0 Duração: 01:45	Light		Tarifa 1.897,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 1.926,27
				Plus		Tarifa 1.947,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 1.976,27
 LATAM 3798	BSB - Brasília 21/06/23 15:35	SDU - Rio de Janeiro 21/06/23 17:20	Escalas: 0 Duração: 01:45	Light		Tarifa 1.897,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 1.926,27
				Plus		Tarifa 1.947,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 1.976,27
 GOL 2077	BSB - Brasília 21/06/23 17:05	SDU - Rio de Janeiro 21/06/23 18:50	Escalas: 0 Duração: 01:45	Light		Tarifa 1.897,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 1.926,27

				Plus		Tarifa 1.947,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 1.976,27
	BSB - Brasília 21/06/23 17:50	SDU - Rio de Janeiro 21/06/23 19:35	Escalas: 0 Duração: 01:45	Light		Tarifa 1.897,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 1.926,27
				Plus		Tarifa 1.947,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 1.976,27
	BSB - Brasília 21/06/23 19:10	SDU - Rio de Janeiro 21/06/23 20:55	Escalas: 0 Duração: 01:45	Light		Tarifa 1.897,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 1.926,27
				Plus		Tarifa 1.947,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 1.976,27
	BSB - Brasília 21/06/23 20:35	SDU - Rio de Janeiro 21/06/23 22:20	Escalas: 0 Duração: 01:45	Light		Tarifa 1.897,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 1.926,27
				Plus		Tarifa 1.947,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 1.976,27
	BSB - Brasília 21/06/23 20:10	SDU - Rio de Janeiro 21/06/23 21:55	Escalas: 0 Duração: 01:45	Light		Tarifa 2.114,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.143,27
				Plus		Tarifa 2.164,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.193,27
	BSB - Brasília 21/06/23 19:35	SDU - Rio de Janeiro 21/06/23 21:20	Escalas: 0 Duração: 01:45	Azul		Tarifa 2.326,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.355,27
				Maisazul		Tarifa 2.431,90	Tx.Embarque 28,37	Tx.Serviço 0,00	Total 2.460,27